

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – campus de Marília/SP
Programa de Pós-Graduação em Educação

MARCELO SOLDÃO

**A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
COMERCIAL: O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO NO ESTADO DE
SÃO PAULO E SUA EXPANSÃO PARA O INTERIOR PAULISTA NA
CIDADE DE BAURU (1946-1961)**

MARÍLIA
2017

MARCELO SOLDÃO

**A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL: O
PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUA
EXPANSÃO PARA O INTERIOR PAULISTA NA CIDADE DE BAURU (1946-1961)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília/SP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: “Filosofia e História da Educação no Brasil”

Orientador: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho

MARÍLIA
2017

Soldão, Marcelo.

S684c A criação do serviço nacional de aprendizagem comercial: o processo de estruturação no estado de São Paulo e sua expansão para o interior paulista na cidade de Bauru (1946-1961) / Marcelo Soldão. – Marília, 2017. 166 f. ; 30 cm.

Orientador: Macioniro Celeste Filho.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 137.141

1. Educação. 2. Educação - História. 3. Ensino profissional - Bauru. 4. SENAC. I. Título.

CDD 373.24

MARCELO SOLDÃO

**A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, O
PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUA
EXPANSÃO PARA O INTERIOR PAULISTA NA CIDADE DE BAURU (1946-1961)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília/SP.

Banca Examinadora

Orientador: Dr. Macioniro Celeste Filho
(FFC – UNESP- MARÍLIA)

1ª. Examinadora: Dr. Rosane Michelli de Castro
(FFC – UNESP- MARÍLIA)

2ª. Examinadora: Dr. Maria Cristina dos Santos Bezerra
(UFSCAR – SÃO CARLOS)

**MARÍLIA
2017**

Aos meus mestres, Antonio e Marina.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão

Primeiramente a Deus por me guiar e proporcionar o bem mais precioso: a vida!

Aos meus pais, por sempre apoiarem minhas escolhas, mesmo as que não compreendiam e que nunca mediram esforços para que eu pudesse evoluir.

Aos meus irmãos Márcio e Anderson, que sempre me respeitaram, me ajudaram nos momentos mais difíceis e pela admiração e carinho que nutrem por mim.

As minhas cunhadas Danuza e Eliane, mulheres de luta, de garra, que chegaram para somar.

A minha sobrinha Isabela, dona do meu coração, dos meus sorrisos soltos sem filtro e fonte de inspiração.

Ao meu amigo Gilson, pela compreensão, por tudo que me ensina, pelos momentos que me trouxe poesia e por fazer acreditar em mim, sempre!

Aos meus amigos, presentes de Deus, que sem compromisso estão ao meu lado me trazendo alegrias, histórias e sonhos.

Ao meu querido orientador, Dr. Macioniro Celeste Filho, pela paciência, por acreditar neste trabalho e demonstrar confiança sempre exigindo seriedade e responsabilidade de forma leve.

Ao SENAC/SP, que por intermédio da Memória Institucional disponibilizou de forma gentil todo seu acervo histórico para que este trabalho fosse concretizado com qualidade.

Um monge descabelado me disse no caminho: “Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha ideia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Porque o abandono não pode ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro (o olho do monge estava perto de ser um canto). Continuou: digamos a palavra AMOR. A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas, como o lírio pode nascer de um montoro”.

E o monge se calou descabelado.

Manoel de Barros, do livro “Poesia Completa”.

RESUMO

Neste texto apresentam-se os resultados de pesquisa de mestrado intitulada “A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o processo de estruturação no estado de São Paulo e sua expansão para o interior paulista na cidade de Bauru (1946 – 1961)” com o objetivo geral de recuperar e analisar aspectos históricos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, no Brasil, em São Paulo e seu processo de interiorização no Estado – o caso do SENAC de Bauru. Especificamente buscamos identificar e analisar aspectos históricos, sócio-políticos, da educação brasileira, no período de constituição do ensino comercial do Brasil, identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino profissional comercial no Brasil, contribuir para a especificação do ensino profissional comercial no Brasil, das demais modalidades de ensino profissional e identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino no SENAC - SP. Por meio de abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica, foram identificadas, reunidas, selecionadas, categorizadas e analisadas as fontes. Em seguida, esses documentos foram selecionados e categorizados de forma cronológica para compor o texto. Da análise das fontes bibliográficas foi possível organizar os principais aspectos da história do ensino profissional no Brasil e os elementos fundamentais que contribuíram para a criação do SENAC em 1946. Posteriormente, com as fontes documentais, recupera-se e apresenta-se o processo de estruturação e instalação do SENAC no estado de São Paulo, e por fim por meio dos documentos institucionais organizados por temas: estrutura física, cursos, professores e alunos do SENAC de Bauru são descritos aspectos da história da unidade nessa cidade no período de 1948 a 1961. Foram selecionadas as legislações que normatizam essa modalidade de ensino e a instituição. Com a análise das fontes foi possível reconstituir os principais fatos da história do ensino profissional no Brasil, elencar os fatores que convergiram para a criação do SENAC, descrever a história de como esta instituição se estruturou na capital e se expandisse para o interior e construir a história da instalação em Bauru no período citado. Nas análises realizadas no período investigado da instalação dessa instituição em Bauru foi possível constatar a relação existente entre as estruturas físicas onde funcionaram as Escolas SENAC com os cursos ofertados, a forma de trabalho dos docentes e o perfil dos alunos. Para consolidação da instituição na capital e nas cidades do interior as unidades escolares se tornam escolas comerciais e, posteriormente, escolas técnicas. Dessa forma ampliam suas ofertas de curso e outras em função de não estarem conseguindo alunos para cumprirem a legislação da aprendizagem. Assim são obrigadas a oferecer uma programação mista, como é o caso de Bauru. Ao se tornar escola técnica, a unidade de Bauru, em 1958 inaugura um “*monumental edifício*” que a consolida na cidade. Este texto de forma cronológica realiza um percurso na história da educação profissional comercial, iniciando pela história desta modalidade de ensino no Brasil, passando pela criação do SENAC em nível nacional, em seguida como se estruturou na capital e por fim o processo de expansão e instalação no interior. A partir do caminho percorrido e com os resultados expostos neste trabalho espero contribuir para as pesquisas no campo da história da educação referentes a modalidade de ensino profissional comercial e estimular novas investigações sobre o tema.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Educação Profissional Comercial.SENAC – São Paulo. SENAC – Bauru.

Abstract

This text shows the result of the master's research entitled "The creation of the National Service of Commercial Learning, the process of structuring in the state of São Paulo and its diffusion to the interior of São Paulo in the city of Bauru (1946 - 1961)" with the general objective of recovery and analysis of the records of the National Service of Commercial Learning - SENAC, in Brazil, in São Paulo and its state modernization process - the case of SENAC of Bauru. Specifically, we seek to identify and analyze historical, socio-political, Brazilian education, during the period of Brazilian commercial education, identify and analyze the construction of education and commercial vocational education in Brazil, contribute to the specification of professional commercial education in Brazil, of the other modalities of professional education and identify and reproduce the education of education in the SENAC/SP education. Through historical research centered on documentary and bibliographical research, they were identified, collected, selected, categorized and analyzed as sources. Then, these documents were selected and categorized in a chronological way to compose the text. From the analysis of the bibliographic sources and possible the organization of the main elements of the history of professional education in Brazil and the fundamental elements that contribute to the creation of SENAC in 1946. Then, with the documentary sources are recovered and related to the process of structuring and installation of SENAC São Paulo State, and finally through institutional documents organized by theme: physical structure, courses, teachers and students of the SENAC of Bauru are known for the history of the unit in that city from 1948 to 1961. Legislation was selected that standardize this modality of teaching and the institution. With an analysis of the sources to be able to reconstruct the main facts of the history of professional education in Brazil, to list the factors that converge for the creation of SENAC, to describe a history of how this institute was structured in the capital and to expand inland and build a history of the installation in Bauru in that period. In the analysis carried out during the investigation period of the final installation in Bauru, it was possible to verify a relationship between the physical structures where the SENAC School worked with the offered courses, a form of work of the teachers and the profile of the students. For consolidation of the institution in the capital and in the cities of the interior as school units become commercial schools, etc., technical schools. In this way they expand their course offerings and others because they are not able to comply with the learning legislation. Thus they are forced to offer a mixed program, as is the case of Bauru. When becoming a technical school, a unit of Bauru, in 1958 inaugurates a "monumental building" that is a consolidated in the city. This text chronologically takes a course in the history of professional education, starting in the history of the non-Brazilian education modality, through the creation of SENAC at the national level, in how it was structured in the capital and finally, or the installation process without interior. Based in the results presented in this paper, I hope to contribute to research in the field of history of education regarding the modality of commercial vocational education and stimulate further research on the subject.

Keywords: Education. History of Education. Professional Commercial Education. SENAC - São Paulo. SENAC - Bauru.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conferência das classes produtoras e Teresópolis.....	45
Figura 2 – Locais dos cursos de Especialização.....	52
Figura 3 – Núcleos receptores da Universidade do Ar em 1947, no interior do Estado de SP.....	54
Figura 4 – Quadro com o número de matrículas na Universidade do Ar em 1947.....	56
Figura 5 – Quadro comparativo entre alunos matriculados regulares e livres que compareceram as provas da UNAR.....	57
Figura 6 – Número total de matrículas nos anos nos anos de 1947 e 1948 em todas Escolas Senac do Estado.....	63
Figura 7 – Número de matrículas por curso nos anos de 1947 e 1948 das Escolas SENAC do Estado de São Paulo.....	64
Figura 8 – Número de matrículas no Curso de Especialização nos anos de 1947 e 1948.....	65
Figura 9 – Motivos de evasão.....	67
Figura 10 – Conclusão sobre os motivos da evasão.....	68
Figura 11 – Diplomados em 1947 e 1948.....	70
Figura 12 – Contracapa do Livro Teste Jota.....	74
Figura 13 – 1. ^a parte do Teste Jota: Operações.....	77
Figura 14 – 2. ^a parte do Teste Jota: Problemas.....	77
Figura 15 – 3. ^a parte do Teste Jota: Vocabulário.....	78
Figura 16 – 4. ^a parte do Teste Jota: Formas.....	79
Figura 17 – Mapa das microrregiões do Estado de São Paulo.....	83
Figura 18 – Foto da Estação Central de Bauru.....	84
Figura 19 – Reportagem sobre a Inauguração do SENAC em Bauru.....	87
Figura 20 – Grupo Escolar Lourenço Filho.....	88
Figura 21 – Sala de Aula.....	90
Figura 22 – Biblioteca do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho.....	91
Figura 23 – Área livre para o recreio.....	92
Figura 24 – Vestiário do Grupo Escolar Lourenço Filho.....	93
Figura 25 – Banheiros do Grupo Escolar Lourenço Filho.....	94
Figura 26 – Prédio alugado pelo SENAC e SESC.....	95
Figura 27 – Sala de aula do prédio alugado.....	96
Figura 28 – Sala de datilografia.....	97
Figura 29 – Reportagem sobre a inauguração do novo prédio do SESC e SENAC.....	98
Figura 30 – Reportagem com a programação da solenidade de inauguração do prédio SESC/SENAC.....	99
Figura 31 – Reportagem após a inauguração do prédio SESC/SENAC.....	100
Figura 32 – Prédio SENAC em Bauru – Entrada principal situada na Rua Sant’ Martin n. 10-22.....	101
Figura 33 – Prédio SENAC com arquibancadas e tabela para o jogo de basquete.....	101
Figura 34 – Reportagem do jornal “Diário de Bauru”.....	103
Figura 35 – Rodapé da “ficha de inscrição” dos alunos no SENAC – Campo da Empresa.....	105
Figura 36 – Certificado do Curso de Continuação Praticante de Comércio – Frente	106
Figura 37 – Certificado do Curso de Continuação Praticante de Comércio – Verso.....	107
Figura 38 – Diploma Curso Comercial Básico de Auxiliar de Escritório – Frente.....	112
Figura 39 – Diploma Curso Comercial Básico de Auxiliar de Escritório – Verso.....	112
Figura 40 – Divulgação do Campeonato Interescolar em Bauru.....	119

Figura 41 – Página educativa escrita pelo professor do SENAC de Bauru Pedro Grava Zanotelli..... 127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organograma do SENAC/SP.....	46
Quadro 2 – Divisão dos bairros por setores.....	48
Quadro 3 – Dependências cedidas ao SENAC do Grupo Escolar Lourenço Filho.....	89
Quadro 4 – Quantidade de alunos no Curso Preparatório.....	108
Quadro 5 – Disciplinas dos cursos Técnicos em Contabilidade e Secretariado.....	114
Quadro 6 – Locais e número de participantes de Bauru no Campeonato Interescolar...	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL.....	19
2.1 Principais aspectos da história do ensino profissional comercial no Brasil.....	20
2.1.1 O ensino profissional comercial e sua consolidação na década de 1930.....	24
2.1.2 O manifesto dos pioneiros da Escola Nova e o ensino profissionalizante.....	27
2.1.3 Fernando de Azevedo e o código da educação do Estado de São Paulo.....	29
2.1.4 O discurso de Getúlio Vargas na Constituição de 1934.....	31
2.1.5 O início da efetivação do Discurso de Vargas realizado em 1933.....	33
2.1.6 Leis Orgânicas do ensino profissional Comercial.....	35
2.1.7 Os Decretos-Lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946.....	40
2.1.8 Confederação Nacional do Comércio.....	42
2.1.9 O início das atividades administrativas do SENAC no Estado de São Paulo – Brasílio Machado Neto.....	43
3 O ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO SENAC/SP E SEU ESPAÇO FÍSICO.....	45
3.1 Os primeiros diálogos e as primeiras escolas na Capital.....	47
3.2 Os cursos de “Praticante de Comércio” e “Praticante de Escritório”.....	49
3.3 O “Curso Comercial Radiofônico” oferecido pela Universidade do AR nas ondas do rádio.....	53
4 PROFESSORES, ALUNOS E O TESTE JOTA.....	57
4.1 Os professores do SENAC/SP.....	58
4.2 Os primeiros alunos, as primeiras matrículas e os primeiros diplomas.....	60
4.3 O Teste Jota.....	70
5 A INSTALAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL EM BAURU.....	82
5.1 A cidade de Bauru.....	82
5.2 O SENAC em Bauru: estrutura física.....	85
5.3 As instalações do Grupo Escolar Lourenço Filho.....	88
5.4 Os cursos de Aprendizagem no SENAC de Bauru (1948-1961).....	102
5.5 O corpo docente do SENAC Bauru e a formação continuada.....	121
5.6 O corpo discente do SENAC Bauru.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
ANEXO A- Contrato de cessão de espaço entre o SENAC e a Secretaria da Educação	143
ANEXO B- Planta do Grupo Escolar Lourenço Filho	144
ANEXO C- Relação de livros da Biblioteca do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho.....	145
ANEXO D- Contrato de aluguel do prédio na rua 1º de Agosto, quadra 07, nº 84.....	151
ANEXO E- Planta do prédio alugado na rua 1º de Agosto, quadra 07, nº 84	152
ANEXO F- Planta do prédio construído pelo SENAC e SESC em 1958	153

ANEXO G- Resultados dos Exames de Admissão do Curso Comercial Básico em Bauru	154
ANEXO H- Relação dos alunos matriculados por turma.....	159
APÊNDICE Acervos, arquivos, sites e instituições consultados.....	165

INTRODUÇÃO

Em meados de 2015, decidi fazer Mestrado em Educação e, a convite de uma amiga, participei de algumas reuniões do Grupo de Pesquisa “GP FORME – Formação do Educador”, na época, liderado pela Prof. Dr. Rosane Michelli de Castro na Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. Fiquei encantado com as discussões do grupo acerca dos fatos históricos da educação, principalmente pelas análises de fontes primárias. Após participação em alguns encontros do “GP FORME – Formação do Educador”, comecei a pensar em possibilidades de projeto de pesquisa que se relacionassem com o ensino profissional comercial, por perceber que nas discussões e textos sugeridos pouco se falava dessa modalidade de ensino.

Em um dos encontros, a título de sondagem, foi exposto à Professora Rosane o interesse em estudar essa modalidade de ensino e para minha surpresa fui incentivado a refletir sobre um projeto de pesquisa sobre a história da educação do ensino profissionalizante e assim o fiz.

Para o processo de seleção apresentei um projeto que visava recuperar aspectos da formação continuada dos professores que atuavam no ensino profissional comercial das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) na cidade de Bauru, na qual atuo como Supervisor Educacional desde fevereiro de 2011, na linha de pesquisa “Filosofia e História da Educação no Brasil” pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC (Unesp – Marília).

Ao ser aprovado no processo seletivo para 2016 tive a honra de ter como orientador o Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho, que muito conhece sobre a História da Educação e que em nossa primeira reunião me deu liberdade para que repensasse meu projeto dentro da perspectiva histórica da modalidade de ensino profissional e solicitou que eu fizesse, no segundo semestre de 2015, como aluno especial, a disciplina História do Ensino da Leitura e Escrita no Brasil¹, ministrada pela professora Dr. Maria do Rosário Longo Mortatti.

Durante a realização dessa disciplina, foi possível conhecer, mesmo que de forma breve, como a professora realizou suas pesquisas, apresentou e discutiu as fontes e a relevância de suas descobertas para a educação. Foi a partir disso que, em conversas com o meu orientador, chegamos a um projeto que fosse relevante para a história da educação.

Decidimos então que o objeto de pesquisa seria o SENAC de Bauru no período de 1948, ano de sua instalação na cidade a 1961, ano da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em Diário Oficial no dia 27 de dezembro de 1961. Buscaríamos, por meio de fontes primárias dessa unidade escolar, recuperar aspectos de sua instalação.

¹ Como o próprio nome já diz, essa disciplina apresenta a história do ensino da leitura e escrita no Brasil, resultado das pesquisas da professora que lhe deram o título de Livre-Docente em Metodologia da Alfabetização em 1997.

Em fevereiro de 2016, realizei minha matrícula como aluno regular e junto com o meu orientador, o Drº. Macioniro Celeste Filho escolhemos as disciplinas que cursaria para o cumprimento dos créditos obrigatórios e que contribuiriam para a pesquisa. No primeiro semestre de 2016 cursei a disciplina do Drº. Alonso Bezerra de Carvalho, “Ética e Educação²” e no segundo semestre cursei as disciplinas “Uma trajetória histórica das Ciências Humanas³” ministrada pelo meu orientador e a disciplina “Filosofia e História da Educação no Brasil (séculos XIX e XX)⁴” ministrada pela Dr.ª Rosane Michelli de Castro em parceria com o Drº. Vandei Pinto da Silva, todas na Unesp de Marília.

Solicitamos aproveitamento de créditos da disciplina que cursei no primeiro semestre de 2014 na Universidade Estadual Paulista – Campus de Bauru, com o Drº. Jair Lopes Junior, intitulada “Processos de Ensino e Aprendizagem: Aspectos Teóricos, Metodológicos e de Aplicação⁵” por entendermos ser o início do meu processo de inserção na pós graduação e por esta disciplina oferecer aspectos que estimulava a investigação e análise de produções científicas.

Motivado em conhecer a história da instituição percebi que só seria possível se compreendesse a história desta modalidade de ensino no Brasil. Então, iniciei meu trabalho pesquisando a história do ensino profissional comercial no país. Foi um trabalho árduo, pois após realizar revisão bibliográfica detectei que as referências sempre me levavam a história do ensino industrial e da agricultura, até perceber que para compreender a história do ensino comercial era necessário pesquisar a educação industrial e dentro dela encontrar aspectos da educação comercial.

As principais fontes para esse início foram o clássico de Otaíza de Oliveira Romanelli, 1984, *História da Educação no Brasil* e os livros de Luiz Antônio Cunha, que tratam sobre o ensino profissional *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravatura* 2005, *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, 2005, e “*O ensino profissional*

² Essa disciplina trata sobre as relações que ocorrem na prática pedagógica, tomando como referencial os estudos sobre a ética visando compreender como os homens se conduzem diante de seus semelhantes, seja do ponto de vista de seus semelhantes, seja do ponto de vista dos indivíduos ou da sociedade.

³ A disciplina propõe uma análise das Ciências Humanas, as bases epistemológicas da concepção de ciência na Modernidade e as especificidades das Ciências Humanas em relação aos demais campos científicos, tendo como referência privilegiada as abordagens ligadas à História.

⁴ A disciplina propõe estudos sobre as implicações de concepções filosóficas e históricas de trabalho e de educação escolar no processo de formação humana e oferece subsídios teóricos para a compreensão de aspectos da História da Educação no Brasil, apresentando alguns aspectos da educação entre os séculos XVI e XVIII.

⁵ A disciplina tem ênfase nas caracterizações epistemológica, conceitual e metodológica de investigações científicas sobre processos de ensino e de aprendizagem no âmbito da Psicologia, estimulando e avaliando a busca e a análise de parcela da produção científica veiculada em periódicos devidamente qualificados sobre processos de ensino e medidas de aprendizagem.

na irradiação do industrialismo, 2005. Como se pode perceber, nenhum faz referência direta à modalidade de ensino comercial.

Esses livros me apresentaram novas fontes que sistematizaram e normatizaram a trajetória dessa modalidade de ensino, sendo possível retratar na primeira seção dessa dissertação aspectos da história da educação profissional comercial no Brasil no século XIX.

Para se chegar à compreensão da criação do SENAC foi necessário realizar um percurso histórico nos anos de 1930 e 1940 e identificar os principais acontecimentos educacionais desse período, analisar e localizar nas fontes a presença de aspectos relevantes do Ensino Profissional e, dessa forma, traçar o percurso da criação do SENAC. É importante destacar que esse período foi efervescente no campo educacional e político.

Foi necessário passar pelo campo político, no qual encontramos as principais disputas de educadores que protagonizaram na época discussões educacionais, dentre elas o ensino profissional e que encontraram nesse cenário a possibilidade de colocar em prática seus ideais, ocupando cargos políticos estratégicos, propondo normatizações sobre a educação, inclusive a profissional, possibilitando a criação do SENAC.

Para retratar esse período e chegar à criação do SENAC analisamos a Reforma de Francisco Campos, O Manifesto dos Pioneiros, o Código da Educação do Estado de São Paulo de 1933 protagonizado por Fernando de Azevedo, a Assembleia Constituinte de 1934 em que, em discurso, Getúlio Vargas almejava a sistematização e normatização do ensino profissional, e por fim, as Leis Orgânicas conhecidas como reforma Capanema que culminou com a criação do SENAC. Todos esses acontecimentos foram analisados com foco no ensino profissional comercial.

Analisamos também o encontro dos empresários que ocorreu em Teresópolis/RJ em maio de 1945, que dentro de uma série de reivindicações, solicitavam ao governo a criação de uma instituição para qualificação dos trabalhadores do comércio.

Todos esses fatores políticos, educacionais e sociais nos levaram à compressão da concretização da criação desta instituição em 1946 pelo Decreto-lei n. 8.621 (BRASIL, 1946), que possui peculiaridades, pois se tratava de uma escola de ensino profissional criada pelo governo federal, porém privada e mantida pelos empresários do ramo.

Com a criação da instituição, debrucei-me em compreender como ela se estruturou no estado de São Paulo? Quais foram os primeiros cursos? Quais eram as disciplinas? Quem eram os professores? Como eram as escolas e onde se localizavam? Como se organizou seu funcionamento? Quem eram seus alunos? Como era realizado o processo de seleção dos alunos? Com essas questões fui até a Memória Institucional do SENAC/SP e encontrei os relatórios

anuais, tive acesso, a princípio, aos documentos referentes aos anos de 1946, 1947 e 1948. Esses relatórios foram elaborados pelos Diretores Regionais do SENAC no período de sua gestão e encaminhados para o Presidente da Federação do Comércio de São Paulo, órgão responsável por organizar e administrar a instituição e que analisava os relatórios com seus conselheiros e o aprovava. Diante das informações contidas nessas fontes, busquei analisar, compreender e selecionar os principais aspectos que pudessem retratar a instalação dessa instituição no estado de São Paulo. Foi utilizado também nesse processo o *site* da instituição que contém de forma resumida uma apresentação da criação do SENAC.

Por fim, cheguei ao meu principal objeto: o SENAC de Bauru. Meu objetivo geral foi o de recuperar e analisar aspectos históricos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no Brasil, em São Paulo e seu processo de interiorização no Estado – o caso do SENAC de Bauru. Especificamente buscamos identificar e analisar aspectos históricos, sociopolíticos, da educação brasileira, no período de constituição do ensino comercial do Brasil, identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino profissional comercial no Brasil, contribuir para a especificação do ensino profissional comercial no Brasil, das demais modalidades de ensino profissional e identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino no SENAC/SP.

Com essas questões fui à busca de fontes primárias que pudessem me indicar respostas. Procurei primeiro delimitar o período pesquisado, que foi entre 1948 – ano de instalação do SENAC em Bauru – e 1961, em função da criação da LDB n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dá outras providências a essa modalidade de ensino.

Em seguida na busca por documentos primários, estive na Associação Comercial e Industrial de Bauru e, de acordo com os funcionários, nada possuíam do período investigado, pois essa associação na época, era o que é hoje o Sindicato do Comércio Varejista de Bauru. Fui até o Sindicato, lá haviam relatórios das reuniões realizadas pelos comerciantes da época e do presidente dessa entidade, porém nada foi encontrado, pois os relatórios se detinham a informações relacionadas ao financeiro.

Como nos primeiros anos o SENAC Bauru ocupou as instalações do Grupo Escolar Lourenço Filho, fui até a Diretoria de Ensino em busca de históricos escolares, fichas de inscrição, certificados ou qualquer outro documento sobre o período que o SENAC esteve lá. A Dirigente Regional Prof. Gina Sanchez me autorizou a pesquisar no departamento de arquivo do colégio, mas nada foi encontrado.

Retornei à Memória Institucional do SENAC/SP e localizei tudo que havia sobre o SENAC Bauru. A maior parte dos documentos encontrados e utilizados sobre o SENAC em

Bauru foram retirados dos relatórios dos anos pesquisados (de 1948 a 1961). Infelizmente os relatórios trazem relatos e não apresentam modelos de documentos e naquele período a instituição não guardava grande parte dos documentos escolares como históricos, planos de curso, listas de chamadas, dentre outros. O que conseguimos em especial de Bauru estão nesta dissertação.

Os diretores das unidades escolares do SENAC elaboravam, anualmente, relatórios sobre as principais atividades desenvolvidas naquele ano, encaminhavam para o Departamento Regional que, munido destas informações, elaborava o relatório anual do SENAC/SP. Não conseguimos nenhum relatório do diretor de Bauru e de nenhuma outra unidade.

Uma das dificuldades encontradas para analisar os relatórios era que, ano a ano estava em formato diferente. Acreditamos que, com a mudança dos Diretores Regionais, cada um tinha uma forma de se expressar.

Com os documentos encontrados, decidi que trabalharia por temas dentro do período pesquisado. Primeiramente, selecionei informações relacionadas aos prédios que o SENAC Bauru funcionou, depois trabalhei com as informações sobre os cursos oferecidos, em seguida informações sobre os professores e por fim sobre os alunos. As informações relacionadas a esses temas foram classificadas e organizadas de forma cronológica.

Visando identificar como o SENAC foi apresentado para a sociedade de Bauru estive na Universidade do Sagrado Coração (USC) de Bauru onde está arquivado, no Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) da Universidade do Sagrado Coração “Gabriel Ruiz Peregrina”, exemplares do jornal Diário de Bauru, principal da época. Selecionei as principais reportagens sobre o SENAC, analisei e sistematizei junto com as demais fontes primárias. Essas fontes foram instrumento da pesquisa realizada. Foram recuperadas, interpretadas, analisadas e categorizadas para a produção deste texto.

As análises de algumas leis foram primordiais para a compreensão dos cursos, caracterização dos alunos, tipos de atividades e mudanças que a unidade passou para se estabelecer um Bauru. Dentre elas o Decreto-lei n. 6.141 de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943a), que estabeleceu a organização do ensino profissional comercial, o próprio Decreto-lei n. 8.621 que criou o SENAC e o Decreto-lei n. 8.622 sobre os deveres dos empregados e a aprendizagem comercial (BRASIL, 1946a; 1946b).

O Decreto-lei n. 6.141 de 28 de dezembro de 1943 nos auxiliou principalmente na compreensão de que tipo de estabelecimento era a unidade e que cursos poderia oferecer. De 1948 a 1954 a escola SENAC de Bauru era uma unidade escolar e tinha autorização para oferecer apenas cursos de continuação.

Os cursos de continuação em Bauru eram os de “Praticante de Comércio”, destinados a alunos aprendizes e adultos que trabalham no comércio (estes cursos em Bauru atendiam os Decretos-lei n. 8.621 e n. 8.622 de 10 de janeiro de 1946); “Preparatório”, para os reprovados nos processo de seleção do Curso de “Praticante de Comércio”; “Aspirantes de Comércio” para menores entre 12 e 14 anos, filhos ou dependentes de comerciários; “Admissão”, destinado aos interessados em prestar o exame de admissão do Curso Comercial Básico e de datilografia avulso a quem se interessasse.

Em 1955 a unidade SENAC de Bauru se torna uma Escola Comercial e passa a oferecer o Curso Comercial Básico, que dava a possibilidade para o aluno continuar seus estudos nos cursos técnicos. Foi oferecido em Bauru, segundo os registros, o “Curso Comercial Básico de Auxiliar de Escritório”.

Quando finalmente, em 1959, torna-se uma escola Técnica de Comércio e oferece os Cursos “Técnicos em Contabilidade e Secretariado”.

A partir do que foi apresentado, a organização deste texto de dissertação de mestrado, está dividida em cinco seções, considerando as fontes que foram encontradas, selecionadas e analisadas: além desta seção introdutória, na segunda seção são apresentados alguns aspectos sobre a história do ensino profissional comercial no Brasil e como se deu a criação do SENAC, a partir da leitura e análise de livros, artigos e legislações vigentes sobre o tema.

Em seguida, na terceira seção, com os documentos institucionais do SENAC apresento e analiso os principais aspectos da instalação desta instituição no estado de São Paulo.

Apresento na quarta seção informações sobre os primeiros professores e alunos do SENAC para capital e o teste utilizado para selecionar os alunos. Na quinta seção são apresentados os resultados da pesquisa sobre a interiorização do SENAC na cidade de Bauru – SP.

Por fim, apresento as considerações finais, referências, anexos e apêndices.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL

Nessa seção apresentaremos alguns aspectos da história do ensino comercial no Brasil e como este foi se constituindo enquanto educação profissional.

Ao pesquisar a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no estado de São Paulo, fez-se necessário estudar a história da educação no Brasil, buscando compreender as primeiras ações de educação para o trabalho profissional. Assim, o desenvolvimento do ensino comercial depende da evolução econômica das práticas comerciais, que por sua vez estão atreladas à evolução da produção industrial e agrícola. Conclui-se que, por esse motivo o ensino

profissional comercial seja tratado na história da educação profissional de forma secundária. O destaque dessa modalidade de ensino é a educação profissional industrial e agrícola, que ocupa vasta produção bibliográfica.

2.1 Principais aspectos da história do ensino profissional comercial no Brasil

No Brasil, o ensino profissional foi cercado de preconceitos construídos ao longo da história. A expressão “mão de obra”, que era dirigida aos índios, negros e pessoas escravizadas, foi utilizada por muitos anos para se referir àqueles que trabalhavam, realizando serviços braçais. A cultura portuguesa trouxe a concepção de que homens livres e bem-sucedidos não deveriam realizar trabalho manual. Essa noção de trabalho diferenciava as pessoas na sociedade, conforme afirma Cunha,

Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres. (CUNHA, 2000, p. 90).

Segundo Cunha (2000), de forma empírica, as primeiras práticas de ensino profissional iniciaram com a chegada dos portugueses aos aldeamentos, onde os jesuítas capacitavam para o trabalho metódico os índios e negros. A capacitação que recebiam era considerada um adestramento, que tinha por objetivo a formação do caráter e a preparação para o trabalho. Havia um ponto de convergência da prática da formação para o trabalho com a de socialização e de convivência. Os Jesuítas, nos dois primeiros séculos de colonização, criaram os colégios religiosos nos principais centros urbanos, chamados “escolas-oficinas”, que formavam artesãos e demais ofícios. Esses colégios foram os primeiros núcleos de formação profissional.

A modalidade de ensino comercial se expande no Brasil, de acordo com as demandas econômicas, sociais e políticas. O desenvolvimento da educação está ligado de forma intrínseca com a economia do país, que vê na educação a possibilidade de avanço. Como mostra Otaíza Romanelli:

As relações que podem existir entre o sistema educacional e o sistema econômico são, assim, mais profundas: elas se medem não apenas em termos de defasagem, mas também em termos de exigências reais do modo econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou atraso da escola. (ROMANELLI, 1984, p. 56).

No Período Colonial a educação profissional pode ser definida como a prática “[...] de atividades que empregava, preponderantemente, a força física e a utilização das mãos [...]”, sendo inicialmente praticada pelos índios e negros africanos e mais tarde por “[...] menores

desvalidos e aos desfavorecidos da fortuna [...]” e a formação “[...] acontecia na vivência diária, sem que ocorresse a formalização de práticas de ensino.” Dessa forma, o “Período Colonial deixou uma herança socioeducacional marcada, principalmente, pela gênese do preconceito contra os trabalhos manuais e práticos [...]” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 26).

O ensino comercial no Brasil encontra-se diretamente ligado à abertura dos portos da Colônia às nações amigas, ocorrida em 1808, que acabou, na prática, com o pacto colonial. Os hábitos de consumo no Brasil foram alterados com a chegada de grande quantidade de mercadorias e o aumento das casas de comércio, que logo passaram a exigir empregados qualificados. (BIELINSKI, 2016, p. 2).

Os Jesuítas dominavam a educação no Brasil, suas escolas possuíam currículos próprios e com a expulsão da Companhia Jesuítas, em 1759, foi necessária uma nova organização educacional e as primeiras ações ocorreram com a instalação do Reino Português no Brasil, em 1808:

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, mudou o status do Brasil, que deixou de ser colônia para se tornar a sede do Reino. Em vista disso, ocorreram aqui, durante as primeiras décadas do século XIX, transformações econômicas e políticas significativas. Do ponto de vista econômico, extinguiram-se as relações de intercâmbio e de exploração características do modelo Metrópole-Colônia. A economia brasileira deixou de basear-se apenas na agroindústria voltada para o sistema colonial de trocas. Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais privados, para subsidiar o comércio que interessava a Metrópole. (MANFREDI, 2002, p. 72).

No século XIX o Brasil não possuía ensino para o comércio. Os comerciantes aprendiam com a prática, nos comércios ambulantes vendendo peixes, frutas e demais mercadorias pelas ruas e nas casas de comércio, e muitas vezes começavam como auxiliares nessas atividades. Surge a necessidade de qualificar os comerciários, principalmente quando o Brasil independente articula de maneira nova seus laços comerciais.

No Período Imperial, visando à reorganização do ensino no país, “As primeiras instituições públicas a ser fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do estado” (MANFREDI, 2002, p. 74). O ensino primário e o ensino secundário serviam como cursos preparatórios para universidade.

Paralelamente, o Estado e as associações religiosas e filantrópicas organizavam o ensino profissional com o objetivo de desenvolver a formação para o trabalho. Dessa forma o ensino profissional era entendido como a educação que preparava jovens para atuarem em ofícios manuais.

As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais – das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias, de assembleias provinciais legislativas. Por vezes, também, resultavam de entrecruzamento de ambas, isto é, da combinação de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, o qual os apoiava mediante a transferência de recursos financeiros. Assim, a Educação Profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios. (MANFREDI, 2002, p. 75).

Com marcas filantrópicas e assistencialistas (características das escolas profissionalizantes da época), foram criadas as casas de educandos e artífices entre 1840 e 1856, por dez estados⁶ que as mantinham. Os alunos eram crianças e jovens em estado de mendicância, “[...] nestas escolas recebiam instrução primária aprendendo ler, escrever e aritmética, concomitantemente aprendiam alguns ofícios, como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. que eram considerados ensino profissionalizante na época”. Após concluírem os estudos “[...] o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio.” (MANFREDI, 2002, p. 76). Tal qual Manfredi, Cunha (2000, p. 113) também afirma que:

As casas de artífices foram criadas e mantidas integralmente pelo Estado; todas foram criadas por presidentes de províncias, autorizadas por leis das assembleias provinciais legislativas: sua clientela era constituída, predominantemente, de órfãos e expostos, o que as fazia serem vistas como “obras de caridade” do que “obras de instrução pública”; a disciplina era bastante rigorosa, militar ou paramilitar; a instrução predominante profissional era dada em arsenais militares e/ou oficinas particulares.

Foram criados entre 1858 e 1886, por iniciativa de entidades da sociedade civil, os Liceus de Artes e Ofícios que eram mantidos pelas sociedades particulares com auxílio governamental. O curso era destinado a toda população, exceto os escravos. O ensino era dividido em dois grupos, um de ciências aplicadas e o segundo grupo era o de artes que agrupava a formação de profissionais.

Em 1882, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro inaugurou o curso comercial, gratuito, no período noturno, com a duração de quatro anos. Esse curso visava “[...] à profissionalização dos caixeiros ou dos que quisessem entrar nesse ramo profissional.” (BIELINSKI, 2016, p. 2). Esse estabelecimento foi o primeiro a ministrar com sucesso o ensino comercial no Brasil, “[...] no período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns

⁶ Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Ceará e Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865).

estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes.” (MANFREDI, 2002, p. 78).

O sistema educacional escolar e o ensino profissionalizante, na Primeira República, ganharam novas configurações a partir do fim da escravidão em 1888, que perdurou por mais de 400 anos, contribuindo para a “discriminação e o preconceito dirigidos aos ofícios manuais existentes desde os primórdios da colonização brasileira” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 41). E com o crescimento urbano, surge um novo perfil de aluno que pertencia às camadas populares urbanas, futuros trabalhadores assalariados.

Com o desenvolvimento industrial, o aumento da população urbana, a imigração crescente, a abertura de estradas e o surgimento do automóvel tornava-se urgente organizar e estruturar o ensino profissionalizante no país. O ensino profissional permanecia para as camadas populares e mantinha suas características de cunho preventivo e corretivo na formação dos jovens, conforme apresentado:

Com o advento do automóvel e com a abertura de estradas, para acelerar o desenvolvimento comercial e a conseqüente necessidade de pessoal especializado para suas atividades, de tal forma, que novos empreendimentos de ensino comercial surgiram, progressivamente, seguindo o modelo das duas grandes academias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deu-se início, assim, à formação de uma rede de estabelecimentos de ensino comercial no país. (CARVALHO, 1965, p. 73).

Fidélis Reis, deputado pelo estado de Minas Gerais, apresentou um projeto propondo a obrigatoriedade do ensino profissional. O projeto foi aprovado sem a obrigatoriedade do ensino (BRASIL, 1927). Por falta de recursos públicos o projeto não foi implantado, mas dava indícios de composição do ensino profissionalizante como parte de um processo educacional.

No mesmo ano, 1927, o Deputado Graco Cardoso, do estado de Sergipe, “[...] apresentou à Câmara um minucioso plano para organizar o ensino industrial no país, que deveria ser ofertado em três níveis: o Primário Industrial, o Médio e o Normal.” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016). Embora este plano não tenha sido aprovado, ele foi considerado de grande importância à época, pois trouxe a “habilitação de uma nova classe de profissionais, designados como técnicos.” (FONSECA, 1986, p. 219).

Muitas iniciativas foram implementadas para o desenvolvimento do ensino profissionalizante na Primeira República. Houve uma diversificação desse ensino nos estados e na Federação como uma tentativa de consolidar essa modalidade de ensino e atender a demanda das indústrias. Destacam-se também as iniciativas no âmbito dos movimentos trabalhadores organizados em sindicatos que concebiam projetos para formação de trabalhadores adultos e seus familiares.

O Estado de São Paulo foi o que mais se destacou na Primeira República, nessa modalidade de ensino. Em 1889 aprovou uma lei determinando a criação de cursos noturnos para trabalhadores, chegando a 22 desses cursos no ano de 1907, e 139 dez anos depois. “Em 1920, mais de 50 mil alunos os frequentavam.” (MANFREDI, 2002, p. 86).

A Educação Profissional na Primeira República se caracterizou como um período de grandes transformações e novas práticas. Essa modalidade de ensino vai criando corpo exigindo organização, que se dava de forma empírica. O ensino profissional comercial, sem grande destaque até este período é percebido e incluído nas ações promovidas para o desenvolvimento do ensino industrial e agrícola. As práticas comerciais e a formação até então, não são diferenciadas na literatura, necessitando compreender o que de fato era atividade comercial e assim identificar as ações relacionadas ao ensino profissional comercial que ganham destaque no Estado Novo.

2.1.1 O ensino profissional comercial e sua consolidação na década de 1930

Em 1930, o então presidente Washington Luiz foi deposto em meio à instabilidade econômica do país, assumindo provisoriamente a presidência da República o gaúcho Getúlio Vargas, que permaneceu no governo do país por 15 anos. O período de seu governo ficou conhecido como a “era Vargas”, como afirma Cunha (1986, p.229):

A Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na história do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes.

Nesse mesmo ano de 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930) nomeando como primeiro Ministro Francisco Campos. Com a criação desse Ministério, a educação passa por mudanças substanciais.

De acordo com Carvalho, a partir de 1931, visando reorganizar a sociedade, o então ministro baixou um conjunto de seis decretos redirecionando a educação nacional. Conhecida como a Reforma de Francisco Campos⁷:

⁷ Francisco Campos nasceu em 1891. Advogado e jurista foi uma importante figura política, sobretudo na Era Vargas onde assumiu a chefia do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e posteriormente, em 1937, assumiu o Ministério da Justiça. Como ministro da justiça Campos foi incumbido de elaborar a Constituição de 1937. No plano educacional havia a tríade católica, na qual pertencia Francisco Campos, Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima e a tríade dos renovadores composta por Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Em 1931, em consequência da revolução operada na vida brasileira e, todos os setores, sofreu a educação nacional a primeira grande reforma fundamental coma modernização e atualização de todo o aparelho educacional do país. Assim, o ensino comercial teve sua grande reforma instituída pelo Decreto n.20.158, de 30-6-1931. Porém, o mais importante foi a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade das empresas no território nacional, medidas que provocaram enorme impacto no ensino comercial. (CARVALHO, 1965, p. 74).

O Decreto n. 20.158 (BRASIL, 1931) tratava sobre o ensino comercial. Pela primeira vez na história essa modalidade de ensino era organizada e sistematizada no âmbito nacional. Para Romanelli (1984, p. 141), o ensino comercial foi o menos marginalizado dentre os decretos da Reforma de Francisco Campos. A criação deste decreto se dava não somente pelo momento vivido naquele ano, mas ao crescimento do comércio na década anterior, colaborando na organização dessa modalidade de ensino.

O surto comercial e industrial da década de 1920 e 1930, conseqüentemente a Grande Guerra e o nascimento dos mercados internos, vieram desenvolver o ensino comercial que, de seis estabelecimentos em 1920, passou rapidamente, a cento e quarenta e cinco em 1930. (CARVALHO, 1965, p. 73).

Com 82 artigos, o Decreto n. 20.158 (BRASIL, 1931) organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. De acordo com o Art. 2, o ensino comercial possuía cinco cursos técnicos e um curso elementar de auxiliar de comércio. Este ensino era dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo era o propedêutico⁸ de três anos e o segundo ciclo eram os cursos técnicos com duração de um a três anos, dependendo do curso técnico.

Art. 2: O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio. (BRASIL, 1931).

Os cursos técnicos possuíam 27 disciplinas distribuídas nos anos de formação, todos contemplavam aulas de datilografia, alta tecnologia da época, que tinha por objetivo garantir que o aluno tivesse “condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado” (BRASIL, 1931). É possível observar a relevância do ensino de datilografia no artigo 80 deste decreto ao garantir que “Os datilógrafos e funcionários das repartições públicas serão de preferência escolhidos entre diplomados pelos cursos guarda-livros e de secretariado, mantidos pelas escolas oficializadas ou reconhecidas” (BRASIL, 1931).

No que se refere aos demais conteúdos, determinados nos cursos citados nesse decreto, os conhecimentos ensinados são cálculos financeiros e leis do comércio. O objetivo dos cursos

⁸ Tratava-se de um curso introdutório/preparatório para fazer o curso profissionalizante, a ser cursado no 2. ciclo.

técnicos era formar contadores para trabalhar nos estabelecimentos comerciais, indústria e agricultura.

Analisando os conteúdos apresentados para a formação de cada curso técnico, observa-se o nível de exigência. Conteúdos eruditos, distante e desconectado do ensino primário oferecido na época, considerado precário e para poucos, desfavorecendo as classes populares. Os alunos eram avaliados de forma rigorosa com provas escritas e orais. Para Romanelli (1984), a reforma organizou o ensino para a elite.

Praticamente, a reforma tratou de organizar preferentemente o sistema educacional das elites. A obrigatoriedade de se prestarem exames para admissão ao ensino médio, nos quais exigiam conhecimentos jamais fornecidos pela escola primária, importava em reconhecer a nulidade desta. (ROMANELLI, 1984, p. 141).

Para a matrícula no curso propedêutico (de três anos) e no de auxiliar de comércio (de dois anos) o aluno precisaria comprovar a idade mínima de 12 anos, ser aprovado no exame de admissão e apresentar o recibo de pagamento da taxa de matrícula, compulsório na época. Os cursos técnicos exigiam para matrícula o certificado de conclusão do curso propedêutico, o comprovante de pagamento da matrícula, entre outros. Apenas o curso técnico perito-contador e o de atuário possibilitavam a matrícula no curso superior de administração de finanças. Com esses critérios é notório observar que o processo de seleção dos alunos se dava muito antes do exame admissão.

O ensino profissional comercial era fiscalizado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois o Ministério da Agricultura, no qual foi instituída a Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos de Ensino Comercial, agindo apenas como fiscalizadores. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos incorpora esta Superintendência ao recém-criado ministério.

Art. 34: A Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial passa a denominar-se Superintendência do Ensino Comercial, subordinada diretamente ao ministro da Educação e Saúde Pública, e terá ao seu cargo a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, reconhecidos ou em período de fiscalização prévia, e a direção de todos os instituídos ou escolas de comércio, ciências econômicas e administração, mantidos ou dependentes da União, e bem assim o registro dos diplomas das escolas de comércio, de ciências econômicas e administração e dos títulos de habilitação previstas neste decreto. (BRASIL, 1931, p. 15).

A Reforma de Francisco Campos sofreu críticas por organizar o ensino para as elites, deixando de lado os ensinos primário, normal e algumas modalidades do ensino profissional, mas é importante considerar que a partir deste decreto o ensino profissional comercial foi

institucionalizado em todo território nacional contribuindo para a ampliação dos estabelecimentos de ensino comercial.

[...] o mais importante foi a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade das empresas no território nacional, medidas que provocaram enorme impacto no ensino comercial. Basta dizer-se que os seis estabelecimentos de ensino existentes em 1920 passaram rapidamente a 145 em 1930, 280 em 1940, e quase 600 em 1950, e a matrícula de mil alunos em 1920, passou a setenta e cinco mil em 1950. (CARVALHO, 1965, p. 74).

Com a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade no país, fez-se necessário ampliar a oferta para a formação destes profissionais, diante dessa demanda o número de escolas de ensino profissionalizante comercial cresceu significativamente.

2.1.2 O manifesto dos pioneiros da Escola Nova e o ensino profissionalizante

Em 1932, um grupo de 26 intelectuais insatisfeitos com educação pública no país, publicou o documento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, destinado ao povo e ao governo, conforme indicação no título do próprio documento. Esse manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo⁹ e dentre o grupo estava também Anísio Teixeira, ambos haviam sido diretores gerais da Instrução Pública do Distrito Federal.

Vale destacar que Fernando de Azevedo em 1929, transformou o Instituto Profissional João Alfredo, do Distrito Federal, em um instituto profissional eletrônico e mecânico e Anísio Teixeira em 1932 em escola técnica secundária, sendo consideradas “[...] a primeira tentativa, em nosso país, de superação da reprodução escolar entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.” (MANFREDI, 2002, p. 86). As duas reformas não foram bem sucedidas. “A reforma de Fernando de Azevedo foi embargada pela de Anísio Teixeira, por razões sociais e pedagógicas [...]” (MANFREDI, 2002) e a reforma desse último foi desmontada com o golpe político que culminou no Estado Novo e nas “leis” Orgânicas de Gustavo Capanema, que serão tratadas adiante.

Visando promover a reforma na educação, os 26 intelectuais surgem,

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares. (AZEVEDO, 2006, p. 2).

⁹ Fernando de Azevedo, foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30), em 1932 foi escolhido como redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1933 assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo e atuou como Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-42).

Os intelectuais defendiam a laicidade do ensino, expansão da escola pública e a igualdade de direitos para ambos os sexos, enquanto um segundo grupo, na maioria de católicos, combatiam os ideais dos renovadores, defendendo acima de tudo o ensino religioso. Para os representantes deste movimento da Escola Nova, a educação no país não estava conectada com as reformas econômicas que exigiam qualificação profissional.

A educação era tratada de forma empírica, necessitando de aperfeiçoamento e utilização dos conhecimentos científicos produzidos até então no âmbito educacional. Para os renovadores os conhecimentos psicológicos e sociais, deveriam ser garantidos na organização de uma nova educação que proporcionasse a formação de um homem integral. O Estado deveria criar escolas para todos, gratuita e obrigatória, sem que essa proporcionasse segregação social, cumprindo com o seu dever. Assim a educação se resumiria em uma grande reforma social.

No que se refere ao ensino profissional, o texto do Manifesto dos Pioneiros, faz críticas à legislação do ensino vigente que não possibilita aos alunos desta modalidade dar continuidade no ensino superior, sendo considerado pelos intelectuais um verdadeiro “divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional.” (AZEVEDO, 2006, p.10).

Considerado como ponto nevrálgico¹⁰, a educação não possui uma continuidade, promovendo a segregação social. Para tanto propunham que,

A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18 anos), sem seção de preponderância intelectual (com os 3 ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio). (AZEVEDO, 2006, p.11).

Fernando de Azevedo e os demais integrantes do movimento criticavam as reformas promovidas na educação anteriormente, pois em suas palavras “impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo.” (AZEVEDO, 2006, p. 3). As reformas promovidas até então, não atendiam às necessidades do país.

Para eles, as reformas empreendidas tinham sido parciais e arbitrárias, lançadas sem solidez econômica, sem visão global do problema e sem continuidade de pensamento. Portanto, a função do manifesto era corrigir o erro fundamental do sistema em vigor: o da falta de continuidade e de articulação dos diversos graus do ensino, como se, não sendo etapas de um mesmo processo, cada um deles tivesse seu fim em particular, próprio. (CARVALHO, 2012, p. 136).

¹⁰ Adjetivo utilizado no item b do subtítulo (Plano de reconstrução educacional) do texto do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

2.1.3 Fernando de Azevedo e o código da educação do Estado de São Paulo

Após participar do Manifesto da Escola Nova, sendo o redator das propostas, Fernando de Azevedo, em janeiro de 1933, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do estado de São Paulo e se demitiu em 27 de julho do mesmo ano. Mesmo com uma breve passagem por esta diretoria ele elabora o Código de Educação do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1933a).

Em menos de três meses, foi concluído e aprovado o projeto. Constituído por 992 artigos, a nova lei da educação paulista dispunha de modo detalhado sobre a educação pré-primária e primária, a educação profissional, a secundária, a pedagógica e a especializada. Por todo o texto legal perpassam os princípios da racionalização técnica, a adequação da escola ao meio social [...] (SOUZA, 2011, p. 7).

Alicerçado nos ideais que caracterizavam os propósitos dos representantes do Manifesto dos Pioneiros, o Código se concretizou com os princípios do movimento renovador. Fernando de Azevedo normatizou e sistematizou a educação pública no estado de São Paulo, inclusive o ensino profissional.

Visando atender as classes populares e seguindo os seus ideais, o Código da Educação de São Paulo, possui 192 artigos voltados especificamente para a formação profissional. Nos artigos, Fernando de Azevedo sistematiza essa modalidade de ensino de forma criteriosa, clara e objetiva, mesmo esta modalidade de ensino não favorecendo às classes populares darem continuidade nos estudos, devido às Reformas de Francisco Campos em 1931, conforme abordado anteriormente neste texto.

De acordo com o Decreto, a educação profissional no Estado de São Paulo pode ser definida a partir da sua finalidade, o “a) adiestramento no grupo de especializações profissionais; b) a especialização profissional; c) o aperfeiçoamento profissional; d) a prática profissional; e) preparação de mestres” com escolas profissionais femininas que visavam desenvolver “a economia doméstica para a preparação das atividades femininas no lar” (SÃO PAULO, 1933b).

O ensino profissional após o ensino primário, proporcionando o desenvolvimento profissional e cultural do aluno, divididos em: “a) curso vocacional; b) escolas profissionais primárias; c) escolas profissionais secundárias; d) escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento profissional;” e “e) curso de aperfeiçoamento para mestres” (SÃO PAULO, 1933b).

Adaptadas ao meio, como consta no Decreto, as escolas profissionais teriam caráter “industrial, agrícola ou comercial” (SÃO PAULO, 1933b), podendo ser apenas para homens, mulheres ou mistas. Embora possa parecer um avanço no que se refere à possibilidade de escolas mistas para a formação técnica profissional, o Decreto mantém as características

conservadoras em relação à formação da mulher trabalhadora, ao oferecer formação de economia doméstica às mulheres.

As indicações para a formação da mulher trabalhadora ratificavam as concepções em voga mantendo um traço nitidamente conservador. Assim, nas escolas profissionais femininas, além do curso profissional, deveriam ser oferecidos cursos de economia doméstica para a preparação das atividades femininas do lar. (SOUZA, 2011, p.10).

Em geral, os cursos profissionais eram divididos em duas partes, sendo uma de conhecimento geral e outra específica da prática profissional. A média de idade para ingressar no curso profissional era de 11 anos com pré-requisitos específicos de acordo com a formação. A duração do curso variava de 1 a 3 anos. Grande parte dos cursos era voltada a formação de profissionais para atuação na indústria, porém, podem se observar matérias dentro destes cursos relacionadas à formação profissional comercial.

Para as mulheres, os cursos profissionalizantes eram os que mais possuíam características de formação comercial, demonstrando que o ensino profissional comercial ainda estava em processo de construção de sua identidade, mesmo após Francisco Campos ter elaborado o Decreto n. 20.158, de julho de 1931, sobre o ensino profissional comercial.

Fernando de Azevedo, ao organizar a educação profissional no Estado de São Paulo, evidencia sua preocupação com a formação das camadas populares para o trabalho, alinhado com as posições e atuações públicas do governo. Mesmo como um dos membros do movimento renovador esteve sempre no poder, atendendo aos interesses da classe dominante representada pelo governo.

Procurou, ao longo dos artigos, explicitar a aproximação da escola com o meio em que ela estava inserida, a necessidade de descobrir a aptidão dos alunos e encaminhar para o curso profissional que atendesse às suas habilidades e a criação do 5º. ano pré-vocacional para os alunos que concluíram o 4º. ano dos grupos escolares que tinha por finalidade “[...]informar os alunos a respeito das profissões do meio local; oferecer-lhes oportunidade para o conhecimento prático do trabalho profissional; orientá-los na escolha de um ramo de atividade e guiá-los para aprendizagem adequada” (SÃO PAULO, 1933b).

Parte das lutas ideológicas dos representantes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi concretizada no Código de Educação do Estado de São Paulo, por meio de Fernando de Azevedo, enquanto Diretor Geral da Instrução Pública deste Estado.

2.1.4 O discurso de Getúlio Vargas na Constituição de 1934

Em meio ao crescimento urbano ligado a indústria, no final de 1933 e meados 1934, foi elaborada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 1934. A instabilidade educacional na época influenciou na sua construção, sofrendo influências e atendendo as reivindicações do “Manifesto dos Pioneiros”, como gratuidade e universalização da educação.

Na elaboração da constituinte de 1934, o governo de Getúlio Vargas era provisório e buscava definir seus ideais políticos, educacionais e atender interesses dos setores dominantes que o havia apoiado e o levado ao poder. Seu governo se caracterizava pela heterogeneidade de composição.

A elaboração dessa constituinte foi marcada por disputas crescentes no campo da educação que se inicia em meados de 1930, quando um grupo pedia a renovação na educação e outro preocupado com o conservadorismo religioso, fortalecido pelo então Ministro Francisco Campos na sustentação da obrigatoriedade desse ensino nas escolas.

A Constituição de 1934 foi de curta duração, o mesmo não ocorrendo com o processo de sua elaboração, levando em conta toda a série de acontecimentos: a partir de 1930. Duas correntes, digamos assim, bastante presentes e militantes se digladiaram no seu interior, nas questões educacionais. Vitórias ocorreram de ambos os lados, dada ser esta a intenção do poder de Estado. Eram segmentos da mesma classe que se opunham e cabia ao Estado conciliar e evitar o radicalismo. (BITTENCOURT, 1986, p. 255).

No que se refere ao ensino profissional, Getúlio Vargas em seu discurso na abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ao tratar sobre a “Educação e Saúde Pública” inicia dizendo que o país “estava ainda com os dois problemas capitais da sua organização para resolver: o trabalho e a educação”. E destaca a “preocupação de encarar seriamente: a solução desses dois importantes problemas nacionais” (VARGAS, 1933, p. 44):

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro à educação no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base, a instrução primária de letras e a técnica profissional. (VARGAS, 1933, p. 44).

Durante a elaboração da constituinte o foco foi o ensino religioso, diferentemente do que se pode perceber no discurso de Getúlio Vargas ao afirmar que, “a instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica” (VARGAS, 1933, p. 44):

Em suas referências sobre a educação, fica a impressão de que os encaminhamentos dos debates e elaboração de propostas no plenário constitucional, serão em torno do ensino profissional. A primeira vista, a

educação das camadas populares parece ser a meta governamental e a grande questão colocada pela nação diante de seus representantes. Não há nenhuma palavra sobre ensino religioso. (BITTENCOURT, 1986, p. 246).

A preocupação de Getúlio Vargas com o ensino profissional se torna compreensível após analisar a Reforma de Francisco Campos que por meio dos seus decretos organizou, sistematizou e favoreceu o ensino voltado a elite. Diante disso Vargas sofria pressão política, popular e econômica por falta de uma educação que realmente atendesse a classe popular e formasse trabalhadores qualificados para atuarem nas indústrias em crescente expansão no país.

Para o poder, o fundamental, no que se refere à educação, concentra-se na “instrução profissional técnica”, Getúlio Vargas argumentava sobre o predomínio que a máquina exerce na sociedade brasileira. Para essa modernização, a educação é o elemento de garantir a produção e o enriquecimento. O progresso do país, seu desenvolvimento industrial e agrícola só pode se originar no trabalho e é, portanto, para o trabalho que deve se voltar a educação. As escolas deverão ser local de instrução dessa relação com o meio, capacitando o indivíduo para uma ação no local onde vive. (BITTENCOURT, 1986, p. 247).

Percebe-se que Getúlio Vargas lidava com três pontos de interesses que precisavam ser concretizados na elaboração da constituição. De um lado, havia conservadores lutando para manter o ensino religioso nas escolas, do outro os renovadores batalhando para que seus ideais fossem concretizados nesta lei e no terceiro ponto Getúlio Vargas sofria pressão para organizar o ensino as camadas populares, dando total destaque ao ensino profissional no seu discurso.

Getúlio Vargas chega a afirmar que alguns Estados tentaram organizar a educação e considera que foram “incompletas e sem sistematização” (VARGAS, 1933, p. 44). É importante lembrar que o discurso de Getúlio Vargas foi feito quase que seis meses após Fernando de Azevedo organizar e sistematizar de forma detalhada o sistema educacional do Estado de São Paulo – inclusive o ensino profissional – seguindo os princípios da Escola Nova (publicado em 1932), que também estavam influenciando a elaboração da constituição.

Para Vargas, a “[...] ação isolada dos governantes não basta para transformar em realidade fecunda, empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude”. Sua pretensão era a de construir uma “[...] verdadeira colmeia do saber humano[...]”, denominada de Universidade Técnica que visava formar “gerações de professores e homens de trabalho” (VARGAS, 1933, p. 44).

Mesmo com um discurso objetivo de seus ideais de abertura da Constituição de 1934, Getúlio Vargas não consegue promover avanços no ensino profissional. Em 1937, em meio a instabilidades políticas e econômicas, que o país sofre um golpe no qual Getúlio Vargas, com

o apoio de militares implanta um regime político totalitário denominado “Estado Novo”, centralizando em sua figura todo o poder de decisão sobre a nação.

De acordo com Cunha (1981, p. 97):

[...] os anos de 1935, 36 e 37 foram marcados por intensas agitações políticas, movimentos dos operários, levante dos comunistas, crescimento do integralismo e, por fim, a campanha presidencial, Getúlio, jogando e estimulando de um lado, observando o desenrolar dos acontecimentos do outro, conseguiu, com o apoio dos militares, seu intento de continuar no poder, outorgando ao país, em 1937, uma nova Constituição, bem diferente da de 34, pois lhe dava plenos poderes para cumprir seus desígnios [...] expressos ou latentes.

2.1.5 O início da efetivação do Discurso de Vargas realizado em 1933

É nesse contexto que é outorgada a Constituição de 1937, encomendada por Getúlio Vargas a Francisco Campos, que foi imposta aos brasileiros. No que se refere à educação em geral esta constituição não teve a mesma amplitude que a de 1934, porém a educação profissional é tratada e encaminhada nacionalmente por meio dela.

O artigo 129 trata sobre a definição do papel do Estado, empresas e dos sindicatos na formação profissional. Pode se dizer que Getúlio Vargas concretizou o seu discurso feito na abertura da Assembleia Constituinte de 1934, na Constituição de 1937:

Art. 129: A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, p. 84).

Essa Carta Constitucional de 1937 foi a primeira a integrar o ensino profissional nessa magnitude, embora o mesmo governo já houvesse, em 1931, legislado sobre o ensino profissional comercial na Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931). É possível compreender uma evolução no sistema do ensino profissional, porém este legitimava mais uma vez a separação entre o trabalho manual e o intelectual, ao se destinar apenas às classes menos favorecidas.

Outro ponto importante que merece destaque no “[...] artigo 129 dessa Carta Magna, no que diz respeito à institucionalização da cooperação entre indústrias, sindicatos e Estado para a criação de estabelecimentos escolares, destinados aos aprendizes.”(CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 59).

A educação profissional no período do Estado Novo foi se constituindo de acordo com o contexto econômico do país, que passava por ampliação e intensificação da exportação dos produtos brasileiros, proporcionando um crescimento industrial e comercial, constatando “[...] a necessidade de formar trabalhadores qualificados para atender às demandas do setor produtivo, fazendo-se urgente a organização, a ampliação da capacidade de atendimento e o aumento da qualidade do Ensino Industrial” (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 60) e comercial.

Em 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública foi reorganizado e passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Gustavo Capanema, que ocupava o cargo desde 1934, permanecendo até o fim do Estado Novo, em 1945.

Visando a organização do ensino profissional para atender as demandas econômicas e sociais do país foram realizadas várias ações no âmbito educacional; o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio, tornando o ensino profissional nacionalmente reconhecido, diante do aumento da procura por técnicos em virtude da expansão da produção industrial e comercial.

Outra ação consistente se refere à estrutura escolar, tendo em vista a necessidade de escolas técnicas. Para atender a demanda de formação de técnicos integra escolas profissionais existentes a Rede Federal de Ensino:

Facilitar a implementação e o desenvolvimento da formação profissional, necessária ao desenvolvimento do país, consistiu na transformação, em 1942, dos Liceus Industriais do Ministério da Educação e Saúde em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a integrar, juntamente com as novas Escolas Técnicas, criadas no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Pelotas, a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, destinada, especialmente, à oferta dos Cursos Técnicos definidos pela Reforma Capanema. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 64).

A Constituição de 1937 trouxe aspectos positivos ao integrar em um dos seus artigos a modalidade de ensino profissional, mesmo explicitando que esta era destinada às classes menos favorecidas. Podemos afirmar que se estava abrindo caminhos para a criação do SENAC, por meio da criação das Leis Orgânicas, como veremos a seguir.

2.1.6 Leis Orgânicas do ensino profissional Comercial

No conjunto destas ações estão as Leis Orgânicas, conhecidas como Reforma Capanema. Trata-se de um conjunto de oito Decretos-lei que abrangeram o ensino primário e médio. Os Decretos que compunham as Leis Orgânicas começaram a ser promulgadas em 1942 no Governo Vargas e se estenderam até 1946, com o Ministro da educação Raul Leitão da Cunha, vigorando até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961.

Dentre as Leis Orgânicas destacamos o Decreto-Lei n. 6.141 (BRASIL, 1943), que estabelecia a organização e as finalidades do ensino profissional comercial e o Decreto-lei n. 8621, de 10/1/1946, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em todo território nacional. Com 62 artigos, o Decreto-lei n. 6141 de 1943, tratava sobre a organização e as finalidades do ensino profissional comercial¹¹.

Art. 1: Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei. (BRASIL, 1943).

É a partir deste Decreto que o ensino profissional comercial passa a compor o ensino secundário (atual ensino médio), possibilitando maior flexibilização em relação à continuidade nos estudos nos demais níveis de ensino, passando então a ser ofertado para todos. É possível perceber que a determinação na Constituição de 1937, em oferecer ensino profissional às classes menos favorecida se mantém, mas é importante destacar que a formação intelectual começa a se fazer presente, na medida em que o ensino profissional passa a compor o ensino secundário, possibilitando, mesmo que de forma tímida, continuação dos estudos no ensino superior, considerado formação intelectual.

Esta divisão não correspondia a clássica distinção entre trabalho manual e o trabalho intelectual. A categoria trabalho intelectual abrangia tanto o ensino secundário e o superior quanto o 2º. ciclo dos ramos profissionais, que se destinavam a formar técnicos industriais, agrícolas e comerciais. Apenas o 1º ciclo dos ramos profissionais estava destinado a formar propriamente trabalhadores manuais; para eles estavam destinados os jovens oriundos das “classes menos favorecidas” de que falava a Constituição de 1937. O ensino

¹¹ A educação profissional (cursos profissionalizantes): é dividida em várias modalidades cursos técnicos que oferece aos concluintes diplomas, cursos de qualificação profissional com carga horária menor que o técnico com direito a diplomas também e cursos livres com curta duração que após a conclusão os alunos recebem certificados de participação.

normal estava colocado também no lado do trabalho intelectual destinando-se a formar não só trabalhadores para o próprio aparelho de ensino como, também, as reprodutoras biológicas e culturais das elites dirigentes. (CUNHA, 2000, p. 42).

Esta lei orgânica promoveu duas grandes importantes medidas: a primeira delas é a criação dos cursos técnicos, denominados de cursos técnicos comerciais, sendo eles: curso de comércio e propaganda, curso de administração, curso de contabilidade, curso de estatística e curso de secretariado, todos com duração de três anos a fim de ensinar “[...] técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados.” (VARGAS, 1943).

A segunda medida estabelece o ensino técnico comercial como curso médio profissional, trazendo mais organicidade¹² a esta formação e possibilitando aos alunos destes cursos técnicos a cursarem o ensino superior, mesmo que restritamente, em função do aluno apenas poder se candidatar nos cursos superiores relacionados ao curso técnico que fez.

A segunda Lei Orgânica do Ensino Profissional Comercial trata da criação do SENAC em todo território nacional. O Decreto lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 cria o SENAC e atribui à Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de organizar e administrar estas escolas (BRASIL, 1946a).

Podemos afirmar que a criação do SENAC se deu a partir da convergência de inúmeros fatores. O primeiro deles, a Constituição de 1937, ao atribuir as indústrias e aos sindicatos o dever de “[...] criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados.” (BRASIL, 1937). Esta orientação pode ter sido um estímulo para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e em seguida o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946.

Um segundo fator, citado como o principal pela própria instituição SENAC, trata-se sobre o encontro ocorrido em Teresópolis, no Rio de Janeiro, entre os dias 1 e 6 de maio de 1945. Nesse encontro estiveram reunidos representantes de diversos setores produtivos, vindos de várias partes do país. Como fruto desse encontro foi elaborado um documento final denominado “Carta Econômica de Teresópolis”, que tratava sobre assuntos relativos à saúde pública, economia e a educação, recomendando, de forma explícita, “[...] a atribuição às entidades representativas das categorias econômicas e profissionais de idênticos direitos e deveres quanto à organização do ensino técnico profissional.” (OLIVEIRA *et al.* 1945, p. 24).

¹² Lembrando que em 1927, o Deputado Graco Cardoso já havia apresentado um projeto de lei sugerindo a organicidade do ensino profissional, sendo assim esta lei não se tratava de uma ideia nova no Brasil.

Dentre os diversos assuntos discutidos o grupo solicitava ao governo a “[...] fundação de escolas técnicas profissionais, em larga escala.” (OLIVEIRA *et al.* 1945, p. 7).

Contudo, contrapondo o fato de que o encontro de Teresópolis teria levado à criação do SENAC, os autores afirmam que os empresários eram contra a remuneração dos trabalhadores aprendizes, portanto não teria sido este encontro o motivo da criação do SENAC. Para eles, o SENAI e o SENAC foram criados por determinação de Getúlio Vargas (OLIVEIRA *et al.* 2003).

[...] ao contrário do que foi veiculado, a criação do SENAI e do SENAC não se constituiu em uma iniciativa do empresariado que, na época, resistia à instituição de uma aprendizagem sistemática, vinculando trabalho e escola. Além disso, os empresários também se opunham à remuneração dos trabalhadores-aprendizes. Na verdade, a criação desses serviços foi uma imposição de Vargas, que obrigou os empresários a assumirem a capacitação dos trabalhadores. (OLIVEIRA *et al.* 2003, p. 33).

Embora contraditórias as opiniões acima, é provável que não sejam excludentes, pois não há apenas uma determinante para a criação do SENAC. É possível que alguns empresários fossem contra a remuneração dos aprendizes, assim como também é possível que alguns fossem a favor e a junção desse encontro com o desejo de Getúlio contribuíram para a criação do SENAC.

Outro fator foi liderado pelo então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em junho de 1945, ao criar uma comissão especial destinada a promover e difundir o aperfeiçoamento do ensino comercial. Em setembro desse mesmo ano era criada a Confederação Nacional do Comércio, que com a criação do SENAC, torna-se a responsável em instalar e gerir as escolas no país.

A conjunção destes fatores contribuiu para a criação do SENAC, destacamos a Constituição de 1937, o encontro em Teresópolis em maio de 1945, a comissão especial criada em junho de 1945 para divulgar o ensino comercial e o desejo do governo de Getúlio que era caracterizado pelo populismo, caridade, religiosidade para a manutenção do apoio político da igreja.

Estes diversos fatores convergiram para que o SENAC fosse criado, visando atender a demanda social e econômica do país com a instalação de escolas comerciais em larga escala. Consolidando as propostas do governo Vargas.

Pode se afirmar que a constituição do conjunto de escolas voltadas para a formação profissional, no Brasil, foi marcada por uma perspectiva dualista, que consubstanciou, por um lado, na Rede Federal de Educação, organizada como o sistema oficial, e, por outro, em um sistema paralelo, representado, principalmente, pelo SENAI e pelo SENAC. (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p. 64).

Podemos dizer que os acontecimentos no campo educacional ocorridos nas décadas de 1930 e 1940 foram extremamente importantes para a evolução e consolidação do ensino profissional no Brasil. Não devemos desconsiderar todos os momentos vividos por esta modalidade de ensino, que contribuíram para chegar onde chegou.

O ensino profissional comercial nasce com práticas empíricas e vai se constituindo ao longo da história à medida que o país se desenvolve economicamente e tecnologicamente. O desenvolvimento agrícola e industrial fez com que as práticas comerciais fossem qualificadas, exigindo a estruturação de um ensino voltado a esta prática.

Para Carvalho,

O nascimento e o desenvolvimento do ensino técnico comercial é uma resultante do desenvolvimento comercial e da tecnologia nele empregada. A urbanização, a criação de grandes mercados consumidores, o desenvolvimento da produção em larga escala, a abertura de estradas, possibilitando a distribuição rápida em larga rede comercial, resultaram em organização de enormes, variados e complexos empreendimentos comerciais, cujo funcionamento à base de aparelhagem e técnicas científicas em suas operações e em sua administração trouxe, inevitavelmente, a consequente criação de necessidades novas de pessoal altamente especializado e diversificado. (CARVALHO, 1965, p. 72).

O ensino profissional no Brasil surge na prática empírica de trabalhos manuais realizados pelos índios, negros e pessoas escravizadas. Realizar trabalho manual na época era uma forma de classificar o nível social em que a pessoa estava inserida, motivo pelo qual o ensino profissional era cercado de preconceito. Homens considerados livres se afastavam do trabalho manual. As primeiras escolas de ensino profissional eram de caráter assistencialista e filantrópico.

Em 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública nomeando como primeiro ministro Francisco Campos, que, em 1931, baixou o Decreto n. 20.158 (BRASIL, 1931), organizando o ensino profissional comercial no território nacional. A principal crítica a este Decreto é a de não continuidade dos estudos no ensino superior, mantendo uma dualidade na educação brasileira, porém a que se considerar a sua importância em organizar em nível nacional o ensino comercial.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, redigido por Fernando de Azevedo, propunha uma escola pública com igualdade de direitos a todos, criticava a legislação vigente do ensino profissional, pela falta de continuidade nos estudos no ensino superior. Fernando de Azevedo, em 1933, assume a Diretoria da Instrução Pública de São Paulo e em pouco tempo

cria o Código da Educação de São Paulo, organizando e normatizando todos os níveis e modalidades de ensino deste estado.

É importante destacar a participação efetiva de muitos escolanovistas no campo da educação neste período, dentre eles Fernando de Azevedo e Francisco Campos, citados neste texto pelos feitos no ensino profissional. Em 1932, Anísio Teixeira, também escolanovista, enquanto diretor da Instrução Pública de Brasília, tentou pela primeira vez romper com a separação existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, transformando o Instituto Profissional João Alfredo, em escolas técnicas secundárias que foi desfeito com o golpe político, iniciando o período denominado de Estado Novo.

Logo, em 1934 é elaborada a Constituição Federal, marcada por grandes disputas políticas entre católicos e revolucionários, que debatiam entre a obrigatoriedade do ensino religioso e a laicidade, enquanto Getúlio Vargas em seu discurso de abertura da elaboração da Constituição defendia a necessidade do ensino profissional, que nem foi discutido entre os parlamentares.

Há que se considerar que nesse período, Getúlio Vargas se alia com a igreja para que ela controlasse a população, pois na Europa a população havia se rebelado e temia que o mesmo acontecesse aqui no Brasil. Isso significava aliar-se, ainda que por meio de ideias distintas, também com os escolanovistas que possuíam propostas que vinham ao encontro às necessidades e desejos da população.

Em 1937 é outorgada uma nova Constituição, encomendada por Getúlio Vargas a Francisco Campos, na qual podemos detectar o primeiro indício que levaria a criação do SENAC. Nela é expresso o desejo de Getúlio Vargas em relação ao ensino profissionalizante no artigo 129, determinando às indústrias a criação de escolas de aprendizes.

Os próximos fatos que determinaram a criação do SENAC foi o encontro dos empresários em maio de 1945, em Teresópolis. Este encontro resultou na Carta Econômica de Teresópolis e a criação em junho do mesmo ano de uma comissão que tinha por objetivo divulgar o ensino comercial e criando em setembro de 1946 a Confederação Nacional do Comércio.

Em 1946 é criado o SENAC por meio do Decreto n. 8.621 (BRASIL, 1946a), atribuindo à Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de organizar e administrar as escolas de ensino comercial em todo território nacional.

2.1.7 Os Decretos-Lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946

Em 10 de janeiro de 1946 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em todo território nacional por meio do Decreto-lei n. 8.621. Retoma-se que a criação dessa instituição se deu com a junção de inúmeros fatores que indicavam a necessidade de uma escola profissional comercial que fosse voltada aos funcionários dos estabelecimentos comerciais. Com 12 artigos objetivos, o decreto dispõe e orienta a criação do SENAC, atribuindo à recém-criada Confederação Nacional do Comércio (setembro de 1945) a responsabilidade de administrar e organizar as escolas de aprendizagem comercial no país.

Os estabelecimentos comerciais “[...] ficam obrigados ao pagamento mensal de uma contribuição equivalente a um por cento (1%) sobre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados.” (BRASIL, 1946). As instituições de aposentadoria e pensões arrecadam e colocam à disposição do SENAC o valor recebido, possibilitando ao mesmo sua manutenção.

Dessa maneira, é atribuída à Confederação Nacional do Comércio, a responsabilidade de elaborar e expedir o Regulamento do SENAC e as instruções necessárias para o início de suas atividades e seu posterior funcionamento. Observa-se que o SENAC é uma instituição privada, mantida pelos estabelecimentos comerciais, que possui caráter ímpar e nasce estruturado com as condições de autonomia gestora e financeira, submetido apenas à legislação educacional do ensino profissional comercial.

A estrutura gestora da instituição é apresentada no artigo 10, constituída pelo Conselho Nacional e Conselhos Estaduais ou Regionais. O conselho Nacional do SENAC será presidido pelo Presidente da Confederação Nacional do Comércio e os “[...] Presidentes dos Conselhos Estaduais ou Regionais serão escolhidos entre os Presidentes das Federações Sindicais dos grupos do comércio, preferindo-se sempre o da Federação representativa do maior contingente humano” (BRASIL, 1946).

No terceiro parágrafo do artigo 10 são apresentados os cargos que deverão obrigatoriamente fazer parte do Conselho Nacional:

§3º. Farão parte obrigatoriamente do Conselho Nacional o diretor do órgão encarregado da administração das atividades relativas ao ensino comercial do Ministério da Educação e Saúde e um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designado pelo respectivo Ministro, e dos Conselhos Estaduais ou Regionais farão também parte representantes dos dois Ministérios, igualmente designados. (BRASIL, 1946, p. 2).

Definida a estrutura gestora e a forma de manutenção como instituição privada é promulgado, na mesma data, o Decreto-lei n. 8.622, que dispõe sobre como seria a

aprendizagem dos comerciários, estabelecendo os “[...] deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores [...]” (BRASIL, 1946). O objetivo desse decreto é apresentar as obrigações dos empresários comerciais e quais condições os candidatos necessitam apresentar para serem contratados por esses estabelecimentos e, conseqüentemente, efetuarem a matrícula no SENAC.

Art. 1. Os estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, que possuírem mais de nove empregados, são obrigados a empregar e matricular nas escolas de aprendizagem do SENAC, um número de trabalhadores menores como praticantes, que será determinado pelo seu Conselho Nacional, de acordo com as práticas ou funções que demandem formação profissional, até o limite máximo de dez por cento do total de empregados de todas as categorias em serviço no estabelecimento. (BRASIL, 1946, p. 1).

De acordo com o decreto, o empregador que não cumprir a contratação do menor, disposto no artigo primeiro, será multado. A multa se dará por dia e por empregador, e no caso de dispensa dos menores por “[...] invalidez, doença ou demissão, ou ainda por afastamento ou suspensão ou expulsão pelo SENAC [...]” (BRASIL, 1946, p. 1), o empregador terá um prazo de 10 dias para substituir a vaga com um novo aluno.

O decreto define as condições que os candidatos precisam ter para serem admitidos nos estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, matriculados no SENAC. De acordo com o artigo 3, além da idade, os candidatos devem atender ao critério de escolaridade mínima ou ter conhecimentos “mínimos essenciais”, possuir condições físicas e mentais e não estar doente. Atendendo a essas condições, os candidatos serão submetidos ao processo seletivo.

Art. 3: Os candidatos à admissão como praticantes, além de terem a idade mínima de quatorze anos, deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ter concluído o curso primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;
- b) ter aptidão física e mental, verificada, por processo de seleção profissional, para a atividade que pretendam exercer;
- c) não sofrer de moléstia contagiosa, e ser vacinado contra a varíola.

(BRASIL, 1946, p. 1).

De acordo com o decreto, os candidatos não aprovados receberão orientação profissional para que possam buscar outra atividade mais adequada as suas aptidões e que foram detectadas no processo seletivo.

Ao analisar os decretos, percebe-se que eles se complementam, ou seja, enquanto o Decreto-Lei 6.621 (10/01/46) trata da criação do SENAC, sua estrutura gestora e fonte de manutenção financeira o Decreto-Lei 6.622 (10/01/46) apresenta a obrigatoriedade dos empresários comerciais em contratar e matricular jovens aprendizes no SENAC. O primeiro criou a escola e sua fonte de sobrevivência, e o segundo, garantiu os alunos.

É importante destacar que com a criação do SENAC, parte dos objetivos propostos no encontro em Teresópolis, RJ, em 1945, foram atingidos. Nesse encontro, empresários e representantes ligados ao comércio de 20 estados¹³ recomendavam ao governo a criação de escolas técnicas comerciais para o avanço econômico do país.

O Estado de São Paulo era um dos que mais possuía entidades representadas nesta conferência, incluindo a Associação Comercial de Bauru, cidade onde se localiza o objeto de estudo da pesquisa desenvolvida.

2.1.8 Confederação Nacional do Comércio

Em 13 de maio de 1946, quatro meses após a criação do SENAC, a Confederação Nacional do Comércio, responsável por organizar e administrar as escolas do SENAC, expede o primeiro regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

O primeiro artigo apresenta as finalidades do ensino técnico profissional do comércio que tem por objetivo, por meio do SENAC, elevar o nível técnico-profissional dos comerciários no país. A Confederação Nacional do Comércio define um conjunto de responsabilidades que lhe cabe na gestão das escolas comerciais. Destacamos duas delas, por se relacionar direto com a instalação das escolas, seus futuros alunos e a criação do SENAC, propriamente dito.

- a) organizar e manter, em todo território nacional, ensino para trabalhadores menores que exerçam atividades em estabelecimentos comerciais;
- b) organizar e manter cursos práticos e de especialização para empregados no comércio, visando seu aperfeiçoamento. (SENAC, 1946, p. 1).

Diante destas duas finalidades, observamos a preocupação em implantar em todo território nacional escolas do SENAC para formar menores que estejam trabalhando em estabelecimentos comerciais e adultos que necessitam de aperfeiçoamento ou por trabalharem de forma empírica ou por necessitarem de atualização.

A Confederação Nacional do Comércio, por meio dessas duas citações explicita de forma clara os principais objetivos do SENAC, que cabendo a essa instituição organizar, implantar e geri-la, de forma a atendê-los e para isso, primeiramente, era necessário organizar como seria composta a instituição, considerando sua dimensão nacional.

Para implantar e gerir o SENAC foi criada uma estrutura com duas dimensões, as quais se definiram a finalidade de cada uma. Sua estrutura gestora ficou dividida em órgão Administrativo Nacional (AN) e Administrações Regionais (AR).

¹³ Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceara, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, E. Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O órgão Administrativo Nacional foi subdividido em Conselho Nacional (CN) e Departamento Nacional (DN). Foi atribuído ao Conselho Nacional a responsabilidade de deliberar coletivamente e realizar o planejamento geral do SENAC, inclusive o financeiro. O Departamento Nacional tem a função de executar as resoluções do Conselho Nacional, orientando e coordenando o ensino realizado no SENAC em seus Departamentos Regionais.

Visando proximidade com a realidade local o órgão de Administrações Regionais, também foi subdividido em dois. O primeiro são os Conselhos Regionais que agem de forma coletiva, observando as diretrizes gerais e as normas da Administração Nacional, realizando adaptações às condições específicas de cada região.

E o segundo tem por finalidade a execução direta dos programas do SENAC, os Departamentos Regionais organizam e fiscalizam suas escolas e cursos, cumprindo as determinações dos demais órgãos. Os Departamentos Regionais são organizados por estado e de acordo com a Portaria n.1, de 13 de maio de 1946, não há indicação de como deve ser organizado nos estados. Os Conselhos Regionais e Departamentos Regionais têm autonomia gestora para organizar no seu estado o organograma administrativo que mais atende as características daquela região.

Com esta estrutura o Departamento Regional do SENAC São Paulo, inicia o trabalho de organização e implantação de suas Unidades no estado.

2.1.9 O início das atividades administrativas do SENAC no Estado de São Paulo – Brasília Machado Neto

Para retratar o processo de criação e instalação do SENAC no Estado de São Paulo, foram escolhidos como fonte os relatórios anuais obrigatórios, feitos pelos representantes dos Departamentos Regionais para prestarem contas ao Conselho Regional que, em posse deles elabora e apresenta ao Conselho Nacional e o Departamento Nacional do SENAC. Estes relatórios possuem uma riqueza de informações, como número de funcionários no respectivo ano, recursos financeiros, infraestrutura, gráficos e tabelas referente aos alunos, dentre outras informações que possibilitam a compreensão do percurso da instalação da instituição no estado de São Paulo.

Foram utilizados os relatórios dos anos de 1946, 1947 e 1948. Essas fontes fazem parte do acervo institucional do SENAC São Paulo e encontram-se preservadas.

O estado de São Paulo inicia em 13 de julho de 1946 suas atividades da Administração Regional do SENAC. O primeiro passo foi a eleição das pessoas que deveriam compor o

Conselho Regional, tendo obrigatoriamente como Presidente o então, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o Sr. Brasília Machado Neto.

Ligado à política, deputado estadual e federal, Brasília era uma pessoa de destaque por fazer interface com o setor político e o SENAC e, não por acaso, assume a Presidência do Conselho Regional de São Paulo.

Ainda na faculdade começou a se interessar por associações e política de classe, e foi a elas que se dedicou por toda sua vida. Ao assumir a presidência da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em 1944, passou a advogar o aprimoramento da economia brasileira para uma era de produção e comércio mais justa e eficiente. Para ele, era preciso "infundir no brasileiro a mentalidade econômica", e isso exigiria que o empresariado nacional estivesse aberto também ao aspecto social, investindo na valorização do ser humano, na saúde e na qualificação profissional. (SENAC, 2006, p. 1).

Brasília Machado Neto presidiu a Conferência das Classes Produtoras, ocorrido em 1945, em Teresópolis no Rio de Janeiro, quando fez uma análise da situação econômica do país. Esse encontro, como já detalhamos, possibilitou a criação do SENAC que vinha ao encontro das ideologias do presidente da Conferência.

Esse raciocínio inovador foi preponderante na Conferência das Classes Produtoras do Brasil, reunião de representantes dos setores da economia para discutir os problemas do país, que ocorreu em 1945, no Rio de Janeiro. Presidido por Brasília, o encontro gerou o documento Carta da Paz Social, que recomendava ao governo medidas para o aperfeiçoamento do ensino de comércio, economia e administração, além da criação de escolas profissionalizantes. O governo atendeu às reivindicações e autorizou a Confederação Nacional do Comércio a instalar centros de aprendizagem em todo o país. (SENAC, 2006, p. 1).

Considerado um homem prático, Brasília planejou e executou a instalação do Conselho Regional e o Departamento Regional do SENAC São Paulo, possibilitando o funcionamento das suas primeiras escolas em 1947, pioneiras no Brasil. Permaneceu no cargo até 1952 quando assumiu a Presidência da Confederação Nacional do Comércio, com sede no Rio de Janeiro, cargo já ocupado por João Daudt d'Oliveira, que fazia parte da mesa presidida por Brasília na conferência das classes produtoras do país ocorrida em Teresópolis, RJ, em 1945.

Ao assumir o cargo máximo da Confederação Nacional do Comércio em 1952, o país tinha como presidente eleito por voto direto Getúlio Vargas que motivou e articulou junto às lideranças políticas e aos empresários a criação de uma instituição escolar que formasse e qualificasse pessoas para trabalharem no comércio.

Figura 1 – Conferência das classes produtoras em Teresópolis



Fonte: SENAC. Disponível em: <<http://www.sp.senac.br>>. Acesso em: 20 maio 2017.

Brasílio retorna à Presidência da Federação do Comércio de São Paulo em 1961, e como um dos grandes feitos incentiva a “[...] criação de cursos de formação profissional acelerada para adultos, com tal proporção que colocou o Regional de S. Paulo em primeiro plano do preparo de mão-de-obra especializada para as atividades mercantis e serviços.” (SENAC, 1946, p. 1).

3 O ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO SENAC/SP E SEU ESPAÇO FÍSICO

Liderado por Brasílio, o SENAC São Paulo inicia suas atividades administrativas em julho de 1946. A equipe administrativa se instalou provisoriamente na sede da Associação Comercial de São Paulo, recebendo todo o apoio da Federação do Comércio, que era presidida por Brasílio Machado Neto.

Instalados fisicamente, o segundo passo era criar seu organograma. No dia 1º de setembro de 1946, foi contratado o economista Harold Cruz Hirth, que colaborou com o Conselho Regional na criação do primeiro organograma, sendo esboçado em linhas gerais o funcionamento da instituição.

Criado o organograma do SENAC do Estado de São Paulo, gradativamente foram sendo indicados os seus membros. Foi atribuído a Harold Cruz Hirth a Diretoria da Divisão Administrativa e, em outubro de 1946, foi designado para o professor Walter Barioni. O Professor Alpinolo Lopes Casal, que vinha cooperando com o SENAC por ser representante do Ministério da Educação e possuir experiência com o ensino profissional comercial, foi contratado como assistente do Diretor Geral, em janeiro de 1947.

Em 1. de janeiro, desenvolvendo-se com intensidade os nossos trabalhos, por indicação do Conselho Regional, foi contratado, por tempo determinado e como Assistente do Diretor-Geral, o Prof. Alpinolo Lopes Casal, que desde os primeiros tempos vinha nos prestando sua valiosa cooperação, como representante do Ministério da Educação e Saúde junto ao Conselho Regional.

Pela sua experiência no ensino comercial, pelas suas relações com as Escolas Técnicas de Comércio e pelo desvelo com que sempre tratou os interesses do SENAC, a assistente do Prof^o. Casali neste período foi providencial, tendo a sua presença no Departamento Regional contribuído para o êxito completo de nossas negociações com as Escolas onde funcionarão os CURSOS DO SENAC. (SENAC, 1947, p. 5).

No segundo semestre de 1946, mais precisamente a partir de setembro, foram feitas as primeiras contratações para atender às necessidades exigidas no organograma da instituição que ficou definido da seguinte forma: o DR-SP possuiria duas divisões que se reportariam diretamente ao Diretor Regional, estas, por sua vez, estariam divididas em seções, conforme abaixo:

Quadro 1 – Organograma do SENAC/SP

Divisão Administrativa (diretor)	Divisão de ensino
Serviço de Controle Financeiro (chefe) Serviço de Cadastro e Fiscalização (chefe) Serviço de Material e Pessoal (chefe)	Serviço de Administração Escolar (chefe) Serviço de Orientação Pedagógica (chefe) Serviço de Seleção e Orientação Profissional (chefe)

Fonte: Adaptado de SENAC/SP (1946).

A Divisão Regional, ocupada pelo economista Harold Cruz Hirth, tinha por finalidade organizar a instituição e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações do Comércio para com o SENAC e a Divisão de Ensino, tendo como Diretor Walter Barioni, era responsável por organizar e desenvolver os cursos da instituição.

As duas Divisões tiveram papel fundamental na implantação da nova instituição, pois foi a Divisão de Administração, por intermédio da seção de “Serviço de Cadastro e Fiscalização” que garantiu o cumprimento da arrecadação compulsória obrigatória por lei. Já a Divisão de Ensino teve papel fundamental na estruturação da oferta de cursos e todas as atividades vinculadas a ela. (DURANTE, 2003, p. 46).

O restante do quadro, considerado como executor, foi constituído por meio de indicações e processos seletivos. Finalizada a estrutura gestora e a contratação, o objetivo do SENAC/SP era de iniciar suas atividades em março de 1947.

Constituído o quadro de dirigentes, por meio de indicações e seleção, passamos a contratar os principais executores, como Chefes de Seções de Controle Financeiro, Cadastro e Fiscalização e Material e Pessoal, para a Divisão de Administração, e Orientação Pedagógica, Seleção e Orientação Profissional e Administração Escolar, para a Divisão de Ensino, e mais os auxiliares indispensáveis, e nos pusemos a campo executar o nosso programa que consistia como finalidade a ser atingida, o funcionamento dos CURSOS NO SENAC, obrigatórios para menores, na Capital e no interior do Estado, para serem iniciados no período de escolar de março de 1947. (SENAC, 1947, p. 3).

A Associação Comercial não possuía espaço suficiente para abrigar as instalações do SENAC, após a contratação dos funcionários e em 13 de novembro adquiriu o seu primeiro

espaço para o funcionamento dos setores administrativos, sendo considerada a Sede do SENAC/SP, na Rua Florêncio de Abreu n. 305, um terço do 10º. e o 11º. andar, na capital SP.

3.1 Os primeiros diálogos e as primeiras escolas na Capital

Paralelamente à construção do organograma do SENAC, e conseqüentemente à adequação dos espaços físicos para comportar o pessoal administrativo, o SENAC/SP buscava, por meio de diálogo com instituições ligadas ao seu ramo, explicar em linhas gerais a sua finalidade e conseguir apoio e sugestões para a melhor forma de se instalar na capital do estado.

A criação dessa instituição era um desafio para todos e, portanto, dialogar com quem possuía experiência educacional nessa modalidade de ensino era fundamental para uma melhor compreensão. Para isso, foram convidados diretores de escolas de ensino comercial para uma reunião coletiva. O SENAC esclareceu suas diretrizes provocando interesse, curiosidade e reflexão, nessa oportunidade as opiniões ficaram divididas, alguns diretores das escolas chegaram a manifestar interesse em colaborar e outro não. Talvez por entenderem que o SENAC poderia ser concorrente.

Outras entidades como a Federação dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Contabilistas, Sindicato dos Economistas, Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo também foram convidadas para uma reunião. Segundo relatório da instituição de 1947, o SENAC pretendia divulgar a lei que o criou, esclarecendo dúvidas e estreitando relações em busca de apoio.

[...] a fim de conversarmos com os seus dirigentes e expor-lhes em linhas gerais para que fim foi criado o SENAC e como estava se organizando, e pedir o apoio e as sugestões dessas entidades quanto a melhor forma de instalar-se, em nossa Capital, a aprendizagem comercial. Foram apresentados na ocasião, diversos pontos de vista, e foi mantido um contato permanente para a troca de ideias e sugestões sobre o assunto. (SENAC, 1947, p. 2).

O diálogo possibilitou que o SENAC iniciasse suas atividades. As entidades ligadas ao comércio possuíam relação direta com a finalidade do SENAC e para que conseguissem progredir seria necessário esclarecer a lei, cobrar sua aplicação a fim de que obtivessem os recursos financeiros e assim mantivessem a instituição e alunos.

A convite do Sindicato dos Contabilistas, comparecemos à sede dessa associação de profissionais, a fim de informar àqueles colaboradores do nosso comércio, as finalidades precípuas do SENAC. Considerando que, na maioria dos casos, os contadores são os orientadores fiscais e trabalhistas dos comerciantes, pedindo-lhes que esclarecessem aos empregados a razão da contribuição da parte do comércio e a obrigatoriedade escolar a quem estavam sujeitos os comerciários menores. Que todos colaborassem para que o SENAC fosse uma realidade dentro de pouco tempo, a fim de que a sua ação atingisse

a maior área possível, beneficiando aqueles menores menos afortunados e que não tivessem uma formação social adequada. (SENAC, 1947, p. 2).

A divulgação do SENAC foi realizada pelo Departamento Nacional, e no estado de São Paulo foram criados os Agentes de Cadastro, que tinham como principal objetivo realizar *in loco* o cadastro dos estabelecimentos comerciais existentes e aproveitavam para divulgar o SENAC e suas finalidades. Nas visitas, explicavam as vantagens dos cursos oferecidos pela DR-SP e esclareciam possíveis dúvidas dos comerciários, mantendo a prática do diálogo.

Assistente do Diretor Geral e com fortes relações com as escolas de ensino comercial, o Prof. Alpinolo Lopes Casal contribuiu significativamente para as negociações com as Escolas de ensino comercial, nas quais foram alugadas salas para o funcionamento dos primeiros cursos do SENAC. Muitos estabelecimentos de ensino comercial ofereceram suas salas, por meio de aluguel ao SENAC. Dessa forma explicitavam colaboração com a nova instituição. A Divisão de Ensino realizou um estudo em todas as ofertas e indicou à Diretoria Geral as condições mais favoráveis ao SENAC.

[...] por deliberação do Conselho regional, o Diretor da Divisão, acompanhado pelo Chefe da Secção de Administração Escolar, visitou quase todas as Escolas Técnicas de Comércio da Capital, com a intenção de verificar, *in loco* suas condições higiênico-pedagógicas, tendo feito de cada visita um relatório sucinto. (SENAC, 1947, p. 18).

Atendendo a uma deliberação do Conselho Regional, no sentido de definir a localização das escolas do SENAC, ficou determinado que estas deveriam ser instaladas nos bairros mais populosos de São Paulo, onde possivelmente residiam os futuros alunos. A princípio, o SENAC pretendia abrir 10 escolas na Capital, mas para obter mais informações em relação ao número de alunos que poderia ter e em que bairros esses alunos residiam, foram entregues aos comerciantes fichas de inscrição de trabalhadores menores de idade. Após a entrega da maioria das fichas e diante da realidade apresentada, o SENAC decidiu abrir 4 escolas.

As escolas foram escolhidas considerando a moradia dos estudantes e não o seu local de trabalho. Cada escola atendia um conjunto de bairros dividido em setores. E os setores ficaram assim divididos:

Quadro 2 – Divisão dos bairros por setores

Setor 1 Brás	Bairros: Pari, Alto do Pari, Mooca, Alto da Mooca, Vila Maria, Penha, subúrbios da Central e da Inglesa. Neste setor o SENAC funcionou na Escola Técnica Carvalho de Mendonça, localizada na Avenida Rangel Pestana
Setor 2 Liberdade	Bairros: Vila Mariana, Saúde, Vila Clementino, Santo Amaro, Aclimação, Cambuci, Ipiranga e Vila Prudente. O SENAC funcionou na Escola Técnica Bernardo Leite Silva na Rua da Liberdade
Setor 3 Lapa-Pinheiros	Bairros: Santa Cecília, Perdizes, Pacaembu, Água Branca, Vila Pompéia, Vila Buarque, Alto da Lapa, Anastácio, Freguesia do Ó, Vila Ipojuca, Vila Anglo-brasileira, Bairro do Limão e Consolação, Cerqueira Cesar, Sumaré, Jardim

	Paulista, Jardim América, Jardim Paulistano, Jardim Europa, Itaim e Bela Vista. Estes bairros foram atendidos na Escola Técnica Pedro II (Da Associação dos Empregados no Comércio) localizada na Rua Líbero Badaró
Setor 4 Luz	Bairros: Santana, Ponte Pequena, Ponte Grande, Alto Santana, Canindé, Cantareira, Santa Efigênia, Barra Funda e Bom Retiro. A Escola Técnica Dr. Clementino, localizada na Rua Florêncio de Abreu atendia os alunos moradores destes bairros.

Fonte: Adaptado de SENAC/SP (1947).

No dia 03 de março de 1947, nesses locais, começaram a funcionar as quatro primeiras escolas do SENAC na capital, permanecendo até 1948, quando a administração adquiriu um novo prédio, agrupando todas as escolas, possibilitando a ampliação do atendimento.

A aquisição do magnífico prédio escolar da rua Galvão Bueno, 707, situado a 20 minutos do centro da cidade, já pela sua localização, já pelos seus requisitos higiênico-pedagógicos e amplitude, possibilitou o agrupamento de Escolas SENAC que atendiam a três setores, em que fora dividida a capital. Uma quarta escola SENAC, a João Nunes Júnior, instalada no edifício-sede da Associação Comercial dos Empregados no Comércio, ali continuou a funcionar. (RELATÓRIO SENAC, 1946, p. 7).

Em 1948, o SENAC/SP na capital já operava suas escolas em prédio próprio com “[...] sala de datilografia, o escritório-modelo, a loja-modelo, a sala ambiente para o curso de enfermagem, a biblioteca, sala para dentista e restaurante” (SENAC, 1949). Em dois anos de trabalho, desde a sua criação até o início das atividades administrativas, o SENAC/SP se criou e se estruturou, “em suma, a Escola SENAC da Capital está agora perfeitamente aparelhada para atingir seus objetivos educacionais.” (SENAC, 1949).

3.2 Os cursos de “Praticante de Comércio” e “Praticante de Escritório”

Coube à Divisão de Ensino organizar os cursos que seriam oferecidos nas escolas do SENAC, cumprindo com o seu dever de auxiliar o comerciário aperfeiçoando e incentivando o gosto pelos estudos e contribuindo com a qualidade no atendimento em estabelecimentos comerciais, segundo o SENAC/SP.

Uma das primeiras atividades para a elaboração dos cursos que seriam oferecidos pelo SENAC foram os estudos da legislação do ensino profissional comercial vigente. Esses estudos tinham por objetivo esclarecer os aspectos legais referentes a essa modalidade de ensino, compreendendo seu funcionamento “[...] bem como deixar bem clara, no espírito de todos, a diversidade de campos de ação das escolas técnicas de comércio, já existentes, e das escolas de aprendizagem comercial que o SENAC manterá.” (SENAC, 1947, p. 17).

Concomitantemente ao estudo da legislação do ensino profissional comercial, a Seção de Seleção e Orientação Profissional realizou um estudo sobre as profissões já existentes no comércio com o objetivo de compreendê-las e ter suporte técnico para organizar os cursos no

SENAC. Com isso, teriam como base a forma de organização dos cursos no que diz respeito ao currículo, ao tempo e as condições estruturais que necessitariam para organizar e ofertar seus programas.

Paralelamente ao levantamento das profissões já existentes, a Divisão de Ensino solicitou à Seção de Orientação Profissional que fizesse um levantamento das profissões existentes no meio comercial para que fosse realizada uma análise de cada uma delas. Os funcionários dessa Seção saíram a campo, entrevistando os comerciantes em busca de informações sobre as funções que os empregados do comércio exerciam, quais conhecimentos eram necessários para a prática das funções identificadas, bem como os conhecimentos e qualidades essenciais para o seu desempenho.

Com esse trabalho concluíram que havia a necessidade de organizar cursos voltados à prática de escritório e fora dele, com contato direto com o público nos estabelecimentos comerciais:

A conclusão de maior valor prático, tirada desse trabalho, foi a de que seria necessário organizar cursos destinados a menores que exercem atividades no escritório e cursos para menores cujos serviços se realizam fora do escritório, em contato mais direto, por assim dizer, com a mercadoria, num sentido mais amplo. (SENAC, 1947, p. 22).

De posse das informações obtidas pelos estudos da legislação do ensino comercial e pelas pesquisas realizadas a campo, nas quais conheceram as profissões ofertadas e as funções existentes, a Divisão de Ensino do SENAC/SP chega à conclusão de que necessitaria organizar e oferecer cursos voltados para a prática de escritório e comércio. Então, ficaram assim divididos os cursos de Aprendizagem: Praticantes de Escritório e Praticantes de Comércio.

Desses estudos foram aproveitadas as informações obtidas para a criação de cursos de Especialização voltados aos empregados do comércio maiores de dezoito anos, oferecendo a eles a oportunidade de aperfeiçoamento, conforme previsto no Decreto-lei n. 8.621 de 10 de janeiro de 1946.

Desses estudos resultou, também, a determinação de cursos de especialização que tomaram por base àquela divisão. Assim, em São Paulo, haverá, entre outros, os seguintes, a serem instalados logo após os primeiros formados pelos cursos de aprendizagem:

- 1 - Especialização de Escritório: Arquivista, Calculista, Correntista, Datilógrafo-Correspondente, Faturista e Informante.
- 2 - Especialização de Comércio: Almoxarife, Balconista, Caixeiro-Viajante, Propagandista, Vendedor-Pracista e Vitrinista. (SENAC, 1947, p. 22).

Após ter estabelecido os cursos de aprendizagem que seriam oferecidos, a Divisão de Ensino iniciou o estudo para a estruturação curricular e sua duração. A princípio, o curso de

Praticante de Escritório seria de dois anos e o de Praticante de Comércio de um ano. A proposta foi apresentada para o Conselho Regional do SENAC/SP que, constituído de representantes do Comércio, Ministério da Educação e do Trabalho, entenderam que os dois cursos deveriam ser de um ano, pelo menos no primeiro ano de atividade do Departamento Regional, a título experimental.

No curso de Praticante de Escritório os alunos teriam aulas de disciplinas de cultura geral: Português e Aritmética e disciplinas de cultura técnica: Prática de Escritório Comercial e Datilografia e o curso de Praticante de Comércio também era composto pelas disciplinas de cultura geral: Português e Aritmética e de cultura técnica: noções de Merceologia e noções gerais de Comércio, distribuídas ao longo de um ano. Em ambos os cursos os alunos teriam aula de Formação Social que tinha por objetivo “[...] dar oportunidades de treino social, de recreação, leitura, cinema educativo, conhecimento de direitos e deveres do comércio etc.” (SENAC, 1947).

Além das matérias referidas, haverá, sob a denominação de FORMAÇÃO SOCIAL, em ambos os cursos, atividades educativas e aulas com o propósito de desenvolver, nesses adolescentes *sui-generis*, desde que já elementos produtivos sob o ponto de vista econômico e, por isso, numa situação especial perante a família e a sociedade, o espírito de colaboração e de disciplina tão necessários sempre, e ainda mais na época de transformações sociais, a que estamos assistindo. (SENAC, 1947, p. 22).

Para as mulheres a disciplina de Formação Social, visaria além dos objetivos enumerados à formação familiar, a prática de atividades ligadas à economia doméstica e artes relacionadas com o papel da mulher. Embora a formação social, pudesse ser desenvolvida em concomitância com as demais disciplinas, entendia-se que oferecer essa disciplina a parte poderia dar mais tempo ao seu desenvolvimento e um método adequado.

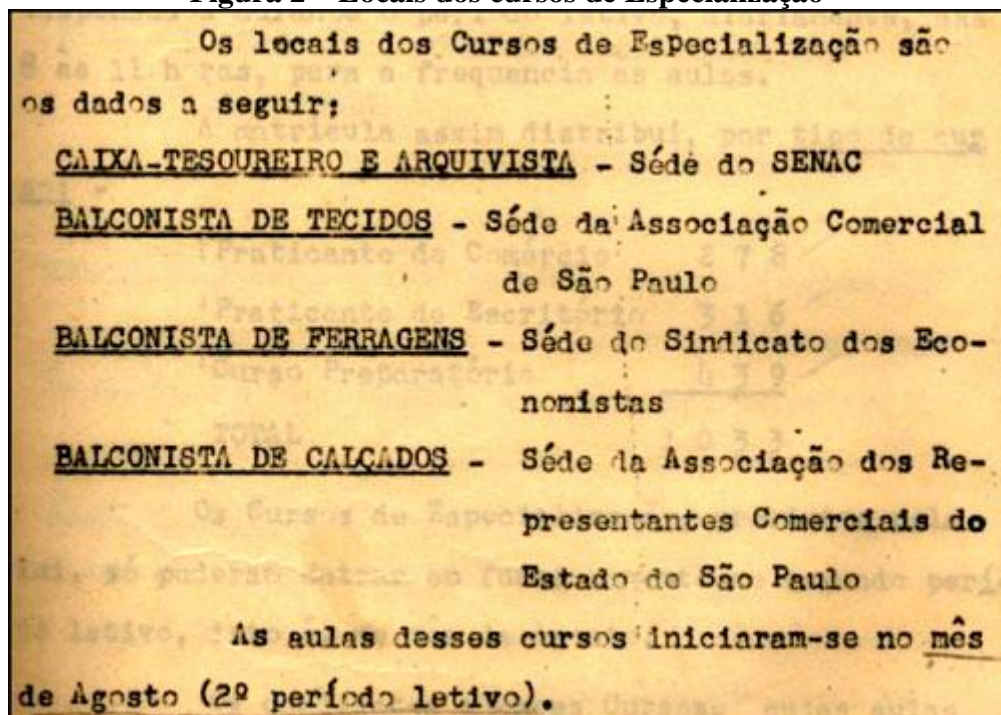
Nas escolas SENAC não se poderia esquecer a tarefa importante de, a par das aulas, ministrar também atividades e lições de formação social, uma vez que escolas desta modalidade, mais que outras, precisam desempenhar funções educativas supletivas, à vista da incapacidade, negligência ou omissão da família, nesse assunto. (SENAC, 1947, p. 24).

A oferta da disciplina de formação social aos aprendizes demonstra o conhecimento prévio que os gestores do SENAC/SP tinham sobre seus futuros alunos, já que jovens com a faixa etária entre 14 e 18 anos com apenas o ensino primário e trabalhando só poderiam ser oriundos de famílias carentes que necessitavam de trabalho para ajudar no sustendo de suas casas.

Para os adultos já empregados no comércio foram oferecidos os cursos de especialização com duração média de quatro meses sendo de duas a três aulas semanais à noite. Os cursos de

especialização ofertados foram os de Balconista de tecidos, de Calçados e de Ferragens, que tinham como disciplinas Linguagem Oral, Cálculo Aritmético, Técnica de Vendas (Geral e Essencial) e Merceologia do Ramo. Foi ofertado o curso de especialização de Arquivistas com as disciplinas de Técnica de Arquivo e Prática de Estatística e o curso de especialização em Caixa-tesoureiro composto pelas disciplinas de documentos e operações comerciais, grafo-datiloscopia e falsificação e aritmética comercial. As aulas dos cursos de especialização iniciaram em agosto de 1947.

Figura 2 – Locais dos cursos de Especialização



Fonte: SENAC/SP (1947, p. 18).

Ao estruturar os cursos de aprendizagem comercial para os menores a Divisão de Ensino, identificou nos processos seletivos o aparecimento de candidatos com um nível cultural inferior ao do curso primário completo, por este motivo organizou o Curso Preparatório que tinha em seu currículo todas as disciplinas do curso primário. Nesse curso seriam matriculados os candidatos que não atingissem nota mínima exigida para realizar os cursos de aprendizagem. O objetivo era de que o aluno adquirisse os conhecimentos essenciais à preparação profissional.

Esse Curso, para atrair os adolescentes a que se destina, teve uma organização especial, sob o ponto de vista didático. A aprendizagem, ali, se verificará por meio de “centros de interesse” – sistema por demais conhecido, em nosso meio, mas muito pouco praticado. Se possível, em casos especiais, aplicar-se-á também o método de projetos. A adoção desses modernos sistemas de ensino, todavia, não deixarão de dar margem ao aprendizado sistemático das disciplinas fundamentais, português e matemática, de vez que se trata, como se viu, de curso destinado a menores de escolaridade deficiente, no geral, ou de casos-problemas, a serem estudados e resolvidos. Nesta última hipótese a

Divisão de Ensino recorrerá, se necessário, ao Serviço Médico do SESC. (SENAC, 1947, p. 27).

A elaboração dos cursos e seu currículo se deu após estudo rápido das leis do ensino profissional comercial, da pesquisa das funções exercidas por trabalhadores do comércio e o levantamento dos cursos já existentes. Diagnosticado o cenário o SENAC/SP passou a organizar os seus primeiros cursos. Na medida em que a instituição aumentava o número de escolas foram sendo ampliadas as oferta dos cursos, buscando atender todos os segmentos do comércio, que obrigatoriamente contribuía para a manutenção dos encargos do SENAC, por meio do Decreto-lei n. 8621, de 10/01/1946.

3.3 O “Curso Comercial Radiofônico” oferecido pela Universidade do AR nas ondas do rádio

Com a criação do SENAC no território nacional, todos os comerciantes do país foram obrigados a realizar um pagamento mensal de um por cento (1%) sobre o montante da remuneração paga à totalidade dos seus empregados e o SENAC, de posse deste dinheiro, o converte em qualificação profissional, formando os empregados e dessa forma devolve aos comerciantes o valor pago por eles.

Porém, ao ser criado tinha o desafio de pensar em como atender os comerciários do país, já que todos contribuía, principalmente, as pequenas cidades do interior do estado de São Paulo. Com o objetivo de levar educação ao maior número possível de pessoas o SENAC/SP propõe a utilização do rádio como meio educativo.

Em 1947 surge como uma grande inovação na educação profissional o Curso Comercial Radiofônico, denominado de Universidade do Ar (Unar). O objetivo era o de ampliar, à distancia, o ensino profissional comercial e atender “[...] aos comerciários do interior do Estado cuja dispersão impedia, e ainda impede, o SENAC de instalar, em cada cidade, uma Escola SENAC.” (HIRTH, 1949, p. 67).

O primeiro passo para a criação da Universidade do Ar foi dado em uma reunião em São Paulo com os presidentes das Associações Comerciais e Sindicatos de Classe do Estado, que compareceram na sua maioria e aprovaram o projeto. A partir de então iniciou o processo de estruturação e divulgação da Unar. O SENAC/SP realizou uma propaganda intensiva no rádio e na imprensa, em especial no interior, e obteve reação favorável da opinião pública.

Para que pudesse funcionar, foram criados os centros de irradiação a PRG-2, Rádio Tupi de São Paulo e PRF-3, Rádio Difusora em Ondas Curtas, formava com onze emissoras do

interior¹⁴ uma grande rede de divulgação das aulas. Após a instalação dos centros de irradiação, foram fundados 24 núcleos receptores na Capital e 55 no interior, cujo objetivo era organizar uma rede de locais nos quais os alunos realizassem as audições dos cursos. Estes núcleos constituíam uma cadeia de emissoras que transmitiam as aulas.

Os 24 núcleos receptores da Capital estavam localizados nos seguintes bairros: Pinheiros, Consolação, Bela Vista, Higienópolis, Santa Cecília, Lapa, Luz, Campos Elíseos, Santana, Oriente, Braz com 4 núcleos receptores, Belenzinho, Ipiranga, Liberdade com dois núcleos receptores, Vila Mariana, Centro com 3 núcleos, no Largo Santa Cecília e em Santo Amaro.

Figura 3 – Núcleos receptores da Universidade do Ar em 1947, no interior do Estado de SP

Mantem <u>(núcleos)</u> em funcionamento as seguintes cidade:	
1	Agudos - Alto Pimenta - Amparo - Araras - Araçatuba -
2	Araguaçu - Avaré - Barretos - Batatais - Baurú - Bebedouro - Birigui - Botucatu - Bragança - Brotas - Caflândia - Campinas - Campos do Jordão (2) - Casa Branca
3	- Capivari - Catanduva - Cruzeiro - Franca - Guaratinguetá - Ibitinga - Itapólis - Jaboticabal - Jau - Jacareí - Jundiaí - Limeira - Lins - Marília - Mogi das Cruzes - Ourinhos - Palmítal - Penápolis - Pirassununga - Piracicaba - Presidente Prudente - Pirajú - Ribeirão Preto - Santos - São José do Rio Preto - Serra Negra - Santo André - São Manoel - São João da Boa Vista - Sertãozinho - Sorocaba - Taubaté - Taubate - Tupá - Valparaíso.

Fonte: SENAC/SP (1947).

Os núcleos receptores foram instalados em salas da rede oficial de ensino ou salas cedidas por prefeituras, escolas de comércio, associações comerciais, sindicatos, sedes de associações religiosas e até casas particulares. Esses locais eram solicitados muitas vezes pelas autoridades ou agências de serviço social dos municípios e para melhor articulação: “[...] interior para melhor articulação foi ainda visitado por representantes da Universidade do Ar,

¹⁴ PRG-5 de Santos, PRC-9 de Campinas, PRA-7 de Ribeirão Preto, PRG-8 de Bauru, PRB-8 de São José do Rio Preto, PRI-8 de Araçatuba, PRD-7 de Sorocaba, ZYA-8 de Taubaté, PRI-5 de Presidente Prudente, PRI-2 de Marília e PRB-5 de Franca.

que, além de reuniões explicativas, auxiliaram a fundação dos núcleos. Assim as cidades do interior paulista, foram visitadas por elementos com aquela tarefa.”(SENAC, 1948).

Para que a transmissão fosse de qualidade “[...] o equipamento que permite um perfeito funcionamento do núcleo foram adquiridos e instalados rádios receptores na Capital e no interior. Nessas condições foram instalados na Capital 24 aparelhos, e no interior 55 perfazendo um total de 79. ” (SENAC, 1948).

Definida a cadeia de emissoras que permitiriam a transmissão e os núcleos receptores, foram iniciadas as inscrições no interior e na capital. Realizaram-se, na capital, 1679 matrículas, sendo que grande parte delas foi realizada no próprio local de trabalho por pessoas especializadas que visitavam os estabelecimentos com essa finalidade e no interior “[...] as inscrições estiveram a cargo das entidades do Comércio encarregadas do funcionamento dos núcleos, atingindo o número de 3.049.” (SENAC, 1948). A Universidade do Ar obteve no primeiro ano de funcionamento em todo o estado 4.728 matrículas.

O primeiro curso transmitido pela Universidade do Ar era denominado de Curso Comercial Radiofônico e seu currículo era composto pelas disciplinas de Português, Aritmética Comercial, Noções de Economia, Noções de Sociologia e Técnicas de Vendas. Os conceitos eram lidos pelos professores e os alunos ouviam nos núcleos receptores, debatiam sobre o assunto da aula radiofonizada, realizavam os exercícios propostos e esclareciam suas dúvidas. Os alunos eram avaliados por meio de duas provas objetivas (testes) e de uma prova final oral, em São Paulo, oferecida apenas para os dois melhores alunos de cada núcleo.

As aulas, lidas pelos professores na estação da emissora, eram ouvidas, pelos alunos, nos chamados “núcleos receptores” nos quais havia um professor-assistente. Este, terminada a irradiação, estabelecia um ligeiro debate sobre o assunto da aula e, quando necessário, dava explicações complementares. Os exercícios de Português e de Aritmética Comercial realizavam-se, nos núcleos receptores, mediante plano enviado pela UNIVERSIDADE DO AR. Além da assistência às aulas irradiadas, os alunos recebiam lições impressas, folhas avulsas, para estudar. (SENAC, 1949, p. 68).

O primeiro curso da Universidade do Ar, realizado entre o mês de novembro de 1947 e abril de 1948, foi considerado um sucesso tanto na capital como no interior em função do seu grande número de matrículas e vastos núcleos receptores por todo estado.

Figura 4 – Quadro com o número de matrículas na Universidade do Ar em 1947

Funcionaram 24 núcleos receptores na Capital e 55 no interior do Estado.

O quadro a seguir dá uma ideia do êxito da UNIVERSIDADE DO AR em sua primeira iniciativa:

Locais	Matrícula Efetiva	Comparecimento as provas	Habilitações
Interior	945	586	459
Capital	586	253	176
Totais	1.531	839	635

Fonte: SENAC/SP (1949).

Em 1948, a segunda turma do Curso Comercial Radiofônico sofreu algumas modificações em função das experiências vividas com a primeira turma, assim pode-se melhor estruturar e qualificar o serviço oferecido. A primeira mudança foi a oferta de curso preparatório de português e matemática, que tinha por objetivo diminuir a heterogeneidade existente entre os alunos em relação aos conhecimentos dessas disciplinas e deixando de ser transmitidas pelo rádio, permanecendo a irradiação das disciplinas de Noções de Economia, Noções de Sociologia e Português aplicado à Técnica de Vendas.

Outra mudança significativa foi à substituição da simples leitura dos professores das aulas por “radio-teatralizar”, visando melhorar as aulas transmitidas pelo rádio. Um exemplo dessa mudança didática foi a criação do personagem Firmino Firmeza nas aulas de Economia. Foi criada também a categoria de alunos livres, que apenas faziam sua inscrição, não se matriculavam, mas recebiam em casa cópias das aulas e frequentavam as aulas quando queriam. “Desta forma verificamos que o curso instituído pela UNAR para alunos livres não deu resultado, pois o comparecimento às provas foi quase nulo. Em compensação o curso para alunos frequentes, apesar de realizado rapidamente, trouxe resultados satisfatórios.” (SENAC, 1949, p. 81).

Figura 5 – Quadro comparativo entre alunos matriculados regulares e livres que compareceram as provas da Unar

Alunos matriculados		Compareceram às provas		
	Livres	Regulares	Livres	Regulares
Capital	6.424	548	186	252
Interior	1.479	6.314	197	2.605
Total	7.903	6.862	383	2.857

R E S U M O	
Número de alunos	Comparecimento
Livres 7.903	4,9 %
Regulares 6.862	41, %

Fonte: SENAC/SP (1949, p. 81).

Os professores elaboravam as aulas e faziam a locução, orientando os alunos e os assistentes dos núcleos receptores. As aulas da Universidade do Ar foram ouvidas além das fronteiras do estado de São Paulo, chegando aos estados da Bahia, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso.

A Universidade do Ar foi de extrema importância para a divulgação do SENAC e seus princípios no Estado de São Paulo. Em dois anos de criação a instituição tornou-se conhecida e possibilitou o acesso à formação comercial, chegando a 55 núcleos dispersos pelo estado. A Imprensa do interior passou a publicar de forma constante informações da Universidade do AR, tornando o SENAC mais conhecido.

4 PROFESSORES, ALUNOS E O TESTE JOTA

Nessa seção apresentaremos as características dos primeiros professores do SENAC da capital, como foram contratados, qual o perfil de formação, dentre outras características que encontramos. Em seguida o perfil dos primeiros alunos, também da capital, e ao final o Teste Jota, que era utilizado na seleção dos alunos.

4.1 Os professores do SENAC/SP

Atendendo a uma circular do Departamento Nacional, à Divisão de Ensino do SENAC/SP caberia o registro dos professores que se candidatassem ao exercício da profissão. A remuneração foi estabelecida após um estudo entre as escolas oficiais de ensino profissional comercial, dentre elas, as particulares. Em seguida, foi enviada ao Conselho Regional a proposta salarial, que foi aprovada.

O processo de seleção dos professores, seguindo o Regimento interno, se daria a princípio por meio de capacidade didática, ou seja, os docentes ministrariam uma aula para os alunos e seriam avaliados pelos representantes da Divisão de Ensino. Como não havia alunos, esse formato de seleção teve de ser substituído pelo de concursos de títulos, no qual seriam avaliadas a formação cultural, formação pedagógica, formação técnica ou profissional, atividades correlatas, cursos de extensão cultural, concursos, trabalhos publicados e prática pedagógica. Esse último foi avaliado em função do tempo de exercício como professor e a adequação do diploma do candidato em relação à matéria que pretendia.

Foram apresentados por escrito, a todos os candidatos, esclarecimentos sobre os critérios adotados pela comissão julgadora e foi permitido àqueles que não estavam de acordo com o resultado recorrer por escrito à Diretoria Geral do Departamento Regional. Muitas professoras chegaram a ser classificadas, porém não foram convocadas por não formarem turmas de classes femininas nos primeiros cursos do SENAC/SP. Apenas as professoras de datilografia que foram aprovadas, chegaram a ser convocadas, portanto as demais matérias foram atribuídas aos professores do sexo masculino já que as turmas eram apenas de meninos.

Visando a orientação pedagógica dos professores contratados, a Divisão de Ensino elaborou um conjunto de 19 lições ilustradas, denominadas de Quadros Didáticos. A organização dessas lições se deu pela ausência de material específico voltado à formação dos professores do ensino profissional, em especial o comercial.

Com o propósito de orientar o professorado, de maneira persuasiva e indireta, oferecendo-lhe, periodicamente, pequenas normas pedagógicas e didáticas, a Divisão de Ensino, organizou para distribuição nas Escolas, pequenas lições ilustradas de pedagogia, com o nome de Quadros didáticos. (SENAC, 1948, p. 20).

Esta coleção contou com 19 quadros e foi seriada da seguinte forma:

- Quadro n. 1 – "O quadro negro é excelente campo de ação dos professores"
- Quadro n. 2 – "A ilustração é a alma do ensino"
- Quadro n. 3 – "O ensino deve ser coletivo"
- Quadro n. 4 – "O ensino passivo"
- Quadro n. 5 – "O professor que estuda"

- Quadro n. 6 – "A presença educativa"
- Quadro n. 7 – "O ensino concretizado"
- Quadro n. 8 – "O professor de adolescentes"
- Quadro n. 9 – "*Pro Brasilia Fiant Eximia*"
- Quadro n. 10 – "O ensino metódico"
- Quadro n. 11 – "Primeiro a saúde"
- Quadro n. 12 – "Prêmios e castigo"
- Quadro n. 13 – "A recreação como educação"
- Quadro n. 14 – "O livro na educação popular"
- Quadro n. 15 – "As mãos e o cérebro"
- Quadro n. 16 – "Lar, doce lar"
- Quadro n. 17 – "A escolha dos amigos"
- Quadro n. 18 – "Interesses juvenis"
- Quadro n. 19 – "Educação integral"

Durante a realização da pesquisa não tivemos acesso aos Quadros Didáticos para melhor análise e apresentação, pois os mesmos não foram localizados pela Memória Institucional do SENAC/SP. Entretanto, a partir dos títulos supomos que os quadros eram compostos por orientações metodológicas, perfil dos adolescentes e educação social.

Entre os dias 12 a 28 de fevereiro de 1948 o SENAC/SP organizou o Curso de Férias para os professores, com o objetivo de “[...] uniformizar pontos de vista doutrinários e didáticos, no que diz respeito aos professores das Escolas SENAC.” Os professores realizam inscrição em disciplinas que visavam o preparo didático ou disciplinas que aprofundassem seu conhecimento técnico (SENAC, 1949, p. 12). Foram oferecidas as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática da Matemática, Prática Geral, Prática de Escritório Comercial, Noções de Economia e Higiene da Adolescência.

Visando dar subsídios aos professores em função da falta de livros didáticos adequados ao ensino das disciplinas que seriam oferecidas nos cursos, a Divisão de Ensino resolveu elaborar o sistema de lições mimeografadas. Esse processo trouxe um excessivo trabalho a esta Divisão, que entendeu a necessidade de unificar os conteúdos das disciplinas para os professores.

Pode-se concluir que os primeiros professores do SENAC/SP, em sua maioria, eram do sexo masculino e as turmas formadas em 1947 e 1948 não eram mistas e que as únicas professoras eram as que ministravam aulas de datilografia. Os professores necessitavam possuir vasto conhecimento técnico sobre a disciplina que iriam ministrar, essa característica é identificada nos critérios do processo de contratação ao exigir formação na área e conhecimentos práticos, sendo necessária a formação didática dos professores que em função de serem técnicos especialistas, necessitariam aprimorar as habilidades didáticas.

4.2 Os primeiros alunos, as primeiras matrículas e os primeiros diplomas

De acordo com o Decreto-Lei, n. 8.622, de 10 de janeiro de 1946, todos os estabelecimentos comerciais com mais de nove empregados, eram obrigados a contratar e matricular menores nas escolas de aprendizagem do SENAC, como praticantes de acordo com as funções que iriam executar.

Para ser contratado era necessário que o menor tivesse idade mínima de 14 anos e máximo de 17 anos e meio, ter concluído o ensino primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional. Estes conhecimentos mínimos seriam avaliados pelo SENAC/SP, por meio do processo de seleção. Sendo aprovado no processo do SENAC/SP o menor era contratado e passava a trabalhar no estabelecimento comercial e a frequentar as aulas para desenvolver a aprendizagem comercial. O tempo em que o menor estava estudando era considerado horas de trabalho.

Aos empregados adultos do comércio era garantido por meio do Decreto-Lei, n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 a possibilidade de continuação e especialização nas escolas do SENAC/SP. Com esses dois Decretos, era possível ter a definição das características dos futuros alunos do SENAC.

Os estabelecimentos comerciais eram responsáveis pela inscrição dos menores e para isso foram entregues as fichas de inscrição com circular, informando o processo seletivo. Após o período de inscrição o SENAC/SP selecionava os alunos por meio de testes, classificando-os por sua capacidade. O teste aplicado aos menores era chamado de Teste Jota¹⁵. Esse teste foi cedido pelo SENAI, já que o SENAC não tinha tempo hábil para desenvolver como iria selecionar os seus alunos.

As provas de seleção eram corrigidas sob a orientação da Divisão de Ensino, por professores contratados para este fim.

Terminada a correção, consoante os resultados, os alunos são matriculados em curso de aprendizagem (Praticante de Escritório ou de Comercio – em função dos serviços que presta na firma comercial em que trabalha) ou no curso preparatório (caso não possuam o mínimo de preparo necessário à iniciação profissional). Compete, ainda, à Seção a organização das turmas, tendo em vista as médias obtidas nas provas de seleção. (SENAC, 1949, p. 46).

Com o resultado do Teste Jota a equipe de Divisão de Ensino diagnosticou que alguns alunos apresentavam baixo nível de conhecimento e outros foram classificados como “[...]”

¹⁵ O Teste Jota foi desenvolvido pelo Dr. Octávio Lins Martins, Chefe da Divisão de Ensino do SENAI. Apresentaremos este teste detalhadamente na próxima seção.

verdadeira indigência intelectual.” (SENAC, 1947, p.27), não apresentando conhecimentos básicos ao nível primário. Para esses alunos foi criado o curso preparatório, com disciplinas de português e matemática que tinha por objetivo elevar o nível de conhecimento desses alunos.

A primeira lição é a de que precisamos, por meio de pessoal habilitado (assistentes sociais) conhecer melhor o elemento humano com o qual lidamos. Sem dúvida, uma das necessidades mais sentidas pela Divisão de Ensino, na realização de sua tarefa educativa, foi a de conhecimento dos alunos que frequentavam as Escolas SENAC. (SENAC, 1948, p. 32).

Conhecer melhor os alunos do SENAC era um desafio enfrentado no início que dificultava a elaboração de material adequado aos alunos, a orientação aos professores e o preparo das suas aulas. Com os resultados do processo de seleção, a instituição identificou o perfil dos seus alunos, possibilitando propor ajustes, melhorias e melhor orientar suas ações futuras. A princípio, os resultados obtidos pelo Teste Jota serviram para a organização de classes mais ou menos homogêneas, pelo estabelecimento do critério de classificação dos candidatos, dividindo os aprovados em grupos.

Quanto aos conhecimentos culturais escolares, pode-se inferir pelos resultados médios, que os alunos apresentavam elementos de quarta série primária. Sendo assim interpretados: relativa facilidade com cálculos, deficiência com problemas, normal utilização da linguagem e normal desenvolvimento espacial, segundo relatório do SENAC/SP.

Observa-se que a Divisão de Ensino ao iniciar seus trabalhos, pouco refletiu sobre as características de seus futuros alunos. Menores entre 14 e 18 anos trabalhando, que possuíam elementos básicos da educação formal. Verifica-se que, em 1948, além do curso preparatório para os alunos que não foram aprovados no processo seletivo, o SENAC/SP cria o curso de Aspirantes ao Comércio, que tinha por objetivo atender e preparar os alunos que não possuíam idade para trabalhar, dando a esses a formação com elementos básicos que capacitavam tanto para a prática comercial como ampliavam seus conhecimentos.

É importante destacar que o sistema público de ensino não possuía capacidade de acolher todas as crianças do ensino regular.

No intuito de facilitar o cumprimento da obrigatoriedade escolar o SENAC/SP mantinha uma seção de emprego para os alunos aprovados que eram encaminhados durante o ano para diversos estabelecimentos comerciais, fazendo a ponte entre o jovem aprendiz e seu primeiro emprego.

Era oferecido aos maiores de 18 anos, que trabalhavam no comércio o Curso de Continuação, dando a oportunidade de educação profissional à noite e não eram submetidos a avaliação do “Teste Jota”. Esse curso tinha também por objetivo atender os alunos que no

decorrer do ano letivo atingiam a idade limite da obrigatoriedade escolar e deveriam deixar o curso de aprendizagem. Para esses alunos eram oferecidos o curso de continuação e os que aceitavam eram transferidos. O Curso de Continuação possuía as mesmas características do curso de Praticante de Comércio e Praticante de Escritório.

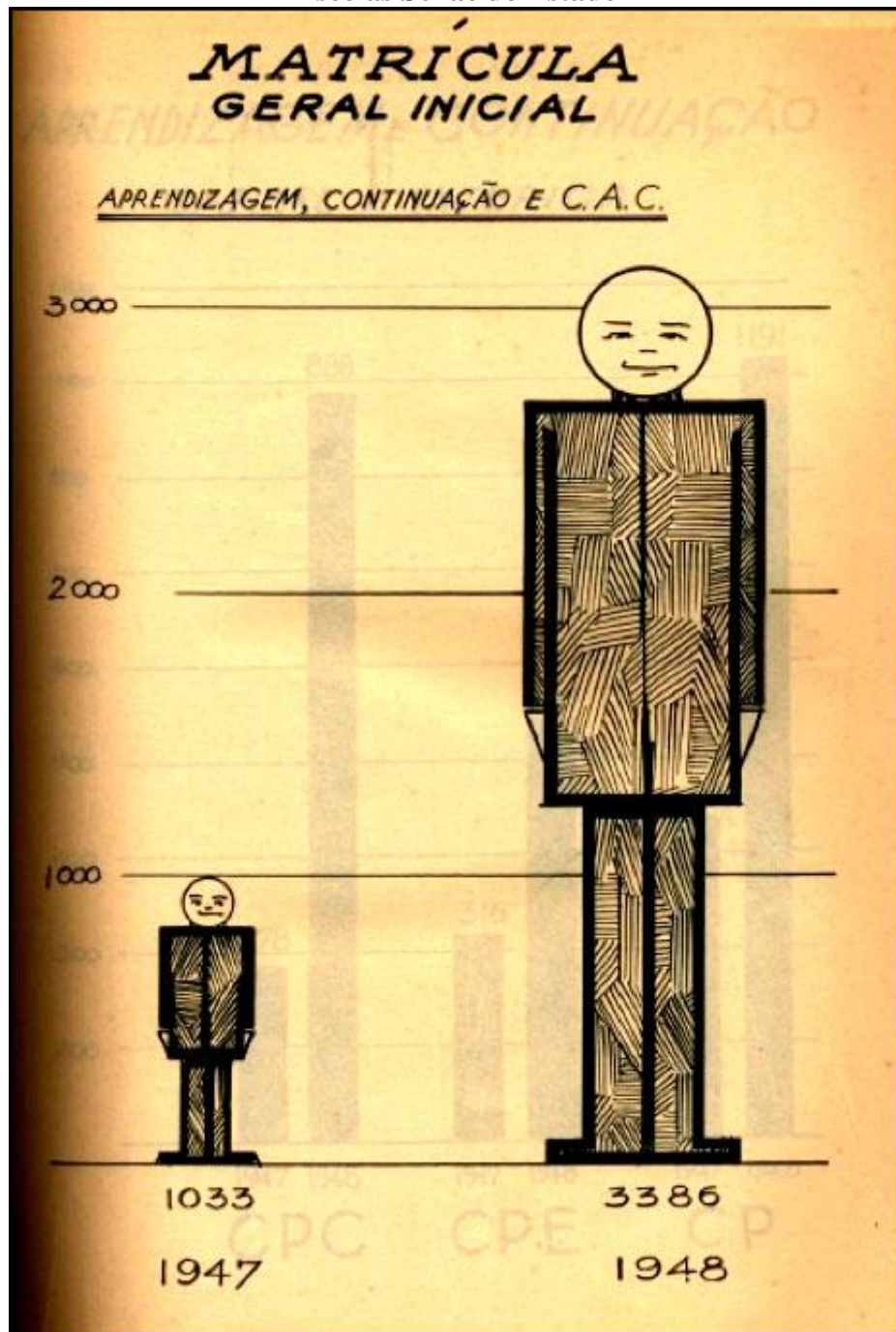
Nas cidades em que o número de alunos era insuficiente para a instalação de uma escola do SENAC, em função das condições econômicas, foi resolvido com o Curso de Continuação. Matriculavam-se nesse curso menores que atendiam a determinação da legislação e alunos maiores, não sujeitos a legislação, favorecendo cidades menores com poucos estabelecimentos comerciais, foi o caso da cidade de Bauru, objeto de pesquisa desta dissertação, que será tratado posteriormente.

Para os filhos ou dependentes economicamente dos comerciários (meninos e meninas entre 12 e 14 anos), foi criado o Curso de Aspirantes ao Comércio. Este curso tinha por objetivo ampliar os conhecimentos obtidos pelos menores, na escola e capacitá-los em atividades simples do comércio e “afastando-os do convívio de maus companheiros da rua, instruindo-os, dando-lhes orientação educacional está o SENAC, por meio dessa iniciativa, realizando obra meritória capaz de reduzir, senão eliminar, numerosos casos de desajustamento social” (SENAC, 1949, p. 11).

Mesmo com processo de seleção realizado por meio do “Teste Jota”, o SENAC/SP por meio de seu planejamento estratégico, atingiu seus objetivos nos anos iniciais com a efetivação de matrículas de um grande número de alunos, crescente a cada ano. Encontrou dificuldade entre os empresários comerciais, que resistiam em se submeter à legislação e com o baixo nível de escolaridade encontrado entre os menores.

É possível constatar que desde o início o SENAC/SP se consolidou, efetivando um número significativo de matrículas, como se pode constatar nas figuras 6 e 7 apresentadas a seguir. O primeiro refere-se aos anos de 1947 e 1948 dos cursos de Aprendizagem (Praticante de Comércio e Praticante de Escritório) Continuação e Aperfeiçoamento. A figura 6 é representada por dois meninos desenhados com formas geométricas. Provavelmente a escolha de representar o gráfico por meninos refere-se ao fato de que em 1947 não houve turmas de meninas nos cursos e em 1948 a sua maioria era do sexo masculino.

Figura 6 – Número total de matrículas nos anos nos anos de 1947 e 1948 em todas Escolas Senac do Estado

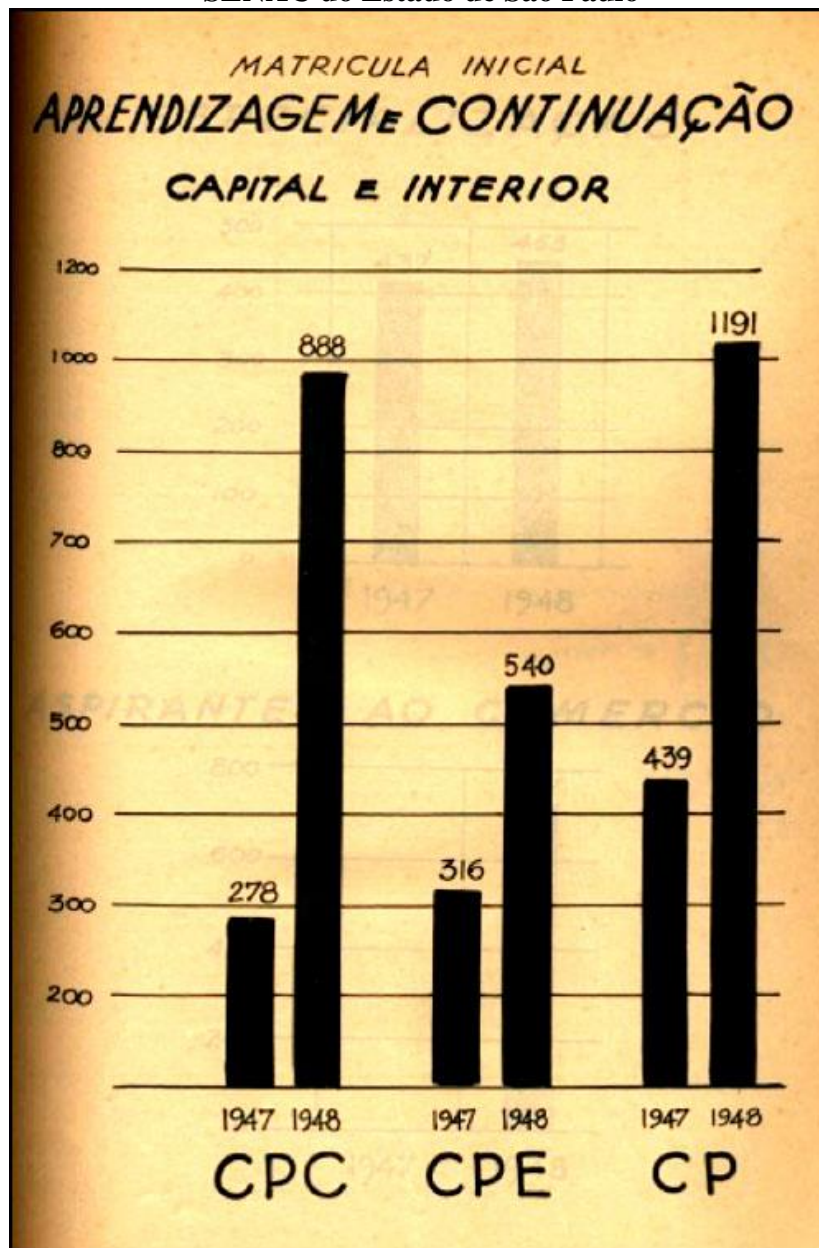


Fonte: SENAC (1948, p. 25).

Em um ano o SENAC/SP, triplica o número de alunos, passando de 1033 alunos em 1947 para 3386 no ano de 1948. É importante destacar que este total de matrículas refere-se a todas as unidades do SENAC na capital e no interior. Esse aumento de matrículas pode ser atribuído a inúmeros fatores e ações planejados e realizados pelo Conselho Regional e Diretoria Regional do SENAC/SP, dos quais destacamos a distribuição *in loco* das fichas de inscrição aos comerciantes e que aproveitavam a oportunidade para esclarecer as finalidades do SENAC,

a divulgação da instituição por meio dos meios de comunicação, em especial na época os jornais e a Universidade do AR. A divulgação proporcionou o conhecimento da instituição, promovendo o interesse dos empresários dos ramos comerciais e também da própria população que poderia ver uma possibilidade de trabalho remunerado e qualificação educacional.

Figura 7 – Número de matrículas por curso nos anos de 1947 e 1948 das Escolas SENAC do Estado de São Paulo



Fonte: SENAC (1948, p. 26).

A figura 7 demonstra o número de matrículas por curso nos anos de 1947 e 1948. O primeiro Praticante de Comércio iniciou com 278 matrículas no primeiro ano e chegou a 888 em 1948. Um aumento muito significativo e superior ao de Praticante de Escritório, que iniciou com 316 matrículas e em 1948 obteve 540. A diferença entre este número pode ser explicada

pela prática de cada função, existindo provavelmente um maior número de vagas disponíveis nos estabelecimentos comerciais do que nos escritórios.

O que chama a atenção é o número de alunos matriculados no Curso Preparatório nos dois primeiros anos da instituição, 439 matrículas em 1947 e 1191 matrículas em 1948. Lembramos que esse curso era destinado aos alunos que possuíam idade mínima para realizar cursos no SENAC, mas não atingiram nota mínima para a matrícula, sendo encaminhados para o Curso Preparatório para que fosse oferecida formação mínima necessária para a prática profissional.

Talvez este fosse um dos maiores desafios da instituição, o de elevar o nível cultural e intelectual dos seus alunos e futuros alunos, considerando o baixo nível de escolaridade que a maioria dos candidatos apresentava. Desta forma o SENAC se apresenta como uma instituição formativa e não sendo apenas treino.

Figura 8 – Número de matrículas no curso de Especialização nos anos de 1947 e 1948



Fonte: SENAC (1948, p. 27).

Fora da idade obrigatória que se referia o Decreto da criação do SENAC, estão os cursos de Especialização (Taquígrafos, Vendedor Viajante, Esteno-datilógrafos, Enfermagem,

Arquivistas, Balconistas e Caixa) que, como o nome já diz, pretendia promover especialização aos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais que tinham mais de 18 anos. Em 1947 esse curso obteve 437 matrículas e obtendo um singelo aumento em 1948, com 463 matrículas. Mesmo não apresentando um aumento tão significativo é importante observar que, com a contribuição dos comerciantes, o SENAC/SP proporcionava a qualificação aqueles que já estavam atuando no setor e buscavam melhorias.

Em 1948, iniciou o Curso de Aspirantes ao Comércio com 767 matrículas de menores que não tinham idade para o trabalho e que pretendiam aprender as primeiras práticas do comércio. Esse curso voltado aos filhos e dependentes dos comerciantes não era remunerado, o que chama a atenção ao número de interessados. Dessa forma o SENAC/SP se estruturava em diversas frentes, visando atender não só a obrigatoriedade prevista em lei, mas ampliava sua oferta as diferentes características dos funcionários do comércio.

Primeiro atendendo aos alunos aprovados no processo de seleção para os Cursos de Praticante de Comércio e Escritório, com idade entre 14 e 17 anos e meio. Para os maiores de 18 anos, trabalhadores do comércio, oferecia o curso de especialização, visando qualificar o conhecimento na prática comercial, e, aqueles que não atingiam a nota mínima e eram reprovados, era ofertado o curso de Preparatório com o objetivo de promover conhecimentos básicos como português e matemática necessários para o trabalho.

Não ficaram de fora os menores com idade, entre 12 e 14 anos, interessados na formação profissional comercial, filhos ou dependentes de comerciantes que poderiam fazer o Curso de Aspirantes ao Comércio e, como o gráfico apontou, houve um número significativo de matrículas.

Entretanto, um dos problemas enfrentados pela Divisão de Ensino do SENAC/SP em relação aos alunos foi a evasão. Como não tinham experiência, esse departamento elaborou um estudo acerca da evasão escolar que tinha por objetivo a busca pela compreensão desse fenômeno.

O problema da evasão escolar, que não é específico dos cursos de formação profissional, deve merecer os cuidados do departamento regional, porque, talvez, seu índice esteja um pouco alto. Impossível, porém, saber sem confronto se, de fato, estamos diante de um fato anormal, ou seja, acaso, alçamos uma zona de anormalidade.

Só mesmo uma exaustiva pesquisa poderia dar-nos a certeza e que as porcentagens de abandono dos cursos indiquem desvios excepcionais na curva por que se apresenta o fenômeno. (SENAC, 1949, p. 59).

O estudo foi organizado e apresentado em seis tópicos:

I – O fenômeno da evasão escolar

- II – A evasão escolar no Brasil e no Exterior
- III – A evasão escolar no Estado de São Paulo
- IV – A evasão escolar no SENAI
- V- A evasão escolar no SENAC
- VI – Conclusões

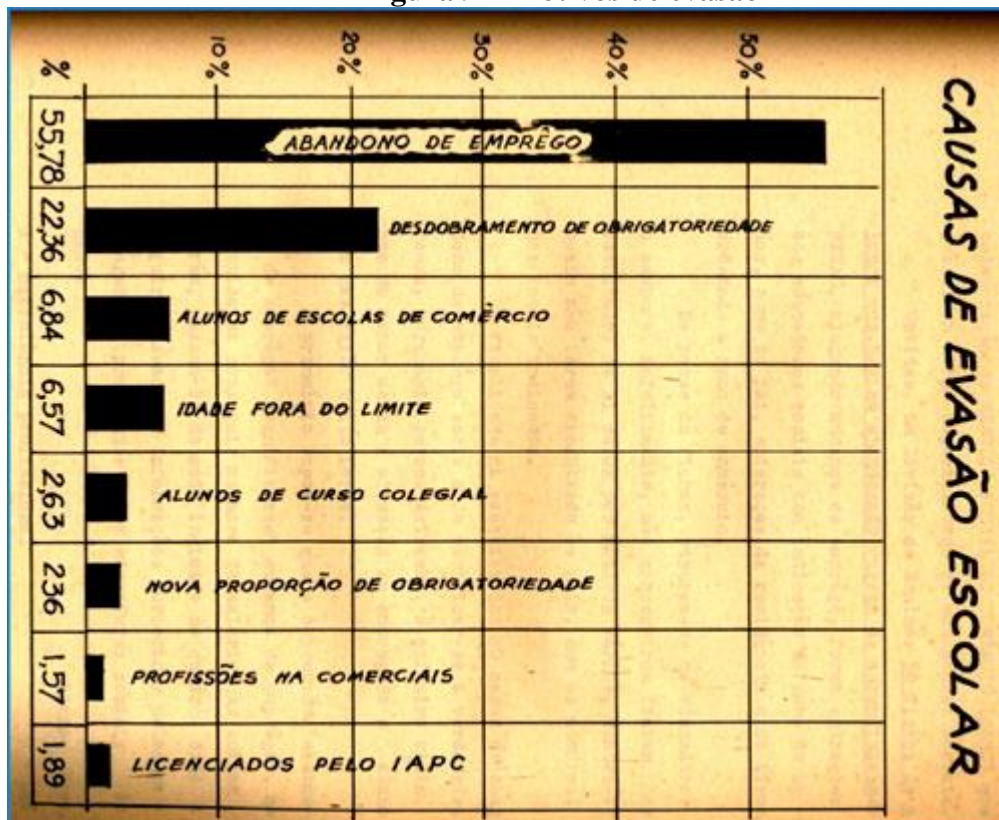
No relatório de 1948, não foi apresentado como foi realizada essa pesquisa, analisando os tópicos verificamos que o estudo partiu do macro para o micro, ou seja, buscou-se verificar o que era a evasão, em seguida pesquisou a evasão no Brasil e no exterior, chegando ao Estado de São Paulo, observando a evasão no SENAI, entidade com as mesmas características do SENAC, criado em 1945 e, por fim, a evasão no SENAC.

Após essa pesquisa e possíveis comparações com o relatório de 1948 da Divisão de Ensino e apresenta a seguinte conclusão:

O estudo concluiu, nos seus quatro capítulos iniciais, que o fenômeno da evasão escolar não existe apenas no SENAC. Em todo mundo, nos diversos setores do ensino, em maior ou menor porcentagem, existe este problema, que vem, através de todos os tempos, concorrendo para o crescimento da baixa escolaridade em todas as escolas. (SENAC, 1949, p. 60).

No quinta seção são apresentados os problemas da evasão no SENAC/SP:

Figura 9 – Motivos de evasão



Fonte: SENAC (1948, p. 62).

O maior motivo da evasão no SENAC/SP era o de abandono de emprego, sendo 55,78%. Mais da metade dos alunos abandonavam o emprego, com isso, não poderiam continuar seus estudos. Com essa porcentagem alta a Divisão de Ensino solicitou colaboração do Serviço Nacional de Aprendizagem Social (SESC) que possuía educadores sociais para que buscassem a fundo compreender o porque mais da metade dos alunos abandonavam o emprego. A verdadeira finalidade dessa pesquisa era de verificar a verdadeira causa do abandono do emprego.

Foram entregues aos educadores sociais 50 fichas de alunos que haviam abandonado seus empregos e esses foram a campo em busca de explicações. Dessas 50 fichas 11 não foram encontrados devido a vários motivos. Endereços, responsáveis pelos menores e os menores não foram encontrados.

Foram procurados os empregadores que forneceram informações sobre os menores que haviam abandonado os empregos e com essas informações os educadores sociais em contato com os 49 familiares dos evadidos chegaram a seguinte conclusão:

Figura 10 – Conclusão sobre os motivos da evasão

	Alunos	Porc.
1 - Deficiência profissional	7	14%
2 - Residência distante do local de trabalho	5	10%
3 - Em busca de melhor remuneração	5	10%
4 - Trabalhar com o pai	4	8%
5 - Doença, ou doença em pessoa da família	4	8%
6 - Indisciplina	4	8%
7 - Pouco assíduo ao trabalho	2	4%
8 - Recusa-se a frequentar o SENAC	2	4%
9 - Furto	2	4%
10 - Mudança de cidade	1	2%
11 - Pretende ingressar na Marinha	1	2%
12 - Liquidação de firma	1	2%
13 - Diminuição de serviço na firma	1	2%
14 - Não alegaram motivo	11	22%
Total ...	50	100 %

Fonte: SENAC (1948, p. 63).

Inicialmente a hipótese levantada era a de que os menores abandonavam o emprego em busca de outro para conseguir melhor rendimento e ajudar sua família, segundo a pesquisa 10% do total dos respondentes, de fato abandonaram o emprego por esse motivo em busca de melhor remuneração. Esse era um problema social que afetava a educação. Para o SENAC/SP o motivo da evasão escolar por abandono de emprego “[...] é produto da existência de um número apreciável de menores necessitados, mais do que nunca de educação.” (SENAC, 1949, p. 64).

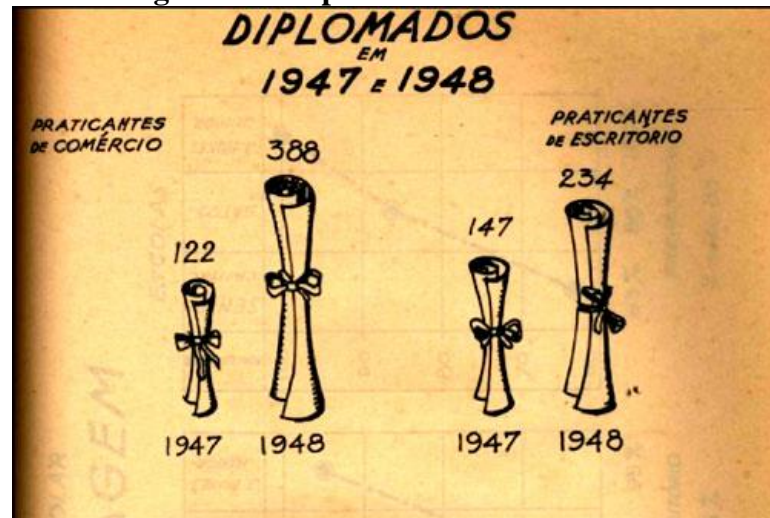
Concluiu-se, com a pesquisa, que os menores necessitam de educação profissional e o SENAC tem o papel social de educar estes jovens a fim de proporcionar a eles oportunidades de qualificação.

A lição final do quadro é a de que ao SENAC cabe uma tarefa gigantesca e nobre na vida do país. Os menores que se destinam ao comércio precisam de assistência educacional, de formação social e, sobre tudo, de formação profissional, pois, como se viu, 14% dos que deixam o emprego não o fazem por sua própria vontade, mas a isso são coagidos pela sua falta de habilitação profissional. (SENAC 1949, p. 65).

Como já foi exposto, o êxito nas matrículas dos cursos do SENAC/SP não foi o mesmo obtido no número de concluintes diplomados nos anos de 1947 e 1948 em função da evasão. Após diagnóstico dos motivos de evasão a instituição não se desmotivou, passou a olhar para essa situação e buscando compreender os motivos, entendendo que era seu papel colaborar para a educação dos menores e que educá-los era a saída para os males sociais.

Os motivos da evasão como já constatados podem ser ampliados, considerando que a instituição estava dando seus primeiros passos, e, diante disso, pode-se constatar o número tão elevado de evadidos. Outro fator, não explícito, refere-se ao fato de que o jovem tinha que estudar e trabalhar, mesmo sendo remunerada, essa jornada para um adolescente pode ser exaustiva. Destacamos novamente a rejeição de alguns comerciantes que foram obrigados a contratar em função do Decreto-Lei e que não estavam muito felizes em ter que empregar um menor aprendiz e remunerá-lo no horário em que estaria estudando. Inferimos outro fator não identificado nos relatórios que é o valor pago aos jovens, não conseguimos precisar se com esse valor, valeria a pena permanecer no curso ou procurar outro emprego, embora esse motivo tenha sido apresentado na pesquisa realizada pelos educadores sociais do SESC apenas por 5 alunos que evadiram.

Figura 11 – Diplomados em 1947 e 1948



Fonte: SENAC (1948, p. 87).

Comparando os dados apresentados na figura 7, sobre os matriculados, com a figura 11, de diplomados dos anos de 1947 e 1948, em relação aos Cursos de Praticante de Escritório e de Praticante de Comércio constatamos que de fato a evasão dos alunos foi alta. Em 1947 o Curso de Praticante de Comércio recebeu 278 matrículas e se formaram 122, em 1948 o mesmo curso registrou 888 matriculados formando apenas 388. A mesma situação se repetiu com o Curso Praticante de Escritório. No ano de 1947 esse curso alcançou 316 matrículas e concluíram 147, já em 1948 foram registradas 540 matrículas e receberam o diploma apenas 234.

Mesmo formando menos de 50% dos seus alunos, nos dois primeiros anos de vida o SENAC/SP tornou-se conhecido pelos empresários do comércio e a sociedade. Seus alunos jovens e adultos com idade mínima de 12 anos, em sua maioria do sexo masculino, apresentando apenas o ensino primário e alguns com baixo nível de escolaridade, grande parte oriundos de famílias carentes concluíram seus estudos e receberam seus diplomas em cerimônias de formatura com a presença do presidente do Conselho Regional do SENAC/SP o Sr. Brasília Machado Neto.

4.3 “O Teste Jota”

Em 1947, o SENAC/SP realizou 1.033 matrículas, triplicando esse número no ano seguinte, registrando 3.386. Todos esses alunos foram aprovados no “Teste Jota”, atingindo nota mínima para ingresso nas escolas do SENAC do estado.

Pesquisamos em diversas fontes um exemplar do *Teste Jota* e conseguimos encontrar no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)¹⁶ uma monografia elaborada pelo autor do *Teste Jota*, Octavio A. Lins Martins, na qual descreve o processo de elaboração desse teste para a seleção dos futuros alunos do SENAI.

A Divisão de Ensino acreditava que os alunos necessitavam ser selecionados por um teste que fosse capaz de mensurar a inteligência e as habilidades dos alunos para a prática das atividades comerciais. Entretanto, o SENAC/SP não possuía um instrumento que pudesse utilizar e nem tinha tempo hábil para elaborar. Entendendo a necessidade da época de selecionar os alunos essa divisão contou com a colaboração do SENAI que, gentilmente, emprestou o *Teste Jota*, considerado um teste científico e aplicável aos alunos do SENAC, por possuírem as mesmas características, como idade e algumas semelhanças nas funções.

[...] pôde a Divisão de Ensino contar com o elevado espírito de colaboração do Dr. Octávio Lins Martins, Chefe da Divisão de Seleção do SENAI do Distrito Federal, que ofereceu o teste de sua autoria, para tal fim. O “Teste JOTA” é um instrumento perfeitamente utilizável, em nosso meio, não só porque já aferido para grupos semelhantes àqueles aos quais se aplicaria, como pelo seu alto grau de precisão, comprovado por estudos estatísticos de maior valia devido a seu criador que é, sem dúvida, no Brasil, uma das maiores autoridades em psicometria. (SENAC, 1947, p. 22).

Otávio A. Lins Martins, nasceu em 1904, na cidade de Recife e é autor do *Teste Jota* (1944) e *Metodologias das Pesquisas Educacionais* (1964). Foi Chefe da Divisão de Seleção do Departamento Regional do SENAI do Rio de Janeiro, escreveu o *Teste Jota* em forma de monografia, relatando as duas primeiras experiências de aplicação desse teste, justificando a importância dele para seleção dos alunos. Apresentaremos o documento a seguir, a fim de que possamos compreender esse instrumento que foi emprestado para o SENAC, em 1947, com os mesmos objetivos, de selecionar os alunos.

O teste é fundamentado e organizado na psicometria das teorias de Charles Spearman¹⁷, que defende a existência de um fator denominado fator *G* (geral), ou seja, se uma pessoa se mostra inteligente em um determinado teste, ela poderá realizar outro teste diferente sem dificuldade, pois apresenta inteligência geral. Octavio também utiliza a teoria de Thurstone¹⁸ que, em 1938, propôs que além do fator *G* há outros fatores específicos que podem ser medidos

¹⁶ Criado em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e tem por objetivo abrigar conjuntos documentais relevantes para a história do país.

¹⁷ Psicólogo inglês, nascido em 1863 e falecido em 1945. Aplica testes utilizando método estatístico, desenvolveu a teoria fatorial da inteligência que ficou conhecida como fator *g* (fator geral).

¹⁸ Louis Thurstone: Psicólogo americano (1887-1956) estudou na Universidade de Chicago, desenvolveu e publicou em 1938 a teoria de que uma pessoa pode ter bem desenvolvida uma habilidade e outra não.

e explicar a inteligência de cada indivíduo, para ele possuímos habilidades específicas, por exemplo, algumas pessoas possuem habilidades com números e apresentam dificuldade com a linguagem. O contrário das teorias também é considerado, ao apresentar dificuldade em realizar um teste para o fator *G* o indivíduo terá dificuldade em todos e, para a Thurstone, a dificuldade pode ser apenas para aquela habilidade específica.

Diante dessas duas teorias o *Teste Jota* foi elaborado com testes que medem o “fator *G*” habilidade geral dos indivíduos, “fator *N*” que avalia a habilidade de lidar com números, “fator *S*” visualização espacial ou senso de formas, “fator *P*” relativo à percepção de detalhes e o “fator *M*” responsável em medir a memorização.

Além do fator *g*, certas habilidades primárias serão de interesse para o prognóstico do sucesso escolar e profissional dos candidatos. O fator *N*, isolado de Thurstone e outros pesquisadores, relativo à habilidade de lidar com números, é de evidente influência, tendo em vista o constante emprego de operações numéricas na solução de problemas de oficina.

Considerando-se que em todas as profissões encaradas pelos cursos do SENAI são em última análise profissões manuais em que o operário tem que lidar com objetos, parece inquestionável a influência que, sobre essas atividades, deve exercer o fator *S*, correspondente à visualização espacial ou senso de formas. Pelos mesmos motivos, o fator *P*, relativo à percepção de detalhes, deve influir decerto modo no sucesso profissional.

Além desses, muitos outros terão maior ou menor influência para um prognóstico seguro, nomeadamente o fator *M*, memorização. (MARTINS, 1944, p. 8).

Para o autor a presença dos fatores mencionados pode possibilitar o bom desempenho no SENAI e o sucesso nas profissões industriais. As habilidades avaliadas estão extremamente ligadas às funções que os jovens exerciam nas indústrias e possuí-las qualificam o desempenho. Foram utilizados e selecionados os fatores que considera mais importante para o desempenho das profissões no SENAI. O teste não avaliava a agilidade manual, coordenação dos movimentos e nem a percepção sensorial, segundo o autor do Teste foram selecionados os fatores que considera mais importante para a se exercer a profissão no SENAI.

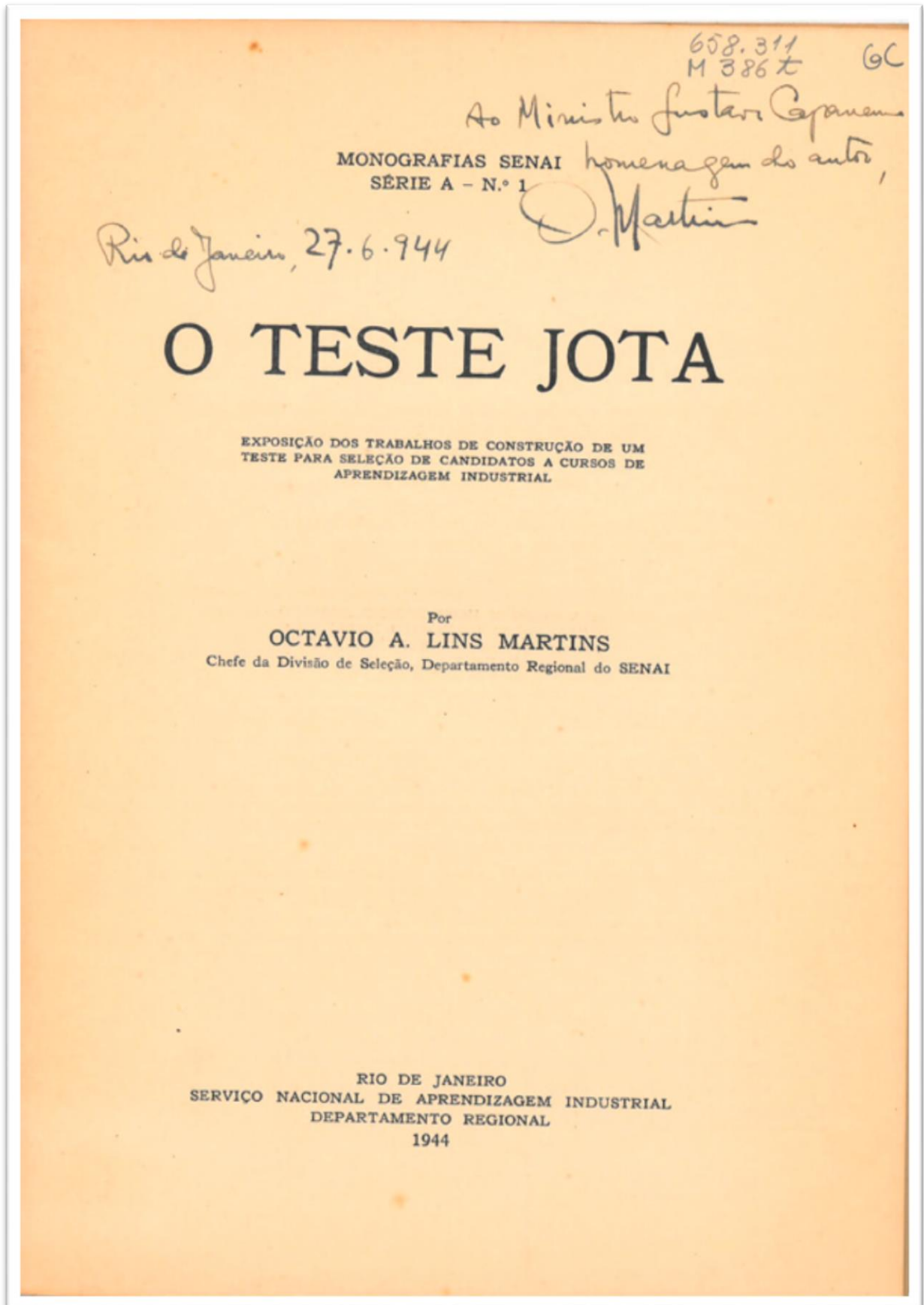
Destacamos que as habilidades de solucionar problemas, lidar com objetos, percepção espacial e memorização também estão presentes na prática das funções do SENAC, o que justificaria a utilização do *Teste Jota*.

O livro possui 54 páginas e o índice encontra-se na penúltima página discriminado por tópicos: Prefácio, Introdução, Construção da primeira forma provisória do teste, Fundamentos psicológicos da organização do teste, Aplicação da primeira forma. Resultados, Construção de uma segunda forma provisória do teste, Resultados preliminares da aplicação da segunda forma, A precisão do *Teste Jota* comparada com a de testes americanos padronizados e Observações

finais. Logo em seguida, estão os apêndices por itens: “Sobre a teoria dos fatores múltiplos”, “Sobre o cálculo do desvio-padrão e do coeficiente de correlação”, “Sobre a definição do erro de precisão” e “Sobre a avaliação da dificuldade e do poder discriminante dos itens”.

A capa e a primeira página do livro são iguais, conforme figura 12 abaixo, porém, esta figura é a primeira página na qual podemos identificar uma dedicatória do autor ao então Ministro da Educação e Saúde Pública, autor das Leis Orgânicas que criou o SENAI e o SENAC, portanto a cópia que conseguimos era do Ministro Gustavo Capanema.

Figura 12 – Contracapa do Livro “Teste Jota”



Na terceira página está o prefácio, nele o autor inicia apresentando as características legais dos alunos do SENAI, menores entre 14 e 18 anos que deveriam ser contratados pelos empregadores para trabalharem nas oficinas e em regime parcial frequentar as escolas do SENAI.

Para o cumprimento da legislação os empregadores devem enviar às escolas do SENAI um número exato de menores a que são obrigados, porém isso não significa que estes menores estão aptos a desempenhar as funções exigidas pelas indústrias, sendo assim o SENAI é quem deve conhecer os jovens e desenvolver suas habilidades. Para o autor “[...] esses jovens, insistimos, ou já escolheram ou foram levados a escolher uma profissão, algumas vezes em caráter provisório.” (MARTINS, 1944, p. 3).

Martins (1944) também analisou as características desses jovens, separando em quatro grupos: o primeiro, com aqueles que concluíram o 2º. ano elementar; o segundo são os jovens que completaram o 3º. ano; o terceiro grupo, os que concluíram o 4º. ano; e, por último, são os menores que receberam o diploma do 5º. ano. Dentre essa diferença de conhecimentos escolares acrescentam-se as diversas idades dos menores, o que torna o grupo mais heterogêneo.

Com esse cenário, há duas saídas, segundo o autor: a primeira seria a de construir programas de níveis diferentes e a segunda a organização de turmas heterogêneas. Diante desses problemas apresentados, ainda no prefácio o autor justifica “[...] necessidade de instrumentos destinados a medir o indivíduo, o que vale dizer, os seus dotes para o trabalho e os seus interesses, bem como fixar o seu grau de conhecimentos formais e desenvolvimento mental.” (MARTINS, 1944. p. 4).

Na introdução, o autor descreve que o *Teste Jota* foi criado pela Divisão de Seleção do Departamento Regional do SENAI, do Rio de Janeiro para selecionar e classificar candidatos ao curso de aprendizagem industrial e que sua monografia pretende expor de forma técnica como estavam construindo e padronizando o teste, apresentando as duas primeiras aplicações. Nesse contexto, o autor descreve em outro tópico a construção da primeira forma do teste considerada provisória que continha operações, problemas, vocabulário e formas. Nele o autor relata que os itens foram retirados de diversos outros testes aplicados em menores com o mesmo perfil. Nota-se que nesta década estava em crescente expansão os testes psicológicos que visavam medir a maturidade e inteligências das pessoas e que o *Teste Jota* não era uma novidade naquele período, já existiam testes parecidos, com objetivos semelhantes.

Os itens foram em parte extraídos de outros testes (de testes para seleção de aprendizes artífices do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, de São Paulo, de um teste para seleção de candidatos a cursos de trabalhadores menores, organizado pelo Departamento Regional do SENAI, também de São

Paulo, e de vários testes americanos). Os demais itens foram por mim organizados, com a colaboração do psicologista da DS, Dr. A. Tavares Bastos, no que diz respeito a parte dos itens de vocabulário. (SENAC, 1944, p. 7).

No item “Aplicação da primeira forma. Resultados”, o autor descreve em detalhes a realização da aplicação desse que chamou de “primeira forma provisória”. Ele foi aplicado no dia 08 de agosto de 1943 para 409 candidatos aos cursos de aprendizes do SENAI. Foram realizados três turnos para que todos os menores pudessem ser avaliados e cada parte do teste havia um tempo determinado para a realização. Operações 15 minutos, problemas 18 minutos, vocabulário 10 minutos e formas 17 minutos, totalizando 60 minutos. A idade dos menores variava entre 14 e 17 anos e apenas um tinha 18 anos.

O autor relata que essa primeira aplicação apresentou algumas dificuldades. Para ele as partes operações e formas eram difíceis demais para o nível dos candidatos e que as formas e vocabulário não foram compreendidos pelos mesmos. A aplicação provisória serviu para análise da Divisão de Seleção que reformulou o teste para a segunda aplicação.

No item do livro “Construção da segunda forma provisória do Teste”, o autor inicia descrevendo que a primeira aplicação serviu para a classificação dos candidatos, mas também para a colheita de informações que favorecessem a melhora do teste. Após as adaptações o teste foi reaplicado no dia 31 de outubro de 1943 para um grupo de 202 candidatos a cursos no SENAI, nas mesmas condições estruturais da aplicação do primeiro.

É nesse item que o autor nos apresenta informações mais precisas sobre o teste e que nos faz compreender de forma mais concreta como era o teste. Não iremos descrever as análises psicométricas contidas no livro em função de nos interessar apenas como era o *Teste Jota*.

O tempo total para a realização desta aplicação foi mantido, porém algumas partes, após a análise sofreram alteração, as operações passaram de 15 minutos para 13, os problemas de 18 minutos para 20, o vocabulário de 09 minutos para 10 e as formas de 17 minutos para 18, totalizando 60 minutos de realização.

Na sequência estão as figuras apresentadas pelo autor no livro dos primeiros itens de cada parte da segunda forma do teste:

1.ª Parte: Operações

Tempo de realização: 13 minutos.

Figura 13 – 1.^a parte do Teste Jota: Operações

1. ^a PARTE: OPERAÇÕES				
Faça as seguintes contas:				
Somar:	Somar:	Diminuir:	Multiplicar:	Dividir:
$\begin{array}{r} 5 \\ + 4 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 48 \\ + 75 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 84 \\ - 43 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 432 \\ \times 3 \\ \hline \end{array}$	$8 \overline{) 2}$

Fonte: Livro Teste Jota (1943, p. 21).

2.^a Parte: Problemas

Tempo de realização: 20 minutos

Figura 14 – 2.^a parte do Teste Jota: Problemas

2. ^a PARTE: PROBLEMAS	
Resolva os problemas ou questões a seguir e escreva as respostas nas linhas pontilhadas. Se precisar, faça os cálculos no espaço em branco.	
Espaço para cálculos.	<p>1. Francisco tem 2 lápis pretos e 3 lápis de côr. Quantos lápis tem êle ao todo ? Resposta:.....</p> <p>2. Um operário trabalha 3 horas pela manhã e 5 horas à tarde. Quantas horas êle trabalha por dia ? Resp.....h</p> <p>3. Qual é a soma de seis, quatro e três ? Resp... ..</p> <p>4. Um trem tem 7 vagões. 4 são de passageiros e os outros de carga. Quantos são os vagões de carga ? Resp.....</p>

Fonte: Livro Teste Jota de 1943, p. 21

3.^a Parte: Vocabulário

Tempo de realização: 09 minutos

Figura 15 – 3.^a parte do *Teste Jota*: Vocabulário

3.^a PARTE: VOCABULÁRIO

Em cada linha há uma palavra escrita em letras grossas, seguida de cinco outras palavras. Procure a palavra que quer dizer a *mesma coisa* que a palavra escrita em letras grossas e passe um risco em baixo dela. Exemplo:

antigo..... habitual . modesto velho recente teimoso

Velho quer dizer a mesma coisa que *antigo*. Por isso foi passado um risco em baixo da palavra *velho*.

Veja este outro exemplo:

orelha..... pescoço testa cabeça ouvido vista

Ouvido quer dizer a mesma coisa que *orelha*. Por isso você deve passar um risco em baixo da palavra *ouvido*.

Faça a mesma coisa com as palavras seguintes.

1 **bonito** grande belo inteiro claro feio

2 **rapaz** nariz razão forte bigode moço

3 **luz** claridade copo pássaro nuvem porta

4 **moléstia** ... tristeza capricho vaidade doença pancada

Fonte: Livro *Teste Jota* (1943, p. 22).

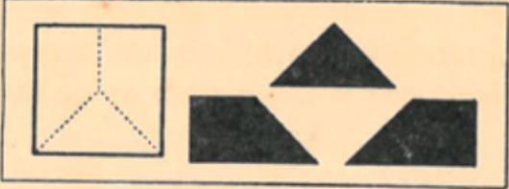
4.^a Parte: Formas

Tempo de realização: 18 minutos

Figura 16 – 4.^a parte do *Teste Jota*: Formas


4ª PARTE: FORMAS

Repare neste exemplo:



As linhas pontilhadas mostram como foi dividida a figura de modo a fazer três pedaços iguais aos pedaços pretos que estão do lado.


Veja este outro exemplo:




Faça um risco de lápis de A para B. Repare que você dividiu assim a figura em dois pedaços iguais aos pedaços pretos que estão do lado.

Faça a mesma coisa com as figuras seguintes, dividindo cada uma em pedaços iguais aos pedaços pretos que estão do lado.

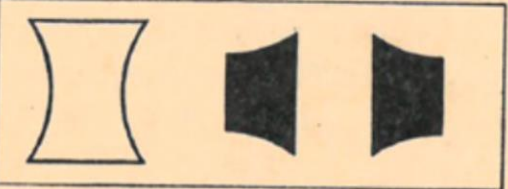
1




2



3



4



Fonte: Livro *Teste Jota* (1943, p. 23).

Com essas figuras é possível compreender como era o *Teste Jota*. Observamos também pelos itens apresentados que se tratava de um teste com questões básicas o que nos faz refletir sobre o ensino primário oferecido na época. Temos que considerar que nesta década o ensino era considerado precário e nesse período educadores buscavam na psicologia formas de qualificar o ensino por meio de testes que pudessem medir a inteligência dos alunos e sua maturidade para a aprendizagem.

Analisando o *Teste Jota* e sua aplicabilidade aos candidatos para cursos de aprendizagem comercial, identificamos que ele faz todo sentido, o cenário era o mesmo. O perfil de alunos é o mesmo, embora as funções se divirjam por serem industriais e comércio, as habilidades exigidas são semelhantes como operações, situações problemas, comunicação (vocabulário) e noção espacial (formas).

Após a segunda aplicação o autor destaca que ela ainda necessita de melhorias e apresenta as análises estatísticas dos resultados obtidos, porém não iremos discutir aqui por não ser objeto da nossa pesquisa, pois o nosso objetivo era conhecer o *Teste Jota*. O SENAC utilizou em 1947 o teste e a segunda aplicação foi em 1943, considerada forma provisória. Entendemos que após essa segunda aplicação o teste não deve ter sofrido significativas alterações quanto a sua estrutura.

Para finalizar, o autor afirma que o teste seria padronizado e que considerava satisfatórios os resultados obtidos na segunda aplicação, pois atenda os objetivos imediatos. Destaca que a Divisão de Seleção do SENAI iria se dedicar com rigor à padronização do teste e por fim terminaria com os apêndices apresentando teorias estatísticas.

O *Teste Jota* foi aplicado para os candidatos aos cursos de aprendizagem e continuação do SENAC, após um estudo realizado pelo Professor Salgado Garcia de Figueiredo, técnico de seleção do Departamento do Serviço Público que após estudo, “[...] concluiu pela perfeita adequação da prova ao grupo a que se destinou.” (SENAC, 1949, p. 47).

Para os cursos de especialização de escritório (Esteno-Datilógrafo e Arquivista) foi organizada uma prova de conhecimentos de Português e Matemática com o objetivo de selecionar os candidatos.

É importante considerar que os alunos selecionados pelo *Teste Jota* no SENAC não apresentavam bom desempenho, como pudemos analisar no item que tratamos sobre os alunos. O teste não avaliava conteúdos específicos ensinados pelo ensino oficial e sim competências (habilidades) para a prática da atividade que iria desempenhar na empresa, ou seja, o aluno no teste apresentava ter a competência, mas durante a formação se exigia conhecimentos relacionados aos ensinados na escola e os alunos apresentavam dificuldade. Percebemos um descompasso, ou um ponto falho, no que o teste avaliava e o que era ensinado durante o curso aos alunos.

De acordo com o Decreto-Lei 8.622, de 10 de janeiro de 1946 o aluno, artigo 3º. (terceiro) os candidatos a praticante de escritório e de comércio, além de possuírem idade mínima de 14 anos deveriam ter o curso primário ou possuir conhecimentos *mínimos essenciais* para a

atividade que pretendiam exercer e possuem aptidão física e mental verificadas por processo de seleção, no caso o *Teste Jota*, conforme decreto mencionado acima.

Concluimos que o *Teste Jota* atendia de imediato as exigências do Decreto selecionando os alunos. Analisando o nível dos testes aplicados, de fato constatamos que a exigência era de conhecimentos essenciais já que na época o ensino primário não era obrigatório.

No Estado de São Paulo, o SENAC se estruturou de forma rápida o que possibilitou a expansão para o interior logo após sua criação. Em 1947, o Diretor-Geral do SENAC/SP, João Pacheco Chaves, afirmou que as diretrizes traçadas pelas classes produtoras do Comércio em Teresópolis (1945) não ficaram apenas no papel e se concretizaram em pouco tempo (SENAC, p. 78, 1947).

O processo de instalação do SENAC no estado de São Paulo se deu por meio de planejamento de ações. Primeiramente, a recém-criada instituição encontrou um local para seu funcionamento administrativo em 1946; em seguida montou sua equipe administrativa, que juntos, foram criando o organograma do SENAC/SP e, assim, suas atribuições.

Após definição das funções cada equipe foi estruturando suas atividades e colocando em prática para que, em 1947, se iniciasse as atividades educacionais. Dessa forma, os espaços para o funcionamento das escolas foram alugados, os cursos criados, os docentes contratados, as empresas comunicadas e orientadas e os alunos selecionados.

Todas as ações foram devidamente fundamentadas na legislação educacional vigente, em especial na modalidade de ensino profissional comercial. A própria instituição também foi criando regras próprias para sua expansão do interior do estado. Coube a ela, como instituição privada, elaborar normas próprias de funcionamento, elaborando uma série de critérios para suas próprias ações e assim se consolidando.

Na próxima seção apresento a interiorização do SENAC/SP na cidade de Bauru/SP por meio de fontes primárias recuperadas no acervo da instituição, no próprio SENAC de Bauru e no Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração (NUPHIS/USC).

O SENAC embora seja gerido como instituição privada e paradoxalmente é uma instituição de ensino que utiliza majoritariamente recursos de impostos que poderiam ter uma aplicação em projetos políticos de educação. Além disso, esses recursos constituem renúncia fiscal, por meio de lei Federal (Decreto-Lei, n. 8621, 10/011946) são administrados em parte pelos próprios empresários do setor de serviços e comércio. Essa é uma das principais características contraditórias não só do SENAC, mas do próprio “Sistema S.”¹⁹

¹⁹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado

5 A INSTALAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL EM BAURU/SP

Nesta seção apresentaremos por temas o processo de instalação do SENAC na cidade de Bauru. Primeiramente serão apresentados aspectos dos prédios utilizados pelo SENAC, no período investigado, e suas características arquitetônicas. Em seguida, trataremos sobre os cursos, suas finalidades e público-alvo; posteriormente, discutiremos sobre o perfil dos professores que atuavam nos cursos de acordo com as exigências da legislação comercial e a forma de ensino exigida pela instituição. Por fim, apresentaremos o perfil dos alunos da Escola SENAC de Bauru/SP.

Embora algumas análises dos temas acima são feitas a partir dos registros institucionais encontrados nos relatórios analisados, atribuímos também a Bauru SP, pois diante da pesquisa encontramos elementos suficientes para afirmar que algumas características tratadas no âmbito de todas as unidades do SENAC são comuns à escola SENAC de Bauru.

5.1 A cidade de Bauru

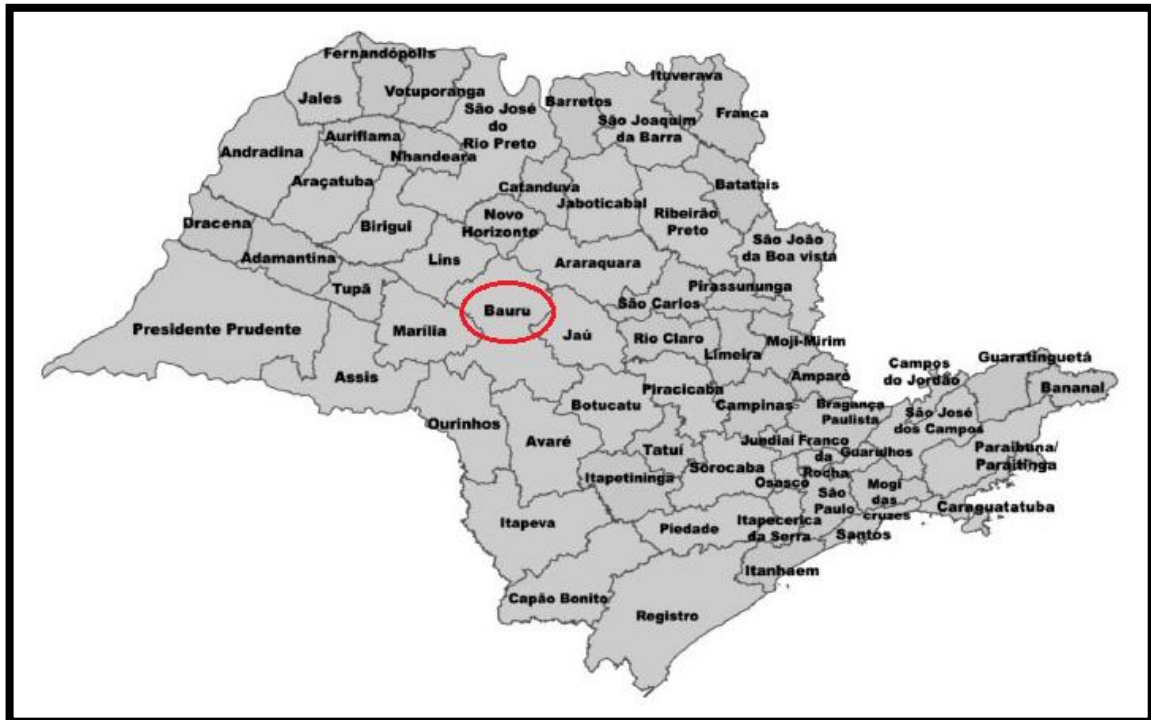
Nosso objeto de estudo é o SENAC de Bauru no período de 1948, ano de sua instalação na cidade a 1961, ano da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em Diário Oficial no dia 27 de dezembro de 1961.

Por meio da análise de fontes primárias pretendemos apresentar o processo de instalação dessa instituição na cidade em questão, analisando aspectos que compõem uma instituição educacional: estrutura física, os cursos (currículo), os professores e os alunos.

Bauru está localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, distante 342 km da capital do Estado. Essa localização favoreceu a cidade, que cresceu e se desenvolveu por meio de suas atividades comerciais.

com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Figura 17 – Mapa das microrregiões do Estado de São Paulo



Fonte: Adaptado do mapa retirado do site <www.scielo.br>. Acesso em: 25 mar. 2017.

A cidade ficou conhecida como o maior entroncamento rodo-hidro-ferroviário da América Latina, possibilitando o transporte de bens e serviços da região, com facilidade de escoamento das mercadorias para todo o país em função da sua localização estratégica. Tem como principal rodovia a Marechal Rondon. A 25 km da cidade está localizado o rio Tietê, transformado em hidrovía, e a ferrovia que possibilitou, nas décadas de 1930 e 1940, o escoamento de toda produção do interior para o país, promovendo o desenvolvimento populacional e comercial da cidade.

É fato que a rodovia e a hidrovía contribuíram para o crescimento comercial dessa cidade, porém, nosso destaque será para a ferrovia, que foi a principal responsável pelo crescimento populacional, econômico e comercial da cidade no período em que nossa pesquisa incide. Diante disso, apresentaremos alguns aspectos importantes da ferrovia em Bauru/SP.

Devido a sua localização no centro do Estado de São Paulo, Bauru foi sede e ponto de referência para a instalação de três ferrovias. Em 1905 a cidade recebeu a primeira ferrovia, a Estrada de Ferro Sorocabana, que ligava Bauru à capital. Um ano depois, em 1906 a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil inaugurou um novo trecho em Bauru (Bauru - Avaí), ampliado em 1908, chegando a outros estados como Mato Grosso do Sul e às fronteiras bolivianas e paraguaias. Em 1910 chega a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, quando Bauru passou a abrigar o maior entroncamento ferroviário do país.

O progresso definitivo do pequeno povoado, deu-se em 1905, através dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, ligando Bauru à Capital do Estado e o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, rumo ao Estado do Mato Grosso. Já em 1910, a cidade passa a ser conhecida como um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do interior, com a chegada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Com o transporte de passageiros e cargas para o porto de Santos, Estado do Mato Grosso, Bolívia e Peru, estabelecendo-se a comunicação com outras localidades e conseqüentemente, a possibilidade de novos rumos para a cidade: o progresso urbano. (GRAZIADEI, 2002, p. 30).

Durante o período de instalação das ferrovias, a cidade começa a receber os operários para a construção das estradas de ferro, funcionários que trabalhavam nas ferrovias, novos empresários, impulsionando o comércio local em função de atender as necessidades geradas. No dia 01 de Setembro de 1939 é inaugurada a Estação Ferroviária da Noroeste Brasil (Central de Bauru), sendo o principal ponto de embarque e desembarque das três ferrovias.

A expansão das atividades comerciais em Bauru ocorreu impulsionada pela necessidade de suprir a população com mantimentos, vestuário e calçados. Mas foi a instalação (1939) da Estação Ferroviária da Noroeste do Brasil, que o comércio bauruense chegou ao seu apogeu, formando-se um novo centro comercial, nos arredores da Estação. (GRAZIADEI, 2002, p. 31).

O comércio e a prestação de serviços se tornam a base econômica de Bauru, que se desenvolve nas proximidades da gigantesca Estação Ferroviária Central da cidade por consequência do entroncamento ferroviário. “Nas décadas de 40, 50 e 60, a área central da cidade foi ocupada pela intensa fortificação do comércio” (GRAZIADEI, p. 32, 2002).

Figura 18 – Foto da Estação Central de Bauru



Fonte: Memórias da Ferrovia – Museu Ferroviário Regional de Bauru (2014).

É neste período que o SENAC é criado (BRASIL, 1946a) em Teresópolis, Rio de Janeiro, onde representantes do comércio reivindicavam dentre outras questões a criação de uma instituição educacional que qualificasse os trabalhadores para o comércio. Bauru/SP estava representada nessa conferência por representantes da Associação Comercial.

Segundo Pelegrina (1993), "[...] dali para frente jamais se sentiu a estagnação da atividade comercial em Bauru; pelo contrário, quanto mais aumentava a população, maior era o número de estabelecimentos comerciais que abriam."

5.2 O SENAC em Bauru: estrutura física

Em 1947, o SENAC/SP inicia suas atividades em algumas unidades na Capital e no interior nas cidades de Santos, Campinas e São José do Rio Preto. No relatório de 1946, identificamos que já era planejada uma escola SENAC na cidade de Bauru para o ano de 1948. De acordo com o relatório de 1947 o critério adotado para a escolha da cidade referia-se ao seu comércio desenvolvido e a “[...] existência de um mínimo de 400 comerciários.” (SENAC, 1948, p. 19).

Esse critério foi criado pelo próprio SENAC/SP que naquele momento de estruturação e expansão necessitava adotar uma regra e seguiu uma lógica coerente localizando as cidades com maior número de comerciários. Tendo a cidade de Bauru um número expressivo de trabalhadores no comércio indicava a necessidade de qualificação e os comerciantes locais em função da obrigatoriedade da contribuição, que também eram muitos, passariam a exigir o retorno da sua contribuição obrigatória.

A preocupação do departamento regional do SENAC/SP em expandir para as cidades do interior referia-se ao fato de que todos os comerciantes do país contribuíam para a arrecadação mensal de 1% da sua folha de pagamento, que era direcionado para a manutenção das ações educacionais do SENAC e, diante desse cenário, os empresários poderiam cobrar da instituição formação comercial aos seus colaboradores.

No interior do Estado de São Paulo procurou o SENAC desenvolver as suas atividades, pois, de acordo com o pensamento do seu Conselho Regional, não poderiam os benefícios dessa Entidade se restringir aos trabalhadores do comércio da capital. Baseados nos resultados do recenseamento da população comerciária do Estado, realizado pelo Serviço de Recenseamento do SESC e por este último administrado, escolhemos localidade de comércio desenvolvido e, portanto, com número mais elevado de comerciários para aí instalarmos nossas escolas. (SENAC, 1947, p. 2).

Em 1948 os recenseadores cadastraram em Bauru 220 firmas, com 845 empregados maiores e 318 menores, totalizando 1.163 empregados. Número bem acima do mínimo estabelecido para a instalação de uma escola SENAC.

Para instalar uma escola em Bauru foram realizadas visitas por representantes do departamento de ensino do SENAC, a fim de encontrar um prédio que oferecesse condições mínimas para receber uma escola. Por intermédio da Associação Comercial de Bauru, a

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo cedeu²⁰ algumas salas do “Grupo Escolar Lourenço Filho”, à noite:

Após trabalhos preliminares, *in loco*, feito pelo Diretor de Ensino, foi possível conseguir, a título precário, a cessão do Grupo Escolar “Lourenço Filho”, onde à noite funciona a escola SENAC.

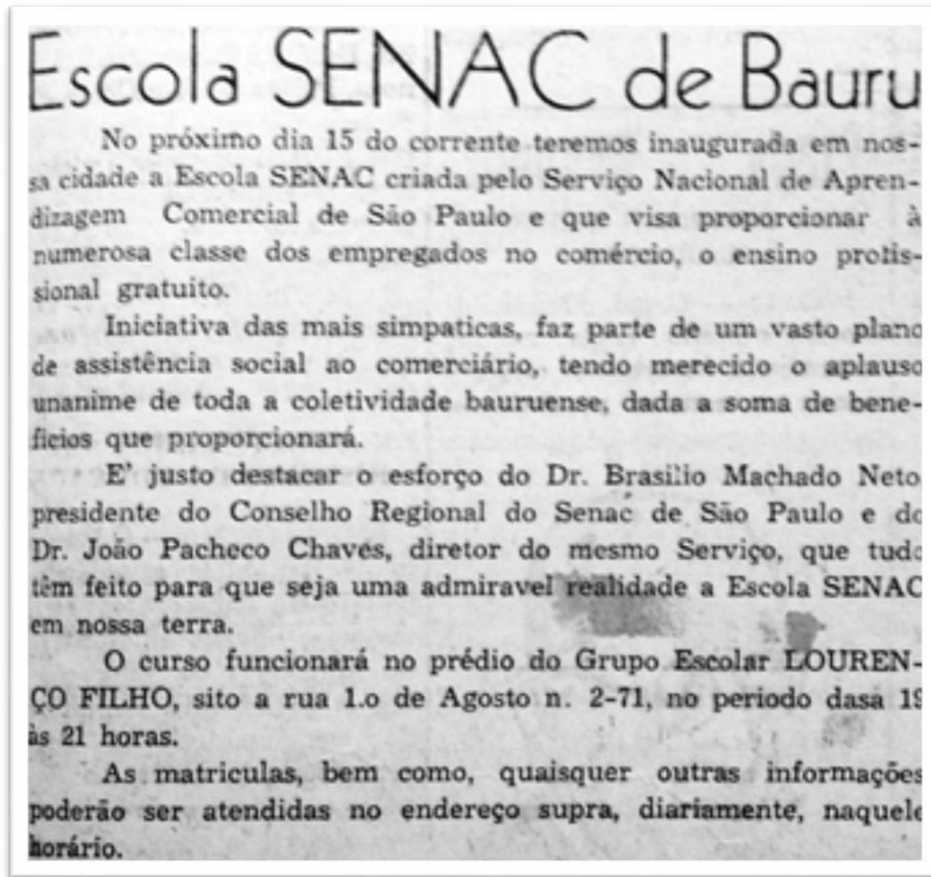
A Associação Comercial de Bauru participou ativamente na realização do objetivo do SENAC, agindo junto ao Delegado Regional de Ensino, bem como junto à Secretaria de Educação. (SENAC, 1948, p. 19).

O Grupo Escolar Lourenço Filho pertencia a rede Estadual de Ensino e oferecia no período diurno a educação primária. Seu diretor, o Professor Benedito Moreira Pinto, assumiu também a direção do SENAC, permanecendo no cargo de 7 de março de 1948 a 23 de janeiro de 1961, data em que tomou posse como diretor regional do SENAC/SP, sendo substituído por Sebastião Rodrigues de Castro até agosto de 1962. O professor Benedito Moreira Pinto era professor assistente da Universidade do AR em Bauru, e por ter ligação com o SENAC antes da instituição se estabelecer em Bauru ele pode ter contribuído e até articulado para que a instituição se estabelecesse no Grupo Escolar Lourenço Filho.

A Escola SENAC de Bauru iniciou suas atividades no dia 15 de março, de 1948, sob a direção do professor Benedito Moreira Pinto, Diretor do Grupo Escolar “Lourenço filho” e ex-professor assistente da UNIVERSIDADE DO AR. (SENAC, 1949, p. 19).

²⁰ O contrato de cessão de espaço encontra-se no ANEXO A - Contrato de cessão de espaço entre o SENAC e a Secretaria da Educação.

Figura 19 – Reportagem sobre a Inauguração do SENAC em Bauru



Fonte: Jornal Diário de Bauru de (1948).

No relatório do SENAC de 1946, 1947 e 1948 são citadas as condições precárias que o Grupo Escolar Lourenço Filho se encontrava, porém, mesmo em condições não adequadas, o SENAC inicia suas atividades em 1948 e no ano seguinte, visando ampliar seu atendimento, aluga um prédio situado na rua 1º. de Agosto, quadra 07 n. 84, permanecendo nestes dois locais até a finalização da construção do prédio próprio situado na rua Saint Martin, 10-17, inaugurado em 09 de agosto de 1958.

5.3 As instalações do Grupo Escolar Lourenço Filho

Figura 20 – Grupo Escolar Lourenço Filho



Fonte: SENAC (1948, p. 28).

Localizado na Rua 1º. de Agosto, quadra 02, n. 71 e há 350 metros da Estação Ferroviária de Bauru, pertencente ao Estado, o Grupo Escolar Lourenço Filho oferecia educação básica nos períodos da manhã e da tarde. Como principais características apontadas pelos relatórios do SENAC/SP eram as precárias condições que o prédio apresentava. Mesmo assim o SENAC permaneceu por 10 anos neste prédio. Em 1955, foi designado como inspetor o Sr. Plínio Guzzo, pelo Ministério da Educação e Saúde para que verificasse as instalações do prédio com o objetivo de fornecer a autorização do mesmo, em cumprimento a Portaria Ministerial n. 397, de 11/06/54 que tratava sobre vistoria para autorização de funcionamento da Escola SENAC.

Após inspeção, Plínio assim descreve o prédio,

O prédio foi construído no mês de março do ano de 1933. Este que é propriedade do Governo do estado tem suas dependências ocupadas durante o dia com os alunos do Grupo Escolar “Lourenço Filho”, que é uma escola primária pública, sendo cedido pelo Departamento de Educação, para o SENAC, para usá-lo no período noturno com o curso comercial básico. (SENAC, 1955, p. 07).

Continua seu relato, apontando as condições e características da construção,

Nessas condições observamos que o prédio apesar de ter sido construído em 1933, atende perfeitamente as necessidades do ensino, uma vez que foi construído especialmente para nele funcionar uma escola.

Sua construção é toda de alvenaria, tendo as paredes de tijolos, permitindo, pela sua disposição, facilidade de controle absoluto do movimento das classes, no que se refere ao transito de alunos.

O edifício foi construído num único pavimento, térreo, e está perfeitamente aparelhado, embora se observe que o material ideal para as crianças em idade de educação primária, não satisfaz a contento os alunos da Escola Comercial SENAC pela disparidade de idade e tamanho. (SENAC, 1955, p. 07).

Conhecer os espaços escolares nos permite identificar como ele era ocupado e vivenciado nas práticas educacionais em função das suas condições. A arquitetura pode nos fornecer informações relacionadas ao tempo e sua finalidade. Apresentaremos a seguir alguns espaços do Grupo Escolar Lourenço Filho a partir do relatório realizado e entregue ao Ministério da Educação e Saúde da época pelo Inspetor Sr. Plínio Guzzo, em 1955.

Foram cedidas pela Secretaria do Estado da Educação do Governo ao SENAC, 5 salas de aula²¹, uma sala de Diretoria, uma para secretaria, um depósito e um vestiário:

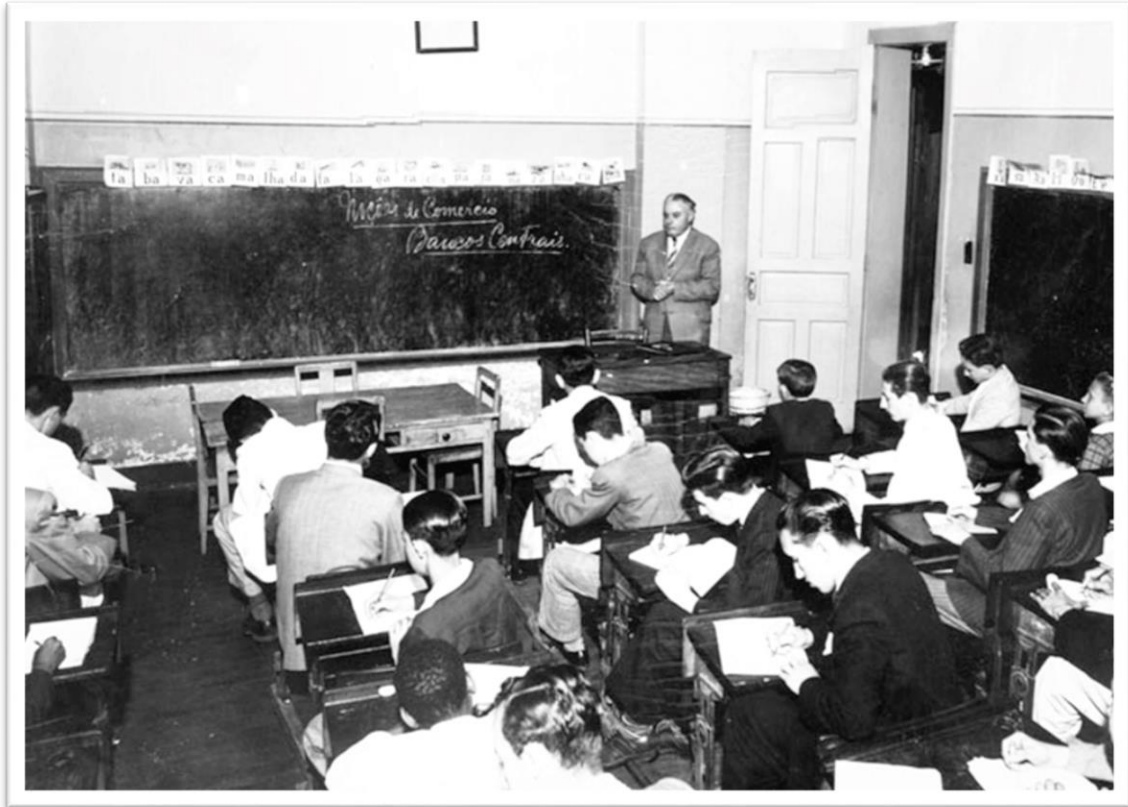
Quadro 3 – Dependências cedidas ao SENAC do Grupo Escolar Lourenço Filho

DEPENDÊNCIAS	ÁREA M ²	LUGARES
Sala n. 1	40	48
Sala n. 2	40	44
Sala n. 3	42,52	43
Sala n. 4	41,60	44
Sala n. 5	39,60	42
Diretoria	18,72	
Secretaria	14,64	
Depósito	8,70	
Vestiário	10,41	

Fonte: Elaborado pelo autor.

²¹ A planta do “Grupo Escolar Lourenço Filho” encontra-se no ANEXO B: Planta do Grupo Escolar Lourenço Filho.

Figura 21 – Sala de Aula



Fonte: SENAC (1955).

É importante relembrarmos que este prédio foi arquitetado para ser uma escola primária e assim funcionava como tal. Seu mobiliário era adequado para alunos menores de 14 anos, que a frequentavam. Diante disso o que nos chama a atenção são as carteiras onde os alunos sentavam em duplas. Estas carteiras eram pequenas para os alunos da Escola SENAC, considerando que esses eram maiores de 14 anos e adultos, o que não deveria ser tão confortável.

Outro fato importante a ser analisado é o número de alunos que cada sala comportava. As salas eram numerosas, característica bem comum na época. O formato da sala retangular com muitas carteiras fazia com que os alunos se sentassem olhando apenas para frente, onde o professor e o quadro negro eram o centro das atenções e dessa forma o professor possuía uma visão geral da sala estabelecendo o controle sobre o comportamento dos numerosos alunos.

De acordo com Frago, 2001,

[...] a sala de aula é um compartimento em geral retangular, fechado [...] As salas retangulares favorecem o ensino frontal e [...] é no âmbito da sala de aula, o núcleo por excelência da atividade instrutiva, onde a análise histórica mostra essa relação entre a disposição no espaço das pessoas e objetos que nelas estão, e o sistema ou método de ensino seguido (FRAGO, 2001, p. 121).

Figura 22 – Biblioteca do SENAC do Grupo Escolar Lourenço Filho



Fonte: SENAC (1949).

No relatório realizado em 1955, pelo inspetor Plinio Guzzo ao Ministério da Educação e Saúde, encontramos uma relação²² de livros da Biblioteca do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho classificados em duas categorias. A primeira denominada “Relação do material e dos volumes da Biblioteca Especializada”, composta por livros de literatura, manuais, revistas, livros em inglês, francês, dentro outros e a segunda intitulada como “Relação de livros didáticos da Biblioteca da Escola Comercial”. Os livros desta categoria são compostos por livros didáticos de Português, Matemática, História, Geografia, Francês, Inglês, Desenho, Técnica de Venda e Ciências.

²² A relação dos livros encontra-se no ANEXO C – Relação de livros da Biblioteca do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho.

Figura 23 – Área livre para o recreio



Fonte: SENAC (1955).

A figura 22 e 23 referem-se respectivamente à Biblioteca e o espaço destinado ao recreio dos alunos no “Grupo Escolar Lourenço Filho”. No espaço da Biblioteca os livros estão em um armário com portas de vidro e há uma mesa com cadeiras. Pela foto é possível perceber que o espaço é pequeno. Nos relatórios pesquisados, são apresentados os funcionários e suas funções no SENAC e não há nenhuma indicação de que havia alguém que trabalhasse na biblioteca. No relatório de 1949 identificamos a informação de que a biblioteca do SENAC Bauru era “circulante”, ou seja, o professor ou até mesmo outro funcionário acompanhava os alunos para emprestar os livros ou realizar suas pesquisas, conforme apresenta a figura 22.

Apresentamos, na figura 23, o espaço utilizado para o recreio por ele possuir uma tabela para a prática do basquete, na época conhecido como cestobol, e a escola possuía também um vestiário, conforme figura 24. A prática de atividade física era vista como uma forma de disciplinar as pessoas e desenvolver o civismo, desta forma fazia parte do currículo dos cursos. Para o SENAC a prática de uma atividade esportiva poderia desenvolver no aluno maior disciplina, amor à pátria e a convivência social. No relatório de 1949 identificamos que esse espaço era considerado e utilizado para a prática de esportes pelos alunos do SENAC: “A Escola

SENAC 'Nelson Fernandes' de Bauru possui uma quadra de cestobol e voleibol” (SENAC, 1949, p. 43).

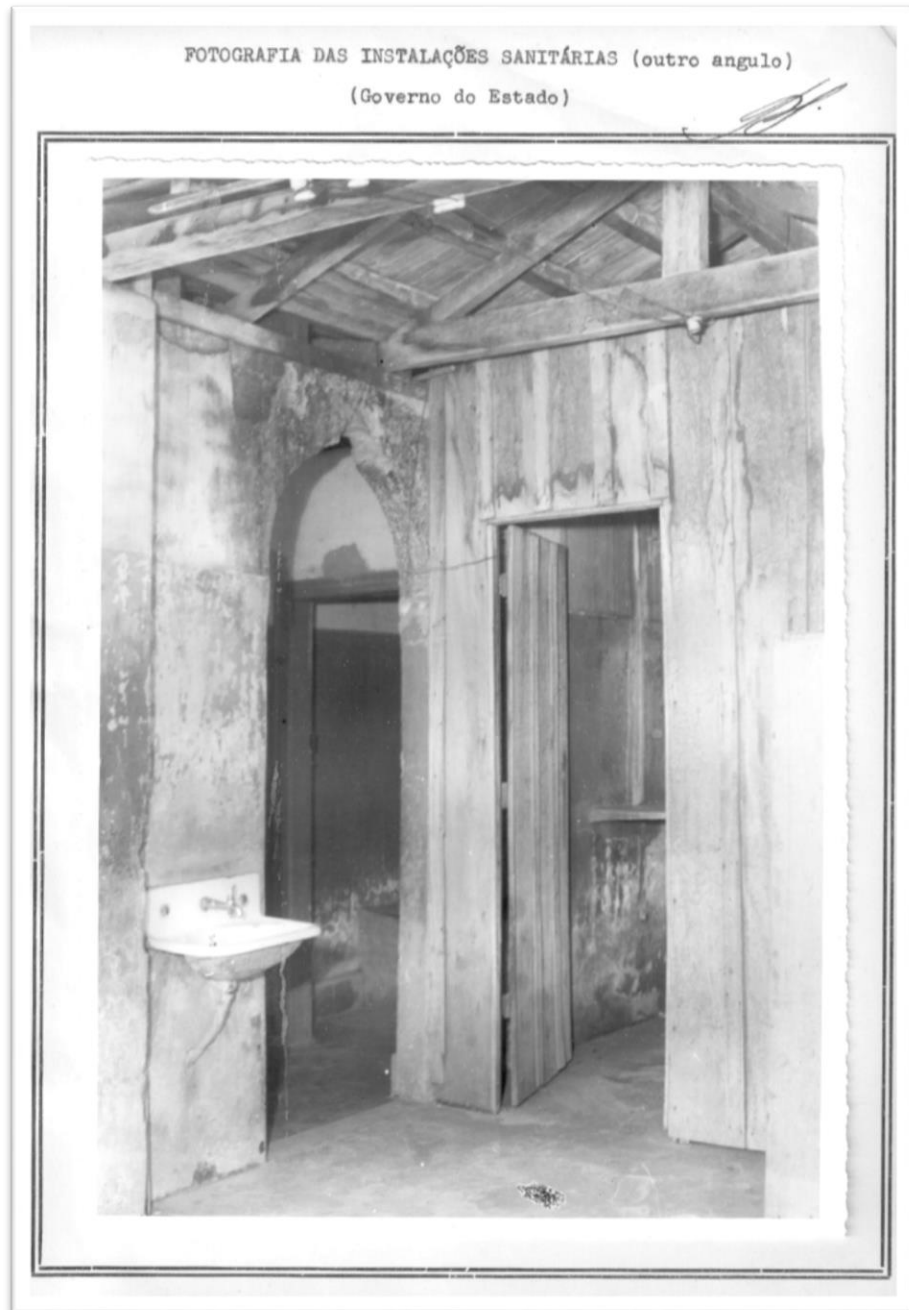
Figura 24 – Vestiário Grupo Escolar Lourenço Filho



Fonte: SENAC (1955).

Como podemos observar nas figuras anteriores e também na figura 25, de fato, o Grupo Escolar Lourenço Filho apresentava aspectos precários em sua construção e manutenção, contudo, cabe-nos destacar que infelizmente se tratava de um momento político que se perdura em nossa sociedade em que as demandas não são atendidas, mesmo considerando a importância de que todas as crianças estivessem na escola.

Figura 25 – Banheiros do Grupo Escolar Lourenço Filho



Fonte: SENAC (1955).

Foram nessas condições descritas nos relatórios do SENAC/SP que a instituição iniciou suas atividades em Bauru, em 1948, no período noturno. Embora insatisfeitos com as condições apresentadas pelo prédio, a escola SENAC permanece nesse Grupo Escolar até 1958. Levantamos algumas hipóteses que justificaria a permanência do SENAC por tanto tempo, em condições precárias neste Grupo Escolar, destacamos o fato de que o mesmo diretor do Grupo Escolar Lourenço Filho ser o diretor do SENAC facilitando a execução de suas atividades, outro motivo possível o fato de estar localizado próximo à estação ferroviária e no centro dos

estabelecimentos comerciais facilitando a locomoção dos alunos, outra possibilidade seria o fato do prédio ser cedido pela Secretaria Estadual de Educação, não tendo custo para o SENAC, considerando que a instituição estava dando os seus primeiros passos em busca de se estabelecer. Mesmo depois do aluguel do segundo prédio em 1949 o espaço físico não ser suficiente para atender a demanda obrigando a instituição a permanecer no Grupo Escolar Lourenço Filho. A convergência desses fatores pode ter contribuído para a permanência do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho.

Visando a ampliação do atendimento educacional, em 1949, é alugado²³ o prédio situado na mesma rua do Grupo Escolar Lourenço Filho (rua 1º. de agosto, quadra 07 n. 84), no qual passou a funcionar a parte administrativa do SENAC e SESC, bem como o curso de datilografia e admissão nas três salas de aula. O SENAC ocupou duas salas de aula uma com 43 lugares e outra com 30 e uma sala de datilografia.

Figura 26 – Prédio alugado pelo SENAC e SESC



Fonte: SENAC (1955).

O SENAC e o SESC ocupavam o primeiro andar e nele foi possível colocar placas com a identificação da instituição nos dois lados do prédio²⁴, em função de estar localizado em uma

²³ O contrato de aluguel desse prédio está no ANEXO D – Contrato de aluguel do prédio na rua 1º. de agosto, quadra 07, n. 84.

²⁴ A planta deste prédio está no ANEXO E – Planta do prédio alugado na rua 1º. de agosto, quadra 07, n. 84).

esquina,. A sala de aula, em formato retangular possuía em suas paredes mapas de diversas disciplinas enviados pela Divisão de Ensino do SENAC. As carteiras eram mais adequadas ao perfil do aluno, sendo individual e mais alta. É possível verificar na foto que a mesa do professor ficava ao centro em cima de um tablado, muito comum na época. O prédio possuía janelas grandes para que a luz natural pudesse entrar, como podemos identificar na figura 26 e 27, respectivamente do prédio e da sala de aula.

Figura 27 – Sala de aula do prédio alugado



Fonte: relatório SENAC (1955).

Figura 28 – Sala de datilografia



Fonte: relatório SENAC (1955).

A sala de datilografia era menor, com 11 lugares e, diferentemente da sala comum, os alunos sentavam de costas para o professor, pois eles tinham que fazer repetições intermináveis de digitação das lições que eram passadas. Dessa forma, as mesas com as máquinas de datilografia eram altas e cada uma possuía na frente do aluno junto com a mesa um apoio para que as lições fossem colocadas de forma que os alunos pudessem ler o que deveriam digitar.

Em meados de 1956 o SENAC, em parceria com o SESC, adquiriu um terreno no centro de Bauru para construir seu prédio. A construção deu início em fevereiro de 1956 e a obra foi finalizada em 1958.

Neste exercício de 1956, tornou-se realidade a construção do edifício que deverá alojar a Escola Comercial SENAC de São Paulo com grande número de matrícula.

Seguindo o sistema de construção que o SENAC e SESC vêm adotando para as cidades onde mantém serviços em comum, procedeu-se à elaboração de um projeto que comporta em um só edifício as dependências exigidas para que ambas possam executar com eficiência os seus serviços sociais e educacionais. Tendo a firma João Baptista Coube, de Bauru, apresentado uma proposta que reúne condições excepcionais, considerando-se o fato de vender um magnífico terreno bem no centro comercial da cidade onde se compromete a construir mediante financiamento, um prédio segundo os requisitos e projeto aprovados pelo SESC e SENAC, os Conselhos Regionais das citadas entidades

resolveram aceitar a proposta e contratar com a mencionada firma a compra do terreno e a construção. (SENAC, 1956, p. 195).

Sendo propriedade comum entre o SENAC e SESC, ficou destinado à Escola Comercial SENAC de Bauru o andar superior com 7 salas de aula, 1 gabinete de Ciências Naturais, 1 sala para datilografia, 1 sala para a Biblioteca, 1 sala para professores, 1 sala para a secretaria, 1 sala para a diretoria, 1 sala para material didático, 1 saleta para arquivo e 1 sala para o almoxarifado. De acordo com a planta²⁵, as salas eram amplas, arejadas e janelas grandes para facilitar a entrada da luz natural. No período pesquisado não encontramos nos relatórios e na planta do prédio indicação sobre a existência de uma quadra, mas sabemos que contemplava uma quadra para a prática de esportes que pode ter sido construída posterior à inauguração. Apresentaremos mais adiante uma foto da unidade SENAC em Bauru, em que podemos observar arquibancadas com uma tabela para a prática de basquete.

A inauguração do novo prédio foi amplamente divulgada pela imprensa local, em especial pelo principal jornal impresso da cidade o “Diário de Bauru”. Reportagens circulavam semanas antes, informando a população sobre a inauguração do moderno prédio, a programação da solenidade e seus benefícios para a população.

Figura 29 – Reportagem sobre a inauguração do novo prédio do SESC e SENAC



Fonte: Jornal Diário de Bauru (1958).

A solenidade de inauguração foi marcada pela presença de 16 representantes sindicais do estado de São Paulo, pelo Presidente da Federação do Comércio, pelo Deputado Brasília Machado Neto ex-Presidente da Federação do Comércio e que presidiu a Conferência dos produtores ocorrida em Teresópolis e culminou com a criação do SENAC, 84 pessoas do Rio de Janeiro e São Paulo do alto escalão da entidade e a viúva e filhos do patrono do SENAC de Bauru, Nelson Fernandes e o prefeito da cidade Avallone Junior.

²⁵ A planta deste prédio está no ANEXO F – Planta do prédio construído pelo SENAC e SESC em 1958.

Os 84 convidados do Rio de Janeiro e São Paulo vieram em “três aviões especiais”²⁶, de acordo com reportagem do jornal “Diário de Bauru”. Segue abaixo a programação da solenidade detalhada da inauguração do prédio SESC/SENAC, publicada no jornal “Diário de Bauru” no dia 26 de julho de 1958:

- 8h30 – Concentração no Aeroporto de Congonhas (Balcão Real);
- 9 horas, partida da caravana, em aviões especiais;
- 10h15 – Visita à cidade;
- 12 horas – Inauguração do Edifício SESC – SENAC;
- 13h30 – Almoço promovido pelas entidades de classe de Bauru;
- 16 horas – Recepção na Câmara Municipal;
- 17h15 – Concentração no Aeroporto;
- 18h15 – Chegada à São Paulo.

Figura 30 – Reportagem com a programação da solenidade de inauguração do prédio SESC/SENAC



Fonte: Jornal Diário de Bauru (1958).

Estiveram presentes na inauguração do prédio, no dia 9 de agosto de 1958, os principais representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do país, assim como os representantes sindicais de algumas cidades e de Bauru, de grande articulador junto aos comerciantes para a divulgação e consolidação do SENAC no estado. Nota-se o desejo e a importância dada a efetivação desta instituição no interior, com a presença maciça dos principais poderes desta entidade.

²⁶ Nas três reportagens que conseguimos durante a realização da pesquisa nas edições do jornal “Diário de Bauru”, esta expressão é utilizada.

Figura 31 – Reportagem após a inauguração do prédio SESC/SENAC



Fonte: Jornal Diário de Bauru (1958).

Com a inauguração do prédio próprio, o qual está em funcionamento até hoje, o SENAC pôde oferecer aos seus alunos e funcionários uma estrutura mais adequada com ambientes educacionais, devidamente, estruturados aos cursos que oferecia. No final de 1950 e meados de 1960, o SENAC/SP buscava se consolidar com a construção de prédios nas cidades do interior onde já oferecia cursos.

Felizmente continua o Departamento Regional do SENAC São Paulo, insistindo na política educacional de adotar as Escolas Comerciais SENAC de Edifício cada vez mais ajustados, pelas suas acomodações e pelo seu aspecto agradável as atividades educativas. (DIÁRIO DE BAURU, 1958, p. 1).

Figura 32 – Prédio SENAC em Bauru – Entrada principal situada na Rua Sant’ Martin n. 10-22



Fonte: SENAC (1958).

Figura 33 – Prédio SENAC com arquibancadas e tabela para o jogo de basquete



Fonte: SENAC (1962).

Não podemos deixar de destacar que mesmo funcionando em prédios que não eram apropriados para o funcionamento de escolas, a consolidação dessa instituição em Bauru só foi possível com a utilização desses espaços adaptados para o funcionamento de uma escola de ensino comercial profissional. Dessa forma, pôde o SENAC se consolidar em Bauru com a

construção do prédio monumental que era considerado na época. A partir de então essa escola poderia reconstruir sua cultura de acordo com o novo espaço.

5.4 Os cursos de Aprendizagem no SENAC de Bauru (1948-1961)

De acordo com o Decreto Federal, Lei 6.821, de 10 de janeiro de 1946, o SENAC deve organizar e administrar cursos que promovam a aprendizagem comercial para menores entre 14 e 18 anos, com ensino primário a fim de qualificá-los para o comércio. Esses menores deveriam ser empregados em empresas comerciais e matriculados no SENAC. Toda empresa e o Decreto 6.822, de 10 de janeiro de 1946 determinam que:

Embora Bauru possuísse grande número de comerciários, eles tinham quantidade reduzida de trabalhadores em seus estabelecimentos, impossibilitando montar turmas exclusivas para os cursos que a lei determinava. O comércio de Bauru era composto em sua maioria por pequenos comerciantes, característica comum às cidades do interior. Poucos possuíam mais de 9 empregados. A lei também determinava no Decreto 8.622/46 em seu parágrafo único do artigo 1º. que: “As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.” (BRASIL, 1946, p. 1).

Como Bauru/SP, outras cidades também tinham pequenos estabelecimentos comerciais, desta forma o SENAC/SP organizou cursos para a formação da aprendizagem comercial, visando formar turmas mistas somente quando não fosse possível no período diurno organizar as turmas de que trata a legislação, ofertando à noite, turmas mistas com menores aprendizes e adultos que trabalham no comércio.

Foram nestas condições que a cidade de Bauru iniciou suas atividades, oferecendo no período noturno cursos que poderiam ser matriculados menores e adultos do comércio de acordo com a legislação. As aulas na Escola SENAC de Bauru tiveram início no dia 15 de março de 1948 no Grupo Escolar Lourenço Filho.

Figura 34 – Reportagem do jornal “Diário de Bauru”



Fonte: Jornal Diário de Bauru (1948).

Apresentaremos a seguir os cursos oferecidos na Escola SENAC de Bauru no período de 1948 a 1961 e suas principais características a partir dos registros que encontramos nos relatórios do SENAC/SP no período pesquisado. Buscaremos apresentar os títulos de forma cronológica.

Os primeiros cursos oferecidos na Escola SENAC de Bauru foram os denominados na categoria de Continuação, divididos em Prático de Comércio, Prático de Escritório e o Curso Preparatório. Em 1948, 1952 e 1953, foi oferecido no período noturno no Grupo Escolar Lourenço Filho, o curso de Prático de Comércio. Esse curso foi oferecido justamente para atender à necessidade da cidade, que não possuía número suficiente de menores para formar turma de aprendizagem comercial, em especial em 1948, pois não tinha espaço no período diurno, já que funcionou apenas durante noturno.

Os cursos de Continuação se destinam, nos termos do regulamento do SENAC, a comerciários não sujeitos à aprendizagem, isto é, maiores de 18 anos.

Entendeu-se, que os comerciários, desobrigados da aprendizagem compulsória, deveriam ter oportunidade de educação profissional, já que, pela idade alcançada, não puderam ser beneficiados pelos favores concedidos aos menores.

Além dessa finalidade, objetivam os Cursos de Continuação dar aprendizagem, à noite, aos alunos dos cursos diurnos que, no decorrer do ano

letivo, atingem a idade-limite da obrigatoriedade escolar. Estes poderão, destarte, complementar o curso que vinham frequentando, fazendo-o, porém, em caráter facultativo. (SENAC, 1948, p. 9).

O curso de Prático de Comércio tinha a duração de 2 anos e era composto pelas disciplinas de Cultura Geral: Português e Matemática e Disciplinas de Cultura Técnica: Merceologia, Economia e Comércio e Datilografia. Essa última só foi ofertada em Bauru em 1949 quando foi alugado o prédio e montado uma sala de aula de datilografia. As disciplinas de Português e Matemática eram desenvolvidas de acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos nos estabelecimentos comerciais.

A seção de Orientação Pedagógica do SENAC era responsável por organizar “lições” que eram compostas por conteúdos e exercícios de todas as disciplinas de todos os cursos da instituição no Estado de São Paulo. O objetivo era o de apostilar os conteúdos para que eles fossem ministrados de forma padronizada em todas as unidades do estado.

A seção de Orientação Pedagógica elaborou as chamadas “lições” que eram compostas por conteúdo das aulas das disciplinas a serem ministradas nos cursos de aprendizagem e organizadas em folhas avulsas. Estas folhas avulsas originaram as apostilas que eram utilizadas nos cursos. (DURANTE, 2003, p. 89).

Segundo os relatórios em 1948, o Curso de Continuação obteve na escola SENAC de Bauru, 94 alunos matriculados, em 1952 chegou a 92 matrículas e em 1953 foram registradas 84 matrículas. Lembramos que esse curso funcionava no período noturno das 19 às 21 horas. Durante nossas pesquisas não foi possível identificar se esse curso da Escola Senac de Bauru funcionou com turmas mistas, pois essa informação constava nas “fichas de inscrição”, na qual os alunos preenchiam com seus dados pessoais como nome, filiação, documentos e endereço e, no rodapé dessa ficha, havia um campo que deveria ser preenchido pela empresa e carimbado. Caso esse campo estivesse preenchido, tratava-se de um aluno pertencente à cota da aprendizagem comercial.

Conseguimos um exemplar dessa “ficha de inscrição” referente ao ano de 1963 de um aluno de Bauru.

Figura 35 – Rodapé da “ficha de inscrição” dos alunos no SENAC – Campo da Empresa

Ilmo. Sr. Diretor da Escola SENAC NELSON FERNANDES

INSCREVA-SE
30 / 21 / 1963
DIRETOR TÉCNICO

ABEL MARCOS PEDROSA., abaixo-assinado, de conformidade com as leis vigentes e o regimento interno dêsse educandário, aprovado nos exames de admissão realizados na Escola NECESSITE DE BAURU em 1 / 22 / 1963, requer sua matrícula na 1.^a série do Curso Comercial Básico e declara que:

é natural de B A U R U Estado de S. PAULO
 tem 12 anos de idade, nasceu em 18 de Março de 19 50,
 é filh^o de MANOEL RODRIGUES PEDROSA. Brasileira, Comerciário
(nacionalidade) (profissão)
 e de JOLANDA ROMANINI PEDROSA. Brasileira, Doméstica.
(nacionalidade) (profissão)
 reside na rua Paraná n.º 2-11, tel. _____
 trabalha na firma _____
 na rua _____ n.º _____, tel. _____

Nestes termos,
 P. Deferimento.

B a u r u, 22 de Fevereiro de 1963.

Abel Marcos Pedrosa
 AUTORIZO: Manoel Rodrigues Pedrosa
ASSINATURA DO PAI OU RESPONSÁVEL

Declaro que <u>o</u> requerente é empregad ^o desta firma e contribuinte do I. A. P. _____, desde _____ / _____ / 19____	
_____ <small>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FIRMA</small>	_____ <small>(CARIMBO DA FIRMA)</small>

DAE - 4 - 2.000 - 9/59 - PADRÃO: 21,5x31,5 - MALUHY

Fonte: SENAC (1963).

Após dois anos de estudo os alunos concluintes do Curso de Praticante de Escritório recebiam o certificado que era feitos na Sede do SENAC em São Paulo e encaminhado para as

unidades escolares para que fosse entregue ao aluno. Apresentamos como exemplo o certificado de um aluno formado nesse curso. Por se tratar de um aluno maior de idade, esse trabalhava em algum estabelecimento comercial e realizou este curso de continuação para qualificar sua prática profissional.

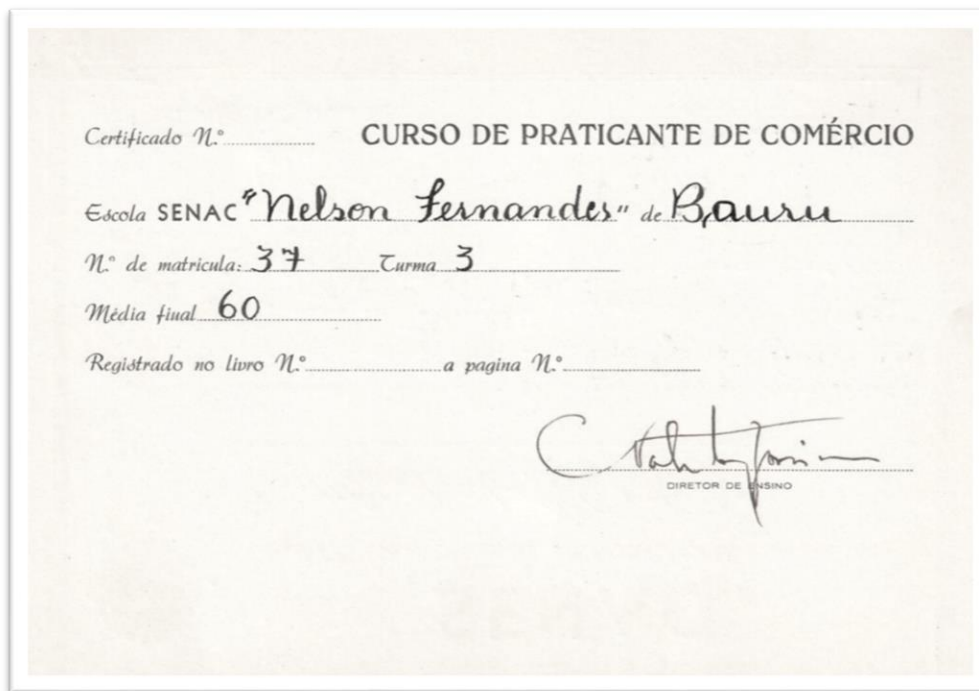
O certificado é preenchido à mão com letras estilizadas. Na frente, estão identificação da instituição, logo, nome do aluno, data de nascimento, nome do curso, data da certificação e assinatura do Presidente do Conselho Regional e do Diretor Geral do SENAC. No verso encontramos o nome do curso e da escola, o número da matrícula do aluno e o da turma, média final e por fim a assinatura do diretor da escola SENAC de Bauru.

Figura 36 – Certificado do Curso de Continuação Praticante de Comércio (Frente)



Fonte: SENAC (1951).

Figura 37 – Certificado do Curso de Continuação Praticante de Comércio (Verso)



Fonte: SENAC (1951).

Nos anos de 1949, 1950 e 1952 funcionou o curso de Aspirante de Comércio. Esse curso era destinado para menores entre 12 e 14 anos filhos ou dependentes economicamente de comerciários. Ele tinha por objetivo complementar o ensino primário e encaminhar o jovem a uma atividade comercial, nesse sentido dando um caráter de pré-profissional.

As disciplinas desse curso eram as mesmas do primário da época e foi acrescentada no curso a matéria de Prática de Organização do trabalho todas ministradas por professoras normalistas.

Ao buscar com esse curso complementar o ensino primário, estava o SENAC também preparando os alunos para prestarem o processo de seleção para o curso Básico de Comércio, pois, de acordo com o que a lei exigia, os alunos deveriam fazer este exame, e como os resultados não eram satisfatórios e com a reprovação de muitos alunos, o SENAC adotou essa estratégia para melhor qualificar os alunos para os exames.

Bauru obteve número bem expressivo nos anos que manteve o curso de Aspirantes ao Comércio. No primeiro ano, em 1949 foram 121 matrículas, em 1950 foram registradas 221 matrículas e fechou com 112 em 1952. Os relatórios não apresentaram o tempo de duração desse curso, mas ele funcionou no prédio alugado pelo SENAC.

Com um dos objetivos parecido com o do curso de Aspirantes ao Comércio o SENAC, Bauru passou a ofertar o curso denominado de Preparatório. Como o próprio nome já diz, esse curso tinha por objetivo preparar os alunos para que realizassem o processo de seleção. Nestes

exames foi detectado que os alunos reprovados na seleção não possuíam conhecimentos básicos do ensino primário e, dessa forma, não conseguiriam aprovação nos processos de seleção do SENAC. Diante disso, a instituição criou o Curso Preparatório com disciplinas do Ensino Primário visando prepará-los para os exames de seleção.

No Curso Preparatório eram “[...] matriculados os candidatos que, em prova de seleção, não acalçassem nota mínima exigida.” (SENAC, 1947, p. 13).

Ao criar os cursos de Aspirantes ao Comércio e o Preratório pretendia o SENAC oferecer e complementar a formação que os alunos não adquiriram no ensino primário e precisavam destes conhecimentos para o processo de seleção, isso evidencia a formação precária existente neste período no ensino primário. Além do mais, para prestar o processo de seleção como praticantes “[...] além de terem a idade mínima de quatorze anos, deverão satisfazer as seguintes condições: a) ter concluído o curso primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional[...]” (BRASIL, 1946, p. 01).

Destinado para alunos reprovados no processo de seleção da escola SENAC, o Curso Preparatório foi oferecido na “Escola SENAC de Bauru Nelson Fernandes”, nos anos de 1948 a 1958 e depois, em 1961.

Apresentamos a seguir o quadro com o número de matrículas efetivas por ano no Curso Preparatório de alunos que foram reprovados no processo de seleção para o curso de aprendizagem comercial – Praticante de Comércio. Analisando esses números e os cursos oferecidos pelo SENAC podemos identificar que internamente o SENAC buscava formar turmas o mais homogêneas possíveis, isto fica evidente no processo de seleção que aplicava e nas avaliações parciais que veremos adiante, e externamente a falta de pré-requisitos dos candidatos ao curso no SENAC.

Quadro 4 – Quantidade de alunos no Curso Preparatório

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1948	77
1949	69
1950	59
1951	63
1952	67
1953	46
1954	O relatório deste ano não informou o número de alunos nas escolas SENAC do estado

1955	88
1956	88
1957	92
1958	O relatório deste ano não informou o número de alunos nas escolas SENAC do estado
1961	O relatório deste ano não informou o número de alunos nas escolas SENAC do estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com os números apresentados nos anos analisados, o SENAC estaria proporcionando formação de conhecimentos não adquiridos no ensino primário, com caráter de atendimento de escola primária.

Em 1953, foi implantado no SENAC, em todas as escolas do interior, o Curso de Admissão. Esse curso era uma variação dos curso de Continuação, ministrado à noite com duração de um ano e tinha por objetivo preparar os alunos para os exames de admissão do Curso Comercial Básico (o nome do curso já faz referência ao exame de admissão), de outras escolas dessa modalidade, já que o SENAC do estado de São Paulo ainda não oferecia este curso. O Curso de Admissão foi oferecido em Bauru a partir de 1953 e nossa análise foi até 1961, período final das nossas investigações.

As disciplinas oferecidas nesse curso eram de Português, Matemática, Geografia do Brasil e História do Brasil, pois os conteúdos destas matérias caíam nos exames de admissão para o ingresso nos cursos de formação comercial. Os professores eram normalistas que trabalhavam os conteúdos das disciplinas do ensino primário.

Em 1961, esse curso recebe a denominação de Curso de Pré-Aprendizagem e suas finalidades continuaram as mesmas, incluindo a partir de então a matéria de “Noções Elementares do Comércio” e passa a ser oferecido exclusivamente no período da manhã.

No dia 11 de novembro de 1954, os técnicos da Divisão de Ensino do SENAC se reuniram com os diretores das unidades escolares do SENAC do interior a fim de discutir sobre a situação de frequência e o interesse dos comerciários sobre os cursos oferecidos pelo SENAC. Para os diretores, a população considerava as escolas do SENAC ótimas e alegava que o Curso de Admissão era bastante procurado por ser um excelente curso preparatório para o exame de admissão ao curso Comercial Básico.

Entretanto, os diretores chegaram a apontar que as unidades do interior poderiam estar com os dias contados, pois os cursos de continuação oferecidos (Praticante de Comércio e Praticante de Escritório) não despertavam interesse entre os alunos, por não possibilitarem a

esses, continuidade nos estudos no Curso Comercial Básico, já que não ofereciam aos alunos certificados, diplomas e nem garantia uma promoção e até mesmo contratação dos aprendizes, após concluírem esses cursos, contribuindo inclusive para o aumento da evasão.

[...] os alunos das escolas do interior em situação de inferioridade em relação aos formandos de outras escolas do Brasil e contribuíam para o aumento da evasão escolar “tornando-se assim, ineficaz o esforço dispendido, e improdutiva a despesa efetuada pelo Departamento Regional no sentido de preparar elementos aptos ao Comércio.” (SENAC, 1954, p. 47).

Os diretores alegavam que a única vantagem em oferecer esses cursos no interior referia-se à elevação cultural daqueles que o frequentavam e sugeriram que estes cursos fossem transformados em Comercial Básico, sendo a única condição de sobrevivência destas unidades escolares.

Diante desse cenário, em dezembro de 1954, por votação unânime, o Conselho Regional decidiu transformar o curso de Continuação - Praticante de Comércio e Praticante de Escritório, mantidos pelas escolas do Interior, em Comercial Básico, dessa forma as unidades escolares se transformaram em Escolas Comerciais, a exemplo do que já havia ocorrido na Capital e em Santos.

Porém, para se tornarem Escolas Comerciais, as unidades escolares do interior deveriam atender algumas exigências feitas pelo Departamento Regional, demonstrando “[...] o caminho para o qual estava seguindo o projeto de educação profissional do DR-SP” (DURANTE, 2003, p. 101):

- Adotar instalações dignas a de um estabelecimento de ensino, igualadas às demais da localidade.
- Adotar um plano de vinte aulas semanais, do 1º. ao 3º. ano, de modo que, além das dezoito aulas semanais obrigatórias prescritas pela Lei Orgânica do Ensino Comercial, pudessem ser dadas, ainda que em caráter facultativo, duas aulas de Prática Comercial ou de qualquer outra matéria que melhor atendesse aos interesses do ensino, quanto à natureza de conhecimentos que se pretendia dar aos alunos.
- As escolas deveriam desenvolver as atividades recreativas, já existentes e criar outras, de modo que, por meio do cinema educativo, da educação física, dos jogos e competições esportivas, da biblioteca escolar, do grêmio de estudantes, do jornal escolar, etc. se intensificasse a vida social dos alunos, despertando neles o interesse, que os fixaria na escola, centro em torno do qual deveriam gravitar todas aquelas atividades.
- As escolas deveriam intensificar a matrícula no Curso de Admissão – CAD – e ampliar o número de suas classes, de modo que esse curso constituísse a principal fonte de onde viriam os candidatos à matrícula no 1º. ano do Comercial Básico.
- As escolas deveriam adotar um plano de pagamento de taxas de matrícula, progressivamente reduzidas e restituíveis aos alunos, quando satisfeitas determinadas exigências, como já se fazia em alguns cursos, de modo que o ensino, em lugar de tornar-se mais caro, à medida que os

estudantes se aproximassem do término do curso, lhes ficasse menos oneroso e facilitasse, assim, sua permanência na escola, para a conclusão de estudos.

- As escolas deveriam estudar a possibilidade de fornecimento de material didático – livros, cadernos e outros utensílios, mas, principalmente livros – cujos preços (de custo apenas) seriam debitados aos alunos, para posterior encontro de contas, por ocasião da devolução das importâncias correspondentes às taxas de matrícula.
- As escolas deveriam entrar em entendimento com as Associações Comerciais locais, para estudo da possibilidade de colocação, em casas de comércio da localidade, de todos ou dos melhores alunos da 3ª e da 4ª séries do Curso Comercial Básico.
- As escolas deveriam estudar a possibilidade de conceder bolsas de estudo aos alunos que, aprovados no 4º. Comercial Básico, desejassem matricular-se no Curso Técnico de Contabilidade.
- As escolas deveriam manter cursos avulsos de datilografia e instituir outros, que se destinassem aos alunos do Curso Comercial Básico e aos comerciários locais.
- As escolas deveriam determinar a impressão e a distribuição de folhetos, para ampla divulgação das vantagens e direitos assegurados por lei aos alunos que concluíssem o Curso Básico e das facilidades e favores a serem concedidos pelo SENAC. (DURANTE, 2003, p. 101).

Como último passo para efetivação das unidades escolares do SENAC do interior se transformarem em Escolas Comerciais, foi enviada uma carta para ao Ministério de Educação e Cultura em 5 de janeiro de 1955, que foi aprovada, possibilitando a oferta dos Cursos de Comercial Básico. Assim, Bauru passa a oferecer esse curso.

O Curso Comercial Básico oferecido em Bauru no período investigado era o de Auxiliar de Escritório, com duração de 4 anos, possibilitando ao aluno dar continuidade aos estudos em cursos técnicos. Para fazer o curso Comercial Básico o aluno deveria ter concluído o ensino primário e passar no exame de admissão, de acordo com o Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943).

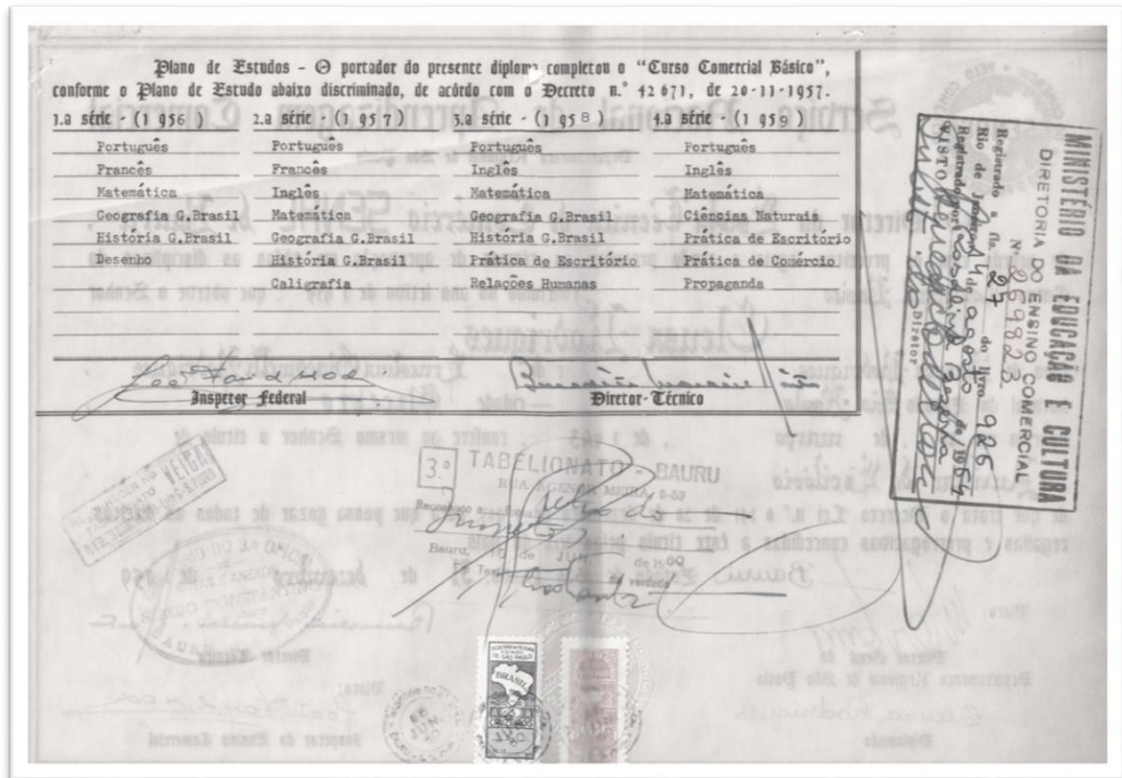
Esse curso possui disciplinas de cultural geral: Português, Matemática, Francês, Inglês, Geografia Geral do Brasil, História Geral do Brasil, Desenho, Caligrafia, Ciências Humanas e de Cultura Técnica: Noções de Comércio, Prática de Vendas, Prática de Escritório, Relações Humanas, Prática de Comércio e Propaganda. Com estas disciplinas o aluno era certificado como Auxiliar de Escritório.

Figura 38 – Diploma Curso Comercial Básico de Auxiliar de Escritório - Frente



Fonte: SENAC (1959).

Figura 39 – Diploma Curso Comercial Básico de Auxiliar de Escritório – Verso



Fonte: SENAC (1959).

Ao ofertar esse curso em Bauru, à noite, com o término dos cursos de continuação do SENAC (Praticante de Comércio e Praticante de Escritório) que tinham por finalidade o atendimento e formação de aprendizes, passam os Cursos do Comercial Básico a ser equivalente à formação de praticante oferecida antes, possibilitando a matrícula de aprendizes nesse curso, em cumprimento da lei e adultos funcionários do comércio, desde que tivessem o Ensino Primário e fossem aprovados no exame de admissão.

A fim de preparar os alunos para o exame de admissão e como um critério, para se tornar Escola Comercial observamos a importância e permanência do Curso de Admissão em Bauru no período investigado.

Outro critério para se tornar Escola Comercial era o de oferecer cursos avulsos de datilografia aos alunos do Curso Comercial Básico e também para os comerciários locais. A unidade Bauru já possuía sala de datilografia, desde 1949, para os alunos dos cursos de Praticante de Comércio e, a partir de 1956, passa a ofertar cursos avulsos.

Os relatórios não apontam o critério para a realização desse curso e quanto ao tempo de conclusão. Era de acordo com cada aluno que após inúmeros treinos de digitação e realização de todas as atividades propostas realizava a prova e se conseguisse digitar no tempo estipulado o conteúdo proposto sem erros era considerado aprovado. No percurso, os alunos deveriam realizar 62 exercícios: 12 exercícios de velocidade, 25 cartas e 25 quadros. Não conseguimos encontrar exemplares dessas atividades.

Sobre os professores dos cursos Comercial Básico, Admissão e datilografia:

O corpo docente das Escolas Comerciais SENAC do interior do Estado na parte do Curso Comercial Básico é constituído de professores registrados no Ministério da Educação e Cultura, nos cursos de admissão de professoras normalistas e nos cursos avulsos de datilografia por professoras habilitadas pelo Departamento de Ensino Profissional do estado, onde prestam exame para isso. (SENAC, 1956, p. 126).

Finalmente, em 1959, o SENAC de Bauru passa a oferecer cursos técnicos e se torna uma Escola Técnica de Comércio. Em prédio próprio e com condições mais adequadas, a unidade amplia sua oferta com os cursos Técnicos de Contabilidade e de Secretariado. Os alunos formados nos Cursos Comercial Básico de qualquer escola técnica poderiam prestar o exame de admissão e fazer um curso técnico e ao ser diplomado a legislação vigente permitia a continuidade nos estudos no Ensino Superior, desde que o curso tivesse relação direta com o curso técnico concluído.

III – É assegurado ao portador de diploma conferido em virtude de conclusão de um curso comercial técnico a possibilidade de ingressar em estabelecimento de Ensino Superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso comercial técnico concluído, uma vez verificada a

satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente. (BRASIL, 1943, p. 1).

Embora o aluno pudesse dar continuidade aos estudos no Ensino Superior, sendo um dos aspectos positivos presentes na legislação vigente dessa modalidade de ensino, nos cabe lembrar a limitação existente nesta condição, pois o aluno ao iniciar seus estudos no Curso Técnico em Contabilidade ou Técnico em Secretariado, por exemplo, só poderiam cursar Ensino Superior em cursos que tivessem relação com esses, caso os alunos desistissem do curso por não se identificarem ou resolvessem cursar o curso superior em outra área, deveriam começar seus estudos do zero não sendo possível aproveitar os conhecimentos adquiridos, mesmo se esses fossem equivalentes.

A falta de flexibilidade traçava o destino do aluno no ato mesmo do seu ingresso na 1ª. série do ciclo básico. A menos que abandonasse completamente os estudos a meio caminho, se quisesse reorientar sua escolha deveria interromper o curso que tivesse fazendo e recomeçar noutra ramo sem ter a chance de ver seus estudos aproveitados nessa transferência. (ROMANELLI, 1984, p. 156).

Mesmo com essa limitação, a Escola Técnica Comercial de Bauru registrou significativo número de matrículas nestes cursos técnicos. Em 1959, foram registradas 80 matrículas no curso Técnico em Contabilidade organizados em duas turmas, em 1960, duas turmas com o total de 91 alunos matriculados. O relatório de 1961 não informou o número de matriculados nesse curso e nem no de Secretariado, que, em 1959, teve 34 alunos matriculados em uma turma e, em 1960, organizou uma turma com 21 alunos.

Com duração de três anos o curso Técnico em Contabilidade e Secretariado possuía disciplinas distribuídas em cultura geral e cultura técnica, atendendo às necessidades da época. Assim eram distribuídas e organizadas as disciplinas destes cursos:

Quadro 5 – Disciplinas dos cursos Técnicos em Contabilidade e Secretariado

DISCIPLINAS	CURSOS TÉCNICOS					
	CONTABILIDADE			SECRETARIADO		
	SÉRIES			SÉRIES		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Português	3	2	2	3	3	2
Frances	-	-	-	2	2	-
Inglês	2	2	-	2	2	2
Matemática	3	2	-	3	2	-

Física e Química	2	-	-	2	-	-
Biologia	-	2	-	-	2	-
Geografia Humana do Brasil	-	-	2	-	-	2
História Administrativa e Econômica do Brasil	-	-	2	-	-	2
Cultura Técnica	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Contabilidade Geral	3	-	-	-	-	-
Elementos da Economia	2	-	-	-	-	-
Contabilidade Comercial	-	3	-	-	-	-
Merceologia	-	2	-	-	-	-
Prática Jurídica Geral e Comercial	-	3	3	-	-	-
Elementos de Estatística	-	-	2	-	-	-
Contabilidade Industrial	-	-	3	-	-	-
Contabilidade Bancária	-	-	3	-	-	-
Contabilidade Pública	-	-	2	-	-	-
Mecanografia	3	-	-	-	2	-

Organização e Técnica Comercial	-	3	-	-	-	3
Datilografia	-	-	-	2	-	-
Estenografia	-	-	-	2	2	-
Elementos de Contabilidade	-	-	-	2	-	-
Biblioteca e Arquivista	-	-	-	-	3	-
Estudos Sociais	-	-	-	-	-	2
Direito Usual	-	-	-	-	-	3
Psicologia das Relações Humanas	-	-	-	-	-	2
TOTAL DE AULAS	18	19	19	18	18	18

Fonte: Elaborado pelo autor.

É interessante notar que as matérias oferecidas nos cursos técnicos denominadas de cultura geral faziam parte do currículo dos níveis de ensino, provavelmente para que os alunos pudessem dar continuidade nos estudos e por necessitar de conhecimentos mais aprofundados em cada uma delas. As disciplinas de cultura técnica são aquelas utilizadas para a prática das atividades exigidas naquela função.

Analisando os cursos que fizeram parte no período estudado no SENAC de Bauru podemos concluir que a aprendizagem de jovens como previsto no Decreto-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946, pouco ou nada foi oferecido em função de alguns possíveis motivos: o número de comerciários não era suficiente para a aplicação da lei e não formava turma ou os comerciantes estariam resistindo à aplicação da lei. Desta forma para sobrevivência da própria instituição, em especial a unidade escolar estudada, foram sendo criados cursos que pudessem atender de forma mista os aprendizes, chegando a se tornar uma Escola Comercial Técnica em função dos cursos que passou a oferecer, se distanciando do curso que motivou a criação, que era o de oferecer aprendizagem comercial.

As matérias ensinadas em alguns cursos buscavam complementar o ensino primário, como é o caso dos Cursos Preparatórios e de Admissão e essas mesmas estão presentes em

todos os cursos. Quanto as matérias de cultura técnica, elas expressavam o fazer profissional da época.

Nos documentos analisados não encontramos a disciplina de Educação Física na grade, curricular dos cursos. Por meio de alguns vestígios disponíveis nos relatórios que consultamos tentaremos apresentar como possivelmente ela era tratada nas escolas SENAC.

De acordo com os relatórios, a prática de atividade física era ministrada nos cursos de continuação de Praticante de Comércio, Aspirantes de Comércio e no Preparatório e em conformidade com o Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943 a “[...] Educação Física obrigatória até a idade de 21 anos” nos cursos de continuação (BRASIL, 1943, p. 2).

Na escola SENAC de Bauru a prática desta disciplina ocorreu até 1958, no Grupo Escolar Lourenço Filho, e a partir de agosto, com a inauguração do prédio a escola passou a ter quadra. Para a instituição, a Educação Física era vista como uma possibilidade de desenvolvimento de habilidades comportamentais e de relacionamento entre os alunos. Havia uma expectativa de que a prática do esporte fosse capaz de disciplinar e proporcionar a educação moral aos alunos:

[...] a de se dar Educação Física menos como atividade para o puro e simples desenvolvimento do corpo, do que como atividade de natureza social, de grupo, para a organização de hábitos de ordem, de método, de obediência a normas impessoais estabelecidas, em uma palavra para a formação de uma personalidade que, sem abdicar de seus característicos próprios, venha a ser capaz de integrar-se, sem conflitos, no meio social em que deverá viver. (SENAC, 1948, p. 37).

Nos relatórios identificamos em algumas unidades campeonatos entre escolas.

Bauru: - Foi realizado sob patrocínio do departamento Esportivo do SESC-SENAC e com a assistência do Conselho regional de Esportes SESC-SENAC de Bauru o I Campeonato de Cestobol com 8 equipes de Cestobol. Os jogos decorreram normalmente tendo causado magnífica impressão quanto aos resultados e a assistência técnica pelo Departamento Esportivo SESC-SENAC. Foram realizadas 45 partidas de Cestobol tendo tomado parte de 120 comerciários daquela cidade. (SENAC, 1950, p. 68).

Em 1955, para que as escolas do interior se tornassem Escolas Técnicas Comerciais, elas deveriam desenvolver atividades recreativas, como jogos e competições esportivas. No ano seguinte, como parte da comemoração dos 10 anos de criação da instituição, o Departamento Regional de São Paulo, visando proporcionar aos alunos das 12 escolas do SENAC, fez naquele ano uma festa de confraternização, organizou um campeonato denominado de “Campeonato Interescolar do SENAC”, que ocorreu na cidade de São Paulo entre os dias 3 e 6 de novembro de 1956.

Reunindo em São Paulo, de 3 a 6 de novembro de 1956, um total de 380 alunos do interior juntaram-se das escolas SENAC da Capital, movimentando mais de um milhar de alunos e atraindo a atenção das famílias, das firmas comerciais e mesmo de outras escolas. Encerrado o campeonato receberam-se notícias de todas as cidades onde o SENAC mantém escolas, informando que numerosas pessoas interessadas procuravam o SENAC porque, a par de um ensino eficiente e prático, proporciona a seus alunos práticas esportivas e oportunidades para que conhecessem outras cidades. (SENAC, 1956, p. 220).

Como se pode observar, esse grandioso evento além de comemorar os 10 anos de criação da instituição foi capaz de promover o SENAC no estado “O CAMPEONATO INTERESCOLAR, proporcionou ao SENAC de São Paulo a maior divulgação já feita em torno de seu nome, de sua existência e de seus objetivos” (SENAC, 1956, p. 220, grifos do documento).

Diante do expressivo resultado obtido pela realização desse Campeonato, ficou instituído no SENAC/SP e, então, passou a ser realizado anualmente em cidades diferentes, o que deve ter sido um incentivo às unidades escolares do SENAC, pela possibilidade dos alunos viajarem e conhecerem outras cidades.

Encontramos a partir dos relatórios de 1959, registros de que foi implantado no Campeonato Interescolar um concurso de redação e fotografia para os alunos. Durante o campeonato os interessados apresentavam fotografias e redações relacionadas ao esporte e os melhores eram premiados.

Bauru participou em todos os anos em que ocorreu este campeonato no período investigado.

Quadro 6 – Locais e número de participantes de Bauru no Campeonato Interescolar

ANO	CIDADE SEDE DO CAMPEONATO INTERESCOLAR	NÚMERO DE PARTICIPANTES DE BAURU
1956	São Paulo	26 rapazes
1957	São Carlos	8 moças e 24 rapazes
1958	Botucatu	27 rapazes
1959	Campinas	Não constava o número de participantes
1960	Santos	Não constava o número de participantes
1961	Bauru	Não constava o número de participantes

Fonte: Elaborado pelo autor.

O VI Campeonato Interescolar ocorreu em Bauru no período de 30 de setembro a 4 de outubro de 1961 e envolveu todos os poderes relacionados com o comércio da cidade devido a grandiosidade deste evento.

A ideia da realização do VI CAMPEONATO INTERESCOLAR em Bauru foi recebida com entusiasmo pelos responsáveis dos diversos setores da vida da cidade; e receberam os membros da comissão as mais sólidas garantias de apoio e colaboração para a iniciativa.

Mais de três vezes a cidade foi visitada com o fim de escolher alojamentos; verificar campos e quadras; providenciar; condução local; organizar quadros e árbitros, programar atividades sociais e outras medidas necessárias para o desenvolvimento normal da iniciativa programada.

Ainda nessa cidade, foi constituída uma comissão de Honra, integrada pelo Sr. Prefeito Municipal; Juiz de Direito da Comarca, Presidente da Câmara Municipal; Presidente da Associação Comercial; Presidente do Sindicato do Comércio Varejista; e Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio. (SENAC, 1961, p. 74).

Esse campeonato de fato era um evento que parava a cidade, diante da sua grandiosidade e envolvimento das principais entidades locais do comércio.

Figura 40 – Divulgação do Campeonato Interescolar em Bauru



Fonte: Diário de Bauru (1961).

A programação do Campeonato contou com um desfile na Avenida Duque de Caxias e, além das 12 delegações do SENAC, participaram alunos de colégios secundários da cidade:

Rigorosamente dentro do horário estabelecido, 9 horas, à Av. Duque de Caxias, sob o comando do Cap. Domício Siqueira foi iniciado o desfile programado para o dia 1º. de outubro.

Milhares de pessoas postavam-se nas calçadas da avenida.

Precedido por um grupo de batedores com lambretas e motocicletas os participantes dividiram-se em três grupos, de acordo com o plano estabelecido.

O 1º. constituído por alunos dos estabelecimentos de ensino de Bauru.

O 2º. pelos atletas participantes, agrupados em ordem alfabética das cidades.

O 3º. pelos alunos da E.T.C. SENAC “Nelson Fernandes” de Bauru. (SENAC, 1961, p. 75).

O campeonato contou com a pira olímpica que permaneceu acesa durante todo o período do evento.

A pira olímpica foi acesa por um atleta de Santos, procedendo-se ao juramento esportivo, e as bandeiras, brasileiras, paulista e do SENAC foram hasteadas pelo Sr. Prefeito Municipal, Antônio Garcia e Oswaldo Rasi representando o comércio bauruense. (SENAC, 1961, p. 76).

Muitas autoridades foram convidadas, como o Ministro do Comércio e Indústria o Dr. Ulysses Guimarães, o Ministro da Educação Lafayette Baifor Garcia e o Deputado Brasília Machado Neto, presidente da Confederação do Comércio de São Paulo e principal articulador da criação da instituição que presidiu a cerimônia de encerramento.

No dia 04 às 18:30 conforme fora anunciado, realizou-se a sessão solene de encerramento nas dependências do E.C. Paulista.

Sob a presidência do Deputado Brasília Machado Neto, com a presença de todas as autoridades de Bauru deu-se a entrada das delegações no recinto, desenvolvendo-se o programa estabelecido.

Apesar do horário, as dependências estavam tomadas e as cerimônias foram realizadas sob intensa emotividade. (SENAC, 1961, p. 78).

Analisando as informações apresentadas percebemos que a Educação Física no SENAC de Bauru acontecia nos cursos de Praticante de Comércio, Aspirantes ao Comércio e preparatório, até 1955, na grade curricular. Porém o que notamos é que ela era mais intensa como uma recreação para todos os cursos.

É importante destacar a existência da Educação Física na modalidade de ensino profissional que com caráter recreativo ou não era uma disciplina dos níveis de ensino ginasial e secundário que também faziam parte de algumas modalidades do ensino profissional na época em função da possibilidade de continuação dos estudos.

5.5 O corpo docente do SENAC Bauru e a formação continuada

Este item irá tratar sobre o perfil dos professores que atuaram no SENAC de Bauru no período pesquisado. A partir dos cursos apresentados já trouxemos alguns aspectos que os caracterizam. Desta forma ampliaremos as informações apresentando a formação continuada destes professores e a forma como trabalhavam em sala, considerando os recursos didáticos utilizados na época.

Não foram encontrados registros nos relatórios dos próprios professores, portanto buscaremos recuperar e apresentar por meio das ações dos orientadores pedagógicos o trabalho docente.

Foi estabelecido pela divisão de ensino do SENAC, em 1946, que os candidatos a professor no SENAC passariam pelo processo seletivo de concurso de títulos e aula teste e seriam avaliados nos seguintes critérios: formação cultural, formação pedagógica, formação técnica profissional para as disciplinas específicas da prática profissional comercial, prática de ensino (os professores deveriam dar uma aula teste), atividades correlatas e cursos de extensão cultural, concursos e trabalhos publicados.

Como já apresentado, os professores que atuaram nos cursos mantidos pelo SENAC de Bauru eram em sua maioria normalistas, que atuavam nos cursos de continuação, de professores graduados em disciplinas denominadas de cultura geral para os cursos de Comercial Básico, e especialistas em disciplinas técnicas do comércio. Não encontramos nenhum documento dos docentes de Bauru e nem do SENAC/SP. As análises aqui presentes referem-se apenas a poucas informações que tratavam sobre a formação dos professores.

Nos registros sobre os professores do relatório de 1952, encontramos informações de que os professores, para atuarem nos cursos de aprendizagem (continuação), além de passarem pelo processo de seleção deveriam possuir um registro no Ministério da Educação. Exceto os que fossem atuar nas escolas do interior, que por falta de professores registrados poderiam contratar normalistas.

Já nos cursos de aprendizagem, como Comercial Básico Praticante de Escritório de nível secundário e os Técnicos de nível ginásial, era necessário ser especialista, havendo, portanto, um professor para cada disciplina, diferente dos cursos de continuação que era um professor por curso. No curso de datilografia avulso, como já foi apresentado o professor deveria ser habilitado pelo Departamento Profissional do Estado.

A partir de 1949, foram instituídos prêmios aos professores mais eficientes e mais assíduos de todas as escolas SENAC de São Paulo. Os prêmios consistiam em 15 dias na Colônia de Férias em Bertioga do SESC e em 1953 passaram a ganhar viagens para capitais do

país, à escolha do premiado, sempre com acompanhante. Esse sistema de premiação visava “[...] maior estímulo ao trabalho dos colaboradores na execução da obra educativa” (SENAC, 1952, não paginado).

Três professores foram premiados em Bauru: Joaquim de Micheli, em 1952 e 1958, Maria Lúcia Marques de Souza, em 1954 e em 1957 e Sebastião Rodrigues de Castro em 1956. Em 1946 a Divisão de Ensino definiu que a formação continuada dos professores do SENAC se daria por meio de sistemáticas:

[...] orientação pedagógica, por meio de palestras, círculos de estudo, circulares sobre o ensino, planos de aula, séries de exercícios e outros meios de divulgação de ideias, acolhendo sempre a colaboração de professores e estudiosos, nesse particular. (SENAC, 1946, p. 26).

Com a busca da padronização dos cursos a Divisão de Ensino do SENAC, por meio de sua Seção de Orientação Pedagógica, buscava por meio de atividades previamente elaboradas, padronizar as ações de todos os professores. Eram elaboradas por esta seção conteúdos, atividades, exercícios e circulares didáticas enviadas aos professores sobre cada conteúdo, orientando como deveria ser trabalhado aquele assunto.

De acordo com o plano posto em prática, desde 1947, tiveram os professores, no decorrer de 1949, assistência didática direta e indireta, dentro das possibilidades do pessoal da Seção.

Um dos melhores meios de assistir, aos professores, é a visita às Escolas, por intermédio de orientadores credenciados. Em tais visitas há oportunidade de conhecer o corpo docente, os métodos de ensino de seus professores, suas deficiências ou qualidades, de reuni-los e, por fim, a de orientá-los diretamente.

Para cursos breves, como os mantem o SENAC, é mister planejar o ensino de tal forma que haja neles o maior aproveitamento. Embora se preconize a “liberdade de cátedra”, a Seção acha melhor planejar o ensino, calcular o número de aulas de cada quadrimestre, mesmo porque adota o plano de provas objetivas, iguais para todas as escolas. (SENAC, 1949, p. 68).

Nota-se que também havia a influência da consolidação do livro didático no sistema de ensino oficial desses anos. Essa padronização estava relacionada também com as avaliações parciais que os alunos deveriam realizar em junho e novembro para a aprovação nos cursos. A Seção de Orientação Pedagógica elaborava as provas semestrais que eram enviadas a todas as escolas do SENAC que deveriam aplicar em data previamente agendada, diante disso os professores deveriam seguir rigorosamente as orientações enviadas para que no dia das avaliações parciais todos os alunos do SENAC/SP estivessem aptos a realizar.

Após aplicação destas avaliações elas eram encaminhadas para a Seção de Orientação Pedagógica que corrigia e analisava os resultados obtidos do conjunto de escolas SENAC e os

individuais. Esses resultados geravam novas ações/orientações de acordo com a necessidade apresentada nos resultados das avaliações por escola ou pelo conjunto.

Visando garantir que as orientações fossem seguidas os professores também eram acompanhados presencialmente com visitas semestrais de algum componente da Seção de Orientação Pedagógica que no dia da visita ministravam a aula modelo, tiravam dúvidas dos professores e assistiam à aula. Em 1950 com:

[...] o intuito de uniformizar o andamento dos trabalhos docente – administrativos de nossas Escolas, foi organizado o “Guia do Professor SENAC” cujo índice de verbetes, foi distribuído aos diretores, em uma das reuniões pedagógicas. O Guia do Professor, que deverá ser mimeografado ou reproduzido em tipografia, servirá para disciplinar todos os trabalhos escolares, dando-lhes ordem e sistema. (SENAC, 1950, p. 27).

Os diretores das escolas deveriam realizar mensalmente reuniões pedagógicas com os professores com o objetivo de acompanhar a execução das ações propostas pela Seção de Orientação Pedagógica sobre cada disciplina. A quantidade de reuniões pedagógicas realizadas em Bauru de acordo com os registros nos relatórios foi: 1949 (7), 1952 (5) e 1954 (13). Em alguns anos encontramos a informação de que os orientadores educacionais da Divisão de Ensino estiveram em Bauru e realizaram as reuniões pedagógicas, sendo em 1953 (3), 1957 (9), 1959 (4) e em 1961 (5).

Como podemos observar, não havia uma constância nas reuniões, provavelmente em função das orientações serem enviadas aos professores e esses encontros serviam apenas para verificar se o planejado estava sendo executado e se havia dúvidas em como fazê-lo.

Na documentação encontrada não se sabe se estas exigências foram executadas conforme planejado nas unidades do interior em função da distância e das características regionais, o que se pode afirmar é que havia uma tentativa de padronização e de acordo com os relatórios era criticada pelos professores.

Os professores criticavam as práticas centralizadoras da Seção de Orientação Pedagógica, pois eles alegavam que esta prática restringia a liberdade de cátedra, que era um direito fundamental da profissão de professor e diminuía a responsabilidade do professor. (DURANTE, 2003, p. 136).

Mesmo com críticas a Seção de Orientação Pedagógica por meio dos seus orientadores continuaram com as ações de formação de professores que tinham por objetivo único garantir o cumprimento dos programas organizados por esta seção. No relatório de 1953, fica evidente o propósito da Seção de Orientação Pedagógica:

Organizadas as classes e munidos os seus professores de programa de ensino, que fixavam para feitura de horários, cuidou-se de prestar-lhes a orientação didática indispensável para que o aprendizado se realizasse, em todas as

escolas, com a *uniformidade* imprescindível para que todos os alunos pudessem submeter-se, nas épocas regulamentares, as provas uniformes. Nesse sentido, foram elaboradas circulares didáticas em que se punham, sob os olhos dos professores, diretrizes pedagógicas que deveriam seguir na ministração do ensino e se lhes recomendava a adoção de um plano de trabalho mensal durante o qual seriam desenvolvidos determinados assuntos do programa de cada matéria. Deste modo, feita, por assim dizer, a “dosagem” do ensino a ser ministrado em cada mês, garantia-se uma orientação *uniforme* em todas as Escolas. (SENAC, 1953, p. 23, grifo nosso).

Como podemos observar havia um desejo da Divisão de Ensino em uniformizar o ensino na expectativa de que a aprendizagem também fosse uniforme, desconsiderando as características locais e individuais de cada professor e aluno.

Paralelamente à proposta de ensino em sala de aula padronizado pelo Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que trata sobre a organização do ensino comercial no Brasil, em seu Art. 34, dispõe sobre os trabalhos complementares que as escolas comerciais devem realizar com os alunos como excursões e atividades sociais. No ano de 1955, como mencionado, ficou estabelecido que as escolas do interior deveriam promover atividades recreativas e uso da biblioteca escolar.

Essas atividades no SENAC recebiam o nome de atividades extraclasse que contemplavam comemorações cívicas, passeios, excursões e visitas em estabelecimentos comerciais.

A Escola SENAC “Nelson Fernandes” de Bauru conseguiu realizar três excursões, em 1949. A primeira consistiu em visita ao Horto Florestal do estado, precedida de preparo conveniente da parte do professor de Formação Social. “Proveitosa, afirma o diretor da Escola, tendo participado do ensejo para o conhecimento de várias espécies de vegetais e dos meios racionais de sua cultura”. Também foi visitada a sede do Serviço de Tratamento de Águas da cidade. Além do proveito do passeio, sob o ponto de vista de aprendizado, foi notório o desenvolvimento dos laços de camaradagem entre os alunos, segundo testemunho do diretor da Escola. Por fim 60 alunos foram à cidade de LINS em intercâmbio cultural e esportivo. Naquela cidade, disputaram-se, em ambiente de entusiasmo, partidas de cestobol entre turmas masculinas e femininas. O vagão, em que viajaram os alunos, foi cedido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. (SENAC, 1949, p. 22).

Nos relatórios de alguns anos foi possível encontrar registros de algumas atividades extraclasse realizadas em Bauru. Apresentamos categorizadas por ano:

1 – Biblioteca: quantidade livros emprestados pelos alunos

1949 – 320 livros

1951 – 200 livros

2 – Visitas, excursões e passeios

1949 – além das excursões citadas acima os alunos realizaram várias visitas a casas comerciais acompanhados pelo professor da disciplina de Técnica de Vendas;

1952 – visita a cidade de Lençóis Paulista;

1953 – piquenique em agosto, excursões: para a Escola Agrícola Gustavo Capanema e uma fazenda na cidade de Agudos;

1954 - Escola Agrícola Gustavo Capanema, a Granja Bauru, a Caixa D`Água, à Casa do Garoto e a cidade de Agudos.

3 – Comemorações cívicas

1951 – realizou uma festa cívica no dia 21 de abril;

1952 – Dia da pátria, 1º. de agosto – dia do patrono da cidade, festa de Caxias – Patrono do Exército, Dia do Trabalho, comemoração da libertação dos escravos, 14 de abril (Pan-Americano) e Festa de Tiradentes;

1953 – 14 de abril (Pan-Americano), 21 de abril, 1 de maio, Dia do soldado, Semana da Pátria e Semana do Comerciário;

1954 – 21 de abril, dia das Nações Unidas, dia do Professor, o descobrimento da América, semana da criança, 15 de novembro, festa da Bandeira e aniversário da cidade (1º. de agosto).

[...] dar aos nossos alunos a indispensável formação moral e cívica, para torná-los cidadãos úteis à família, à coletividade e a Pátria, é sempre incentivada a realização de atividades educativas, como sejam as excursões, os passeios, as visitas a fábricas e firmas comerciais, a realização de festas e comemorações cívicas, as aulas de educação física, os jogos ginásticos as competições esportivas e outras práticas peculiares aos grêmios escolares existentes em nossas escolas. (SENAC, 1956, p. 83).

De acordo com o artigo 38 do Decreto-lei n. 6.141 de 1943, os estabelecimentos de ensino comercial deverão tomar “[...] cuidado especial e constante com a educação moral e cívica dos alunos” (BRASIL, 1943, p. 10). No cumprimento deste artigo verificamos que além das atividades cívicas eram elaboradas para os alunos “Páginas Educativas” referentes a datas comemorativas.

No sentido, também de não deixar passar despercebida qualquer data, que relembre fato histórico ou digno de especial atenção, ainda que ela transcorra em dia útil, são elaboradas “Páginas Educativas”, oportunamente distribuídas aos alunos e contendo lições de acentuado civismo, de intenso amor à família e a Pátria. (SENAC, 1956, p. 83).

A partir de 1958 “[...] foi posto em prática o plano de serem as páginas educativas elaboradas por professores de nossas escolas, sendo ilustradas e impressas pela Divisão de Administração Escolar do Departamento Regional” (SENAC, 1958, p. 243). Nesse mesmo ano,

o professor Pedro Grava Zanotelli, de Bauru, produziu um texto em homenagem ao dia do professor que foi distribuído aos alunos (Página Educativa) de todas escolas SENAC/SP²⁷.

²⁷ Texto produzido Pedro Grava Zanotelli, publicado na Página Educativa: 15 DE OUTUBRO - DIA DO PROFESSOR:

Fazendo do trabalho honesto o seu meio de vida, o homem satisfaz a dois objetivos. Um, é o de ser útil a si e a família. Outro, o de ser prestativo à sociedade e à Pátria.

Aquele que se sobressai em ser um bom filho, bom esposo e bom pai, no labor incessante de todo dia, destes receber a admiração e o reconhecimento.

Muitos são os que, por obras e exemplos de elevado espírito social e humanitário, merecem um lugar na (palavra cortada no documento original) Universal ou se perpetuaram em monumentos e denominações de praças, ruas ou instituições.

Entre os beneméritos benfeitores da humanidade, entretanto, oculta-se sob um nome comum aquele que muito (palavra cortada no documento original) recebe o respeito, a consideração e a justa compreensão do seu trabalho. É o professor.

O seu trabalho tem mais alto significado, porque é um fator decisivo no progresso da humanidade e na ação do homem, pois que o tira dos baixos planos da ignorância, para elevá-lo aos altos níveis do entendimento.

As ciências, que promovem o progresso material, o conforto e a saúde: as Artes, que dão à vida um sentido nobre e amenizam as suas brutalidades, e a Religião, que dá ao homem a razão de existir, nada seriam sem o professor, que é quem faz com que os seus princípios, as suas leis e os seus ensinamentos sejam compreendidos.

Justa e merecida, portanto, a homenagem que lhe é tributada, todos os anos, no dia 15 de outubro. Que nesse dia, o preito de estima e reconhecimento de que se faz merecedor.

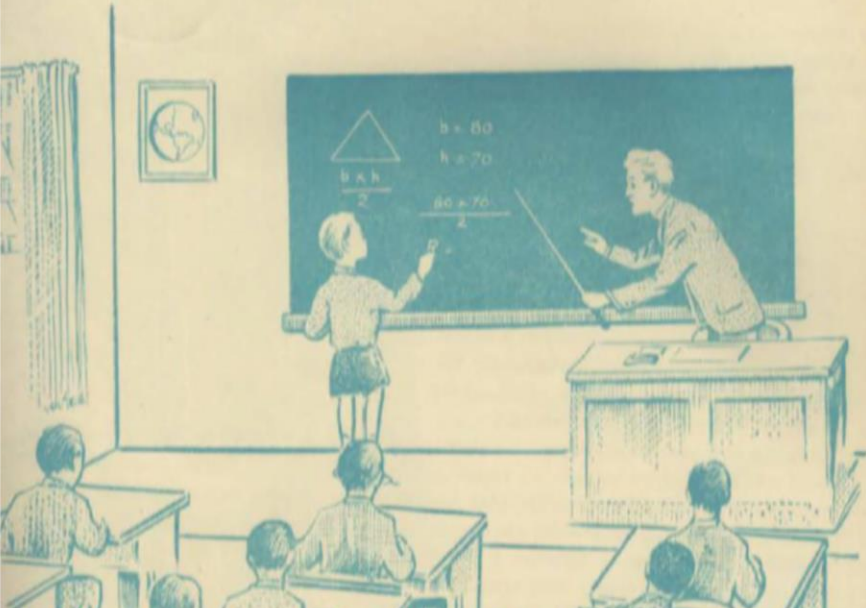
Figura 41 – Página educativa escrita pelo professor do SENAC de Bauru Pedro Grava Zanotelli

**15 DE OUTUBRO -
DIA DO PROFESSOR**

PEDRO GRAVA ZANOTELLI
Professor da Escola Comercial SENAC de Bauru

fazendo do trabalho honesto o seu meio de vida, o homem satisfaz a dois objetivos. Um, é o de ser útil a si família. Outro, o de ser prestativo à sociedade e à Pátria.

Aquêle que se sobressai em ser bom filho, bom espôso e bom pai, da família merece a gratidão e o respeito. O-se, porém, em dar aos seus semelhantes o melhor de seus esforços, no labor incessante de todo dia, dêstes ber a admiração e o reconhecimento.



Muitos são os que, por obras e exemplos de elevado espírito social e humanitário, mereceram um lugar na niversal ou se perpetuaram em monumentos e denominações de praças, ruas ou instituições.

Entre os beneméritos benefatores da humanidade, entretanto, oculta-se sob um nome comum aquele que muito recebe o respeito, a consideração e a justa compreensão do seu trabalho. É o professor.

O seu trabalho tem o mais alto significado, porque é um fator decisivo no progresso da humanidade e na o do homem, pois que o tira dos baixos planos da ignorância, para elevá-lo aos altos níveis do entendimento.

As Ciências, que promovem o progresso material, o conforto e a saúde; as Artes, que dão à vida um sentido re e amenizam as suas brutalidades, e a Religião, que dá ao homem a razão de existir, nada seriam sem or, que é quem faz com que os seus princípios, as suas leis e os seus ensinamentos sejam compreendidos.

Justa e merecida, portanto, a homenagem que lhe é tributada, todos os anos, no dia 15 de outubro. Que esse dia, o preito de estima e reconhecimento de que se faz merecedor.

PÁGINA DISTRIBUÍDA AOS ALUNOS DO SENAC
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO
OUTUBRO DE 1958

Fonte: SENAC (1958, não paginado).

O grupo de docentes da Escola SENAC de Bauru era composto por professoras normalistas e especialistas em disciplinas de cultura geral e em cultura técnica. A formação continuada se dava por meio de orientações elaboradas e enviadas aos professores e por meio de reuniões pedagógicas realizadas pelos diretores e técnicos da Divisão de ensino que nesses encontros, tentavam esclarecer as orientações enviadas e verificar se o que foi planejado estava sendo executado. Na leitura e análise dos relatórios, tem-se a impressão de que os professores eram apenas instrutores, uma vez que não precisam planejar suas aulas, pois as recebiam prontas.

5.6 O corpo discente do SENAC Bauru

Nos registros até aqui trabalhados muitos aspectos que caracterizam os alunos do SENAC já foram apresentados e analisados a partir dos documentos contidos nos relatórios investigados. Poucos foram os documentos desse período encontrados sobre os alunos do SENAC Bauru e alguns já foram apresentados. Dessa forma, procuraremos expressar o perfil a partir de alguns relatos no relatório sobre os alunos no SENAC/SP, que compreendemos ser uma análise institucional que caracteriza, também, os discentes de Bauru.

Nos primeiros anos de funcionamento da instituição, pouco se sabia sobre o perfil dos alunos e essas informações eram encontradas nas fichas de inscrição que continham as seguintes informações: nome, sexo, idade, cor, grau de instrução, endereço, função que exerciam ou iriam exercer na empresa.

O primeiro contato com os alunos se dava por meio do processo de seleção e em Bauru não foi possível verificar se nos primeiros anos ocorreu esse processo, em função da oferta do curso de Continuação (Praticante de Comércio) à noite, uma adaptação do curso para a formação de aprendizes que funcionava nas escolas SENAC, que não tinham número suficiente de alunos para montar turmas exclusivas de aprendizes. Os relatórios não informavam se essas turmas eram mistas e se os alunos realizavam o teste de seleção.

Ao longo do período investigado, várias pesquisas foram realizadas pelo DR-SP com o objetivo de diagnosticar o perfil dos alunos, revelando a necessidade e preocupação da instituição em conhecer sua clientela para que pudessem organizar os cursos e as atividades escolares.

A primeira lição é a de que precisamos conhecer melhor o elemento humano no qual lidamos.

Sem dúvida, uma das necessidades mais sentidas pela Divisão de Ensino, na realização da tarefa educativa, foi a de conhecimento dos alunos que frequentavam as Escolas SENAC. Seria difícil o preparo de lições, para os diversos cursos, o planejamento das bibliotecas escolares, a organização de

festas e recreações, em suma o estabelecimento de um plano de educação integral na ignorância total, ou quase, do interesse e sentimentos desses jovens, posto ao alcance da ação SENAC por lei – original talvez no mundo – pela qual os empregadores se abrigam a dispensar seus empregados para que estudem dentro das horas normais de trabalho. (SENAC, 1947, p 33).

Quanto à idade dos alunos, a partir dos cursos ofertados em Bauru, identificou-se o pré-requisito e concluímos que a unidade escolar recebeu alunos com idade mínima de 12 anos em 1949, 1950 e 1951, para o Curso de Aspirantes ao Comércio. Nos demais cursos, a idade mínima era de 14 anos e como a Escola SENAC de Bauru ofereceu cursos para maiores de idade, as turmas eram formadas por alunos com diversas idade. Essa foi característica dessa modalidade de ensino.

Trabalhando com alunos menores de idade, identificamos que eram realizadas reuniões de pais. No relatório de 1950 encontramos a informação de que Bauru realizou “[...] mais de uma reunião de pais, mestres e empregadores.” (SENAC, 1950, não paginado). O que nos confirma a existência de alunos aprendizes no Curso de Praticante de Comércio que funcionava no período noturno, desse ano.

Para se matricularem nos cursos de Praticante de Comércio os candidatos deveriam possuir o Ensino Primário. Os registros apontam que no processo de seleção eram aceitos os aprovados mesmo sem terem concluído o Ensino Primário, pois esse curso não dava o direito à continuação nos estudos.

Ao se tornar uma escola comercial em 1955, com a oferta do Curso Comercial Básico, os alunos deveriam realizar o exame de admissão e comprovar escolaridade mínima do ensino primário pois esse curso dava equivalência ao ensino ginásial, permitindo ao aluno que continuasse seus estudos no ensino técnico.

Em 1959, com a oferta dos cursos Técnicos em Contabilidade e Secretariado, a unidade de Bauru passa a ser uma Escola Técnica e para cursar esses cursos técnicos os alunos deveriam ter formação no Curso Comercial Básico.

Como mencionado a formação primária dos alunos era deficitária, em vista disso o DR-SP organizou o curso Preparatório com conteúdo do Ensino Primário para os reprovados no processo de seleção do curso de continuação (Praticante de Comércio, em Bauru). Bauru ofertou esse curso em 10 anos dos 13 investigados. Os alunos que procuravam ou eram encaminhados pelas empresas não apresentavam conhecimentos mínimos do ensino básico.

Em 1947 a Divisão de Ensino solicitou para as escolas da capital que enviassem os trabalhos realizados pelos alunos no corrente ano para que fossem analisados os aspectos pedagógicos e nível mental e afetivo. Apresentaremos a seguir a conclusão das análises dos

alunos da capital, porém compreendemos que também caracterizam os alunos da Escola SENAC de Bauru:

Nossos alunos são comerciários que, na média não completaram o curso de Grupo escolar, são menores que, não tendo completado o curso apresentavam-se desabituaados ao estudo e a escolaridade, esquecidos do que aprenderam, sem disciplina mental e social, o nível pedagógico desses alunos pode ser comparado ao do aluno do nível primário (com exceções de 1º. ano ginásial) mais baixo ainda em se tratando de meninas, demonstrou-se clara diferença entre rapazes e moças quanto ao interesse e socialmente, apresentam-se menores na sua quase generalidade, sem treino social, sem hábito de práticas de civilidade, sem treino de vida escolar, com modos rudes, pesados, incapazes de autodomínio, gritões e desabusados. (SENAC, 1947, p. 33).

Para as meninas a preocupação era a formação do cuidar do lar, o que nos mostra é que não havia preocupação com o ensino e a formação de meninas nesse período, é nítida a divisão entre meninos e meninas.

Estas características representam o perfil de sociedade existente na época, a precariedade do ensino oficial e conseqüentemente os alunos que o SENAC atendia. E com essas informações são criados e organizados os cursos da instituição, visando garantir além da formação básica inexistente nos alunos, a formação cidadã.

E só a partir do momento em que o SENAC Bauru passa a oferecer o Ensino Comercial Básico e o Técnico é que o perfil de aluno muda. Em função dos exames de admissão que selecionavam os melhores alunos e excluíaam aqueles que não possuíam conhecimento.

Os alunos dos cursos de continuação e comercial básico eram submetidos a provas semestrais elaboradas pela Seção de Orientação Pedagógica, como mencionado. Além disso, os professores aplicavam provas mensais com o objetivo de prepará-los para as provas semestrais. Essa prática buscava verificar a homogeneização da aprendizagem.

Eram premiados, anualmente, os melhores alunos de cada curso e os prêmios eram muitas vezes doados pelos estabelecimentos comerciais e pela Associação Comercial de Bauru. Os premiados eram os mais frequentes e com melhor desempenho. Não encontramos registros do tipo de prêmios.

Um dos temas mais frequentes nos relatórios era a evasão escolar. Esse tema é apresentado e analisado nos documentos de forma institucional e não por unidade escolar. Diante disso, trataremos aqui das questões relacionadas à evasão, entendendo que as conclusões das análises apresentadas nos relatórios também se referem ao SENAC de Bauru em função das análises que fizemos até o momento.

Visando compreender os altos índices de evasão e diagnosticar os motivos, em 1948, a Divisão de Ensino realizou um estudo sobre o tema, conforme apresentado anteriormente nesse

texto, dividindo em: O fenômeno da evasão escolar, A evasão escolar no Brasil e no Exterior, A evasão escolar no estado de São Paulo, A evasão escolar no SENAI e A evasão escolar no SENAC.

A partir desse estudo pode-se concluir que resolver o problema da evasão

[...] é muito difícil, isto porque as causas que o determinam conforme fora dito, são múltiplas e complexas. E como qualquer mal só pode ser curado quando conhecidas as causas que provocam, a taxa de evasão escolar só será reduzida – eliminada nunca o será – quando pesquisadas forem, cientificamente, as suas causas. (SENAC, 1948, p. 60).

Essa pesquisa apontou os motivos que levavam os alunos a evadir e comparamos com outra pesquisa realizada em 1956 e percebemos que os motivos eram exatamente os mesmos:

- Ordem social: residência longe da escola, mudança de cidade e modificação no horário de trabalho;
- Ordem econômica: dificuldades financeiras;
- Ordem pessoal: doença, desinteresse pelos estudos, transferência de curso, ato de insubordinação na empresa, em busca de melhor remuneração, doença ou doença em pessoa da família, indisciplina, pouco assíduo ao trabalho, recusa-se a frequentar o SENAC, furto, pretende ingressar na marinha, diminuição de serviço na firma e deficiência profissional.

Para o SENAC “[...] os motivos de evasão, de natureza econômica e social, não podem ser evitados pela escola de cujo âmbito de ação eles fogem.” (SENAC, 1956, p. 78).

Analisando os motivos apresentados, percebemos que eles complementam o perfil dos alunos que realizavam cursos de aprendizagem como previa a lei de criação do SENAC. O menor que se dispunha na época a trabalhar e realizar os cursos de aprendizagem com baixa remuneração necessitava desse emprego, considerando inclusive sua baixa escolaridade.

Essas causas são apontadas como alvo de preocupação da instituição nos cursos de aprendizagem, que caso não montassem turmas corriam o risco de fechar suas portas. Esse era o caso das escolas SENAC do interior que, visando sua sobrevivência pela falta de alunos para aprendizagem, gradativamente vai se estruturando e transformando. No caso de Bauru, em Escola Comercial, em 1955, possibilitando oferta do Curso Comercial Básico (Auxiliar de Escritório) e, em 1959, se torna Escola Técnica com os Cursos Técnico em Contabilidade e Secretariado.

Esse movimento institucional, conseqüentemente na unidade de Bauru, provavelmente se deu pela falta de alunos para os cursos de aprendizagem e ao alto índice de evasão, forçando a instituição a procurar caminhos para sua sobrevivência.

Prova de que o atendimento de outras modalidades do ensino comercial foi promissor para o SENAC de Bauru é que, ao se tornar Escola Comercial em 1955, foram inscritos para o exame de admissão 291 candidatos²⁸ para o Curso Comercial Básico, que realizaram as provas de Português, Matemática, Geografia e História, sendo aprovados 147 que foram divididos em 4 turmas no período noturno, a turma 1 com 39 alunos, a turma 2 com 37 alunos, a 3 com 37 alunos e a turma 4 com 34 alunos matriculados.

Como podemos verificar mesmo neste ano, funcionando em prédios não tão adequados, o SENAC de Bauru apresentou números expressivos no Curso Comercial.

Além disso, percebemos também que a legislação não estava sendo cumprida por parte dos comerciantes e nem por parte do SENAC que encontrou em outras modalidades do ensino profissional sua possibilidade de expansão.

²⁸ A relação dos resultados dos candidatos inscritos ao exame de admissão e a relação dos alunos matriculados por turma estão no ANEXO G – Resultados dos Exames de Admissão do Curso Comercial Básico em Bauru e no ANEXO H – Relação dos alunos matriculados por turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentados nesta dissertação de mestrado resultados da pesquisa que realizada, que teve como objetivo geral de recuperar e analisar aspectos históricos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no Brasil, em São Paulo e seu processo de interiorização no Estado – o caso do SENAC de Bauru. Especificamente buscamos identificar e analisar aspectos históricos, sociopolíticos, da educação brasileira, no período de constituição do ensino comercial do Brasil, identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino profissional comercial no Brasil, contribuir para a especificação do ensino profissional comercial no Brasil, das demais modalidades de ensino profissional e identificar e analisar aspectos da constituição da educação e do ensino no SENAC/SP.

A escolha por pesquisar a história da educação profissional tem por objetivo, também, evidenciar aspectos dessa modalidade e contribuir para as pesquisas históricas sobre o ensino profissional, pois durante nossas investigações encontramos dificuldade em encontrar referências sobre o tema.

Diante desse cenário, na primeira seção procuramos reunir e apresentar os principais fatos da história do ensino profissional no Brasil no século XIX e XX e os acontecimentos políticos e educacionais convergentes ao longo do tempo para a criação e normatização desta modalidade de ensino e até chegar à criação do SENAC.

As informações recuperadas e analisadas trouxeram a compreensão do porquê essa modalidade de ensino foi, ao longo de sua história, cercada de preconceitos, pois era, basicamente, oferecida de forma empírica e dirigida aos pobres e pessoas escravizadas em orfanatos ou oficinas de trabalhos manuais, sendo considerada formação apenas para a “mão de obra” não oferecendo formação intelectual, ou seja, todo o estigma estava em quem eram os aprendizes das profissões e não o que se ensinava.

Nas décadas de 1930 e 1940 foi possível constatar o movimento de educadores que se envolveram com a política do país, defendendo seus ideais em busca de oferecer escolas de qualidade para todos. No poder, esses educadores trouxeram ao ensino profissional, inúmeras e importantes alterações.

Francisco Campos em 1931, como Ministro da Educação e Saúde Pública ao baixar o Decreto n. 20.158, organiza o ensino profissional comercial no território nacional, em seguida Fernando de Azevedo como diretor da Instrução Pública de São Paulo, em 1933 normatizou o ensino no estado, incluindo o ensino profissional por meio do Código da Educação do Estado de São Paulo e, por fim, Gustavo Capanema, em 1943, então Ministro da Educação e Cultura normatizou o ensino profissional com o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e,

finalmente, em 1946, uma das oito leis Orgânicas é promulgada e se cria o SENAC, por meio do Decreto-lei 8.621, de 10 de janeiro de 1946.

Nessa seção foi possível compreender como a educação profissional foi evoluindo e se estabelecendo por meio dos educadores que se envolveram com a política e de que forma puderam contribuir para a evolução e consolidação do ensino técnico, possibilitando a criação em nível nacional de uma escola de ensino profissional comercial: o SENAC.

Na segunda seção apresentamos como o SENAC se organizou e se estruturou no estado de São Paulo, por meio das análises dos registros contidos nos relatórios nos anos de 1946, 1947 e 1948.

Com as análises realizadas nas fontes primárias é possível dizer que conseguimos reunir aspectos do nascimento de uma instituição escolar com particularidades: por ser privada, nascida por meio de um decreto-lei que sobrevive com subsídios oriundos de comerciantes.

Foi possível reconstituir, a partir dos documentos, a organização do organograma da instituição, o passo a passo para a escolha dos prédios, a forma com que os primeiros cursos oferecidos foram definidos, o trabalho de divulgação entre as entidades relacionadas com o SENAC, como os sindicatos e o árduo processo de esclarecimentos com os estabelecimentos comerciais sobre a obrigatoriedade de contratar aprendizes e matriculá-los nas escolas do SENAC.

Destaca-se a criação e expansão da Universidade do AR e o Curso Comercial Radiofônico, que tinham por objetivo oferecer por meio do rádio, formação cultural e comercial à população nas cidades do interior, considerando que todos os comerciantes do país contribuía para a manutenção da instituição.

A Universidade do AR além de promover a formação foi um importante meio de divulgação da instituição no estado do recém-criado SENAC e sua sobrevivência dependia do cumprimento da legislação por parte dos empresários. Outro aspecto importante é que a instituição encontrou muita resistência dos empresários que não conseguiam compreender e aceitar que deveriam contratar um aprendiz e remunerá-lo, mas que em parte do tempo de trabalho, esse menor passaria aprendendo conhecimentos práticos e a outra parte passaria no SENAC, assistindo às aulas de conhecimentos teóricos.

Nessa seção foi possível analisar aspectos sobre como a instituição se organizou nos três primeiros anos, desde os primeiros espaços administrativos, escolares, pessoas que lideraram o processo inicial, os cursos, os professores e os seus primeiros alunos.

Por fim, na quinta seção, com o objetivo de concluir o percurso planejado e percorrido pela própria instituição, buscamos apresentar e analisar aspectos do SENAC em Bauru entre os anos de 1948 e 1961.

Para que pudéssemos compreender o porquê da escolha de Bauru, foi necessário olhar para o comércio local. Descobrimos que havia inúmeros pequenos comerciantes em pleno desenvolvimento em função da existência do maior entroncamento ferroviário do país.

Ao iniciar apresentando as estruturas físicas nas quais o SENAC funcionou nos seus primeiros 10 anos em Bauru, pudemos identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos que atuaram e estudaram no prédio do Grupo Escolar Lourenço Filho. O prédio e os mobiliários eram antigos e precários, por ser um colégio que oferecia ensino primário possuía carteiras para crianças nas quais tiveram que estudar os alunos do SENAC no período noturno.

Em 1949 foi alugado um segundo prédio para que funcionasse a parte administrativa e pudessem ser oferecidos cursos para os menores aprendizes nos períodos da manhã, tarde e noite. Identificamos que nesses períodos foram oferecidos os Cursos Preparatórios, Admissão e de Datilografia. O que nos mostrou que a unidade de Bauru tinha dificuldade de formar turmas de praticantes de comércio, devido a um conjunto de fatores, dentre eles o não cumprimento da lei por parte dos comerciantes e muitos estabelecimentos comerciais existentes na época eram pequenos e dessa forma não se encaixam na lei.

Quanto aos docentes e seus trabalhos em sala identificou-se que eram tratados pela divisão de ensino como instrutores, pois deveriam cumprir programas de aula pré-definidos e enviados para que fossem apenas executados, desconsiderando as características do local e as peculiaridades dos alunos. Ainda sobre os professores, eram em sua maioria normalistas, e essa constatação foi conseguida analisando os cursos oferecidos que deveriam ser ministrados por normalistas. Igualmente quando em 1955 se torna escola comercial é informado pelos relatórios que as unidades do interior tinham dificuldade em encontrar professores registrados no ministério da educação, sendo autorizada a contratação de professoras normalistas.

Em relação aos cursos, foram sendo ofertados de acordo com a demanda local para que mantivesse inclusive a manutenção do SENAC em Bauru. Os cursos de continuação oferecidos em sua maioria tinham por objetivo complementar ou até mesmo oferecer formação equivalente a do Ensino Primário. Com a falta de alunos para o curso de praticante de comércio, em 1955, torna-se uma escola comercial e, em 1958, com a inauguração do prédio próprio com características e ambientes adequados a uma escola, amplia sua forma ao tornar-se escola técnica.

É interessante notar o percurso da unidade do SENAC em Bauru a partir dos prédios que, à medida que vão se modificando os espaços, modificam-se os cursos, os professores e as formas com que são ministrados e, conseqüentemente, modificam-se os alunos. Isso nos mostra que para se contar a história de uma escola é necessário olhar para todos os aspectos que a compõem.

Assim concludo, com a esperança de que essa dissertação possa contribuir para as pesquisas sobre esta modalidade de ensino, mesmo que de forma modesta.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. Manifesto dos pioneiros da Escola Nova. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188-204, ago. 2006.

BIELINSKI, Carneiro Alba. Curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. In: **Educação profissional no século XIX**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os problemas educacionais na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 235-260, jan. 1986. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33365>>. Acesso em: 09 maio 2016.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro (1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

CAMARGO. Aparecida Jorge Guedes de Camargo. *Coisas Velhas: Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928 – 1958)*. São Paulo. Editora Unesp, 2000.

_____. Decreto-Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Decreto-lei n. 8.261 de 30 de novembro de 1945. Altera as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista, Dactiloscopista-Auxiliar e Detetive. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8261-30-novembro-1945-450122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 de jan. 2017.

_____. Decreto-lei n. 5.241 de 22 de Agosto de 1927. Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>>. Acesso em 4 dez. 2016.

_____. Decreto-lei n. 6.141, de 28 de Dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. Decreto-lei 19.402 de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Decreto-lei 20.158 de 30 de Junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 8.621, de 10 de Janeiro de 1946 (1946a). Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946-01-10;8621>>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. Decreto-lei, n. 8.622, de 10 de Janeiro de 1946 (1946b). Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm>. Acesso em: 4 set. 2016.

CAIRES, Vanessa Guerra.; OLIVEIRA, Maria. Aauxiliadora. Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE.** (2014-2024). Petrópolis: Vozes, 2016.

CARVALHO, Manoel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 99, p.72-98, jul. 1965.

CARVALHO, Elma Júlia. Gonçalves de. **Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil.** Maringá: EDUEM, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. A organização do campo educacional: as conferências de educação. **Educação e Sociedade**, n. 9, p. 5-48, maio de 1981.

_____. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas. In: **A Revolução de 30: seminário Internacional.** Rio de Janeiro/Brasília, 1983.

_____. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocata. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DIÁRIO DE BAURU. **Escola SENAC de Bauru.** Bauru/SP, 5 mar. 1948.

_____. **Escola SENAC de Bauru.** Bauru/SP, 11 de mar. 1948.

_____. **Edifício SESC – SENAC verdadeiro acontecimento urbanístico em Bauru.** Bauru/SP, 26 de jul. 1958.

_____. **Inaugura-se dia 9 o monumental edifício do SESC - SENAC.** Bauru/SP, 06 de ago. 1958.

_____. **Inaugurado ontem o majestoso edifício do SESC - SENAC.** Bauru - SP, 10 de ago. 1958.

DURANTE, Marisa. **SENAC: uma experiência de formação profissional para menores aprendizes - 1964 a 1961.** 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2003.

FONSECA, Celso. Suckow. **História do ensino industrial no Brasil.** v. 5, Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

GRAZIADEI, Tânia Maria. **Turismo de negócios na cidade de Bauru:** estudo de caso, 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Universidade de São Paulo (USP): Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2002.

MARTINS, Octávio A. Lins. **O Teste Jota.** Rio de Janeiro: Monografias Senai, 1944.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, João Daudt de *et al.* **Carta Econômica de Teresópolis,** 1945.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS.** Campinas: Papyrus, 2003.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. O comércio de Bauru nos seu primórdios. In: **Imagens do comércio de Bauru: 1910 a 1965.** São Paulo: SENAC, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930- 1973).** Rio de Janeiro, 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SENAC (São Paulo). **Brasílio Machado Neto, empreendedor social já nos anos 40.** Notícia do dia 28 de Abril de 2006. Disponível em:

<<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&subTab=00000&newsID=a7314.htm&testeira=453>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac (1946).** São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac (1947).** São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac (1948).** São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac (1949).** São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac (1950).** São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1951). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1952). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1953). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1954). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1955). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1956). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1957). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1958). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1959). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1960). São Paulo: Senac/SP.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Departamento Regional de São Paulo. **Relatórios anuais do Senac** (1961). São Paulo: Senac/SP.

SOUZA, Rosa Fátima. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional do Estado de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de Reforma. In: VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S.; MIGUEL, M. E. (Org.). **As manifestações da Escola Nova no Brasil** (1920 - 1946). Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2011. p. 337-361.

PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas. Autores Associados, 2005.

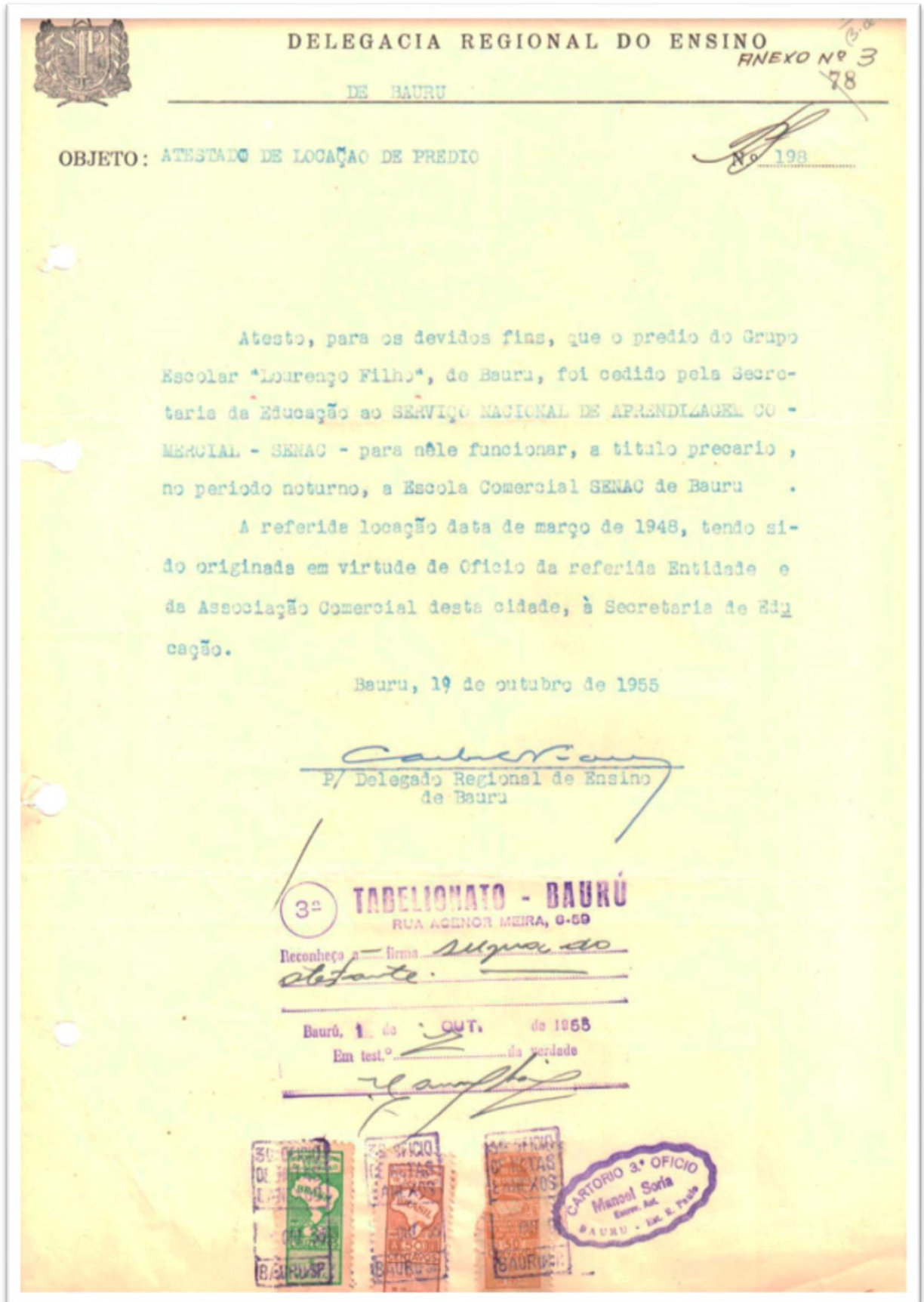
SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei n. 5.884 de 21 de Abril de 1933. (1933a). Institui o código de educação do estado de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=131161>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Decreto-lei n. 5.888 de 25 de Abril de 1933. (1933b) Cria o distrito de paz de diabase, na comarca de Araçatuba. Disponível em:
<<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=131165>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

VARGAS, Getúlio. **A nova política no Brasil**. v.3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

ANEXOS

ANEXO A – Contrato de cessão de espaço entre o SENAC e a Secretaria da Educação



ANEXO C- Relação de livros da Biblioteca do SENAC no Grupo Escolar Lourenço Filho

6) - Relação do material e dos volumes da biblioteca especializada.

Duca e João Na Africa e India	- Kurt Gregorius
A festa das letras	- C.Meireles e J.de Castro
Dois meninos e um cachorro	- Antonio Barata
Bichos do Brasil	- Kurt Gregorius
Meu A.B.C.	- E.Zeuner
As Proezas do Macaco Guisadinho	- Souza Junior
Aprenda Brincança, criança	- Dra.Nina Caro
Outra vez os três porquinhos	- Erico Verissimo
Espertezas do Jaboti	- Mário Donato
Aprenda brincando a contar	- Dra. Nina Caro
Noite feliz	- Herta Pauli
Santos Dumont	- Renato S. Fleury
Contos infantis	- Antonio Barata
Francisca	- Johana Spiri
Eveli	- " "
Veronica	- " "
Dora	- " "
Conta uma história	- Pepita de Leão
Carlos Magno e s/cavaleiros	- " "
Alice na casa do espelho	- Lewis Carroll
Chico-vira bicho	- R.Magalhaes Jr.
Três meses no século 81	- Jeronimo Monteiro
As aventuras do Tibicuera	- Erico Verissimo
Férias em S.João Ipanema	- Luiz Gonzaga Fleury
Teatro das crianças	- Carlos Gois
Histórias do Reino Encantado	- F.Grinaldi
Outras Hist.do Reino Encantado	- "
Histórias maravilhosas	- Osório Duque Estrada
Poesias infantis	- Olavo Bilac
Almas em Flor	- N.Carneiro e A.Azevedo
O Gigante de botas	- Ofélia e Narbal Fontes
A História dos Guedes	- J.Carlos
Sonho maravilhoso	- Dina Zita
A Conquista do mar	- F.Acquarone
A Ilha do Coral	- R.M.Balantine
Esopo, o contador de histórias	- Ofélia e Narbal Fontes
Coração Ausente	- Sarah Elizabeth Rodger
O ultimo dos Moicanos	- J.Fenimore Cooper
Minas Gerais (Viagem através do Brasil).	- A. Espinheira
Freirinha	- M.Delly
Bahia, Esp.Sto, Rio	- A. Espinheira
Beau- Geste	- Weren
Nordeste	- A.Espinheira
O Pisioneiro dos Pampas	- Emilio Salgari
Peq.Dicionário da L.Port.	- A.Lima e G.Barroso
Amazonas e Pará	- A.Espinheira
Pinochio	- C.Gollodi
A Chave do Tamanho	- Monteiro Lobato
Gazuza	- Viriato Correa
Maja	- Waldemar Bonsells

33
B.A. 14

14

Memórias da Emilia	- Monteiro Lobato	14
Reinações de narizinho	- " "	
Semeadores da virtude	- Barros Ferreira	
Apenas Violinista	- Hans C. Anderson	
Índios do Brasil	- Renato S. Fleury	
Histórias da mata virgem	- R. Ribeiro Magalhães	
Ubirajara	- José de Alencar	
A Moreninha	- J. Manoel de Macedo	
Lendas Germânicas	- H. Gegenm	
Felipe, e você Felipe	- Jaçaná Altair	
Estrangeiros ilustres....	- Visconde de Taunay	
Brasileiros e estrangeiros	- " "	
Beleza Negra	- A. Sewell	
Valor	- C. Wagner	
Histórias silvestres na Ama- zônia	- Raimundo Morais	
O novo ABC da aviação	- Edward Sheton	
Os grandes exploradores	- J. Leslie Mitchell	
A cidade de ouro	- Belmont	
Histórias da Aviação	- Pedro de A. Moura	
O Duque de Caxias	- Renato S. Fleury	
Barão do Rio Branco	- " "	
Brinquedos p/os dias de folga	- Mariane Jalowicz	
Índios de Mato-Grosso	- Erich Freundt	
Em defesa das classes produto- ras.	- Brasílio Machado Netto	
Viagem através do Brasil	- A. Espinheira	
Ao toque da inúbia	- A. Espinheira	
Sociologia	-	
Merceologia	- Miguel Milano	
Reinações de narizinho	- Monteiro Lobato	
Viagem ao céu e O Saci	- " "	
Caçadas de Pedrinho e H. Staden-	- " "	
Histórias do mundo p/crianças	- " "	
Memórias de Emilia	- " "	
Emilia no país da gramática	- " "	
Geografia de Da. Benta	- " "	
Seroes de Da. Benta	- " "	
D. Quixote das Crianças	- " "	
O Poço do Visconde	- " "	
História da Tia Nastácia	- " "	
O Picapau Amarelo	- " "	
O Minotauro	- " "	
A Chave do Tamanho	- " "	
Fábulas	- " "	
Os 12 trabalhos de Hércules	- " "	
Os 12 trabalhos de Hércules	- " "	
Geografia do Brasil	- Moisés Gicovate	
Síntese- revista Vol. III		
" " " IV		
Biologia aplicada à educação	- Aristides Ricardo	
Exaltação cristã da juventude	- Brasil Machad	
France-Brasil		
France	- Georges Raerdes	
Síntese - vol. XII		
" " VII		
" " VIII		

34
B.d.
15

São Paulo- revista	
O Gato de Botas	
Investigação- revista(17 v.)	-Coleção Beija-flôr
Secretário Enciclopédico Bras.	-Ferraz de Souza
Arte de fazer milhoes	-Rhineas Barnun
Introdução à medicina do espirito	-D.Maurice Fleury
Mercadores do Espaço	-George de Freve
A Bandeira do Brasil	-Antologia
Refutação Cientifica ao comunismo	-João Calos Fairbanks
Doutor Timoteo Ramalhoso	-José Guedes de Azevedo
Analisemos	-Antonio de S.Leal
Liberalismo ou nac.socialismo	-Luiz Adolfo Estevez
A Patria Brasileira (2 vol.)	-C Netto e Olavo Bilac
Amador Bueno, Rei de S.Paulo	-Alfredo Ellis Jr.
Alegria	-Talles de Andrade
As mais belas hist.antigas	-Gustavo Schwab
A Montanha Perdida	-Mayne Reid
A Moreninha	-J.M.Macedo
A Patrulha Orzel's	-Erick Sopoko
Cartas Sertanejas	-Julio Ribeiro
A Bernada de F.Inácio	-Nuto Santana
A Bomba Atômica	-Artur Maxwuel
A Culpa dos pais	-Perez Escrich
A Brigada Potiguara	-Amilcar S.Santos
A Longa Viagem	-C.S.Forester
A Louca de Bequeló	-Lorenzo D Auria
João Camacho	-J.Sgorogota
Jaraguá	-Alfredo Ellis Jr.
Incenso e Pólvora	-Jago Joe
Horas Catequéticas	-Georg Schreiner
Geografia e Hist.do Brasil	-Atur de S.dos Reis
Exaltação Cristã da juventude	-Brasil Machado
Espelho	-Talles de Andrade
English Easy Spoken	-Neif Antonio Alem
Emilio de Menezes	-Raimundo de Menezes
El Dorado	-Paulo Setubal
Doze grandes sinais da volta de Jesus	-Carlyle B. Hayhes
Dicionário de Sociologia	-A.Archerio e A.Comte
Cosmorama	-Raimundo de Moraes
Machado de Assis	-Sud Menucci
Matrimônio Feliz	-
Lições Práticas de Português	-Paulo de Melo
O Romance do Mar	-Olavo Dantas
O Romance da Prata	-Paulo Setubal
O primo Guy	-Henry Ardel
O Navio Errante	-Edwin Louis
O fim do mundo está próximo	-P,Julio Maria
No tempo das sinhazinhas	-Sergio D.T.Macedo
Na encruzilhada da vida	-Rodolfo Belz
O direito entre os indigenas do Brasil	-Carlos F.Von Martins
O Segredo do mestiço	-Luicien Biart
O Engenheiro Pinzon	- " "
Stella	-Camille Flammadon
Os irmãos Leme	-Paulo Setubal
Os dramas da floresta virgem	-Manoel Victor

14

35
B. Q. 16

RELAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DA BIBLIOTÉCA DA ESCOLA COMERCIAL SENAC

BB _____

37
B.D.
18
HNE

PORTUGUÊS

Português Básico - José Baptista da Luz - 1ª e 2ª séries

Português Básico - José Baptista da Luz - 3ª e 4ª séries

Português - Aida Costa - 1ª série

Português - Aida Costa - 2ª série

Português - José Cretella Jr. - 3ª e 4ª séries

A língua portuguesa - Alcides da Fonseca e J. C. de Aragão - 4ª série

MATEMÁTICA

Matemática - Carlos Calloli e Nicolau D'Ambrosio - 1º ano

Matemática - Carlos Calloli e Nicolau D'Ambrosio - 2º ano

Matemática - Carlos Calloli e Nicolau D'Ambrosio - 3º ano

Matemática - Carlos Calloli e Nicolau D'Ambrosio - 4º ano

Matemática - Lucas Rodrigues Junot - 2ª série

Matemática - Lucas Rodrigues Junot - 3ª série

Elementos de Matemática - Jácomo Stavale - 1ª série

Elementos de Matemática - Jácomo Stavale - 4ª série

HISTÓRIA

História Geral - Alcindo Muniz de Souza - 1ª série

História Geral - Alcindo Muniz de Souza - 2ª série

História Geral - Antonio José Borges Hermida - 1ª série

História Geral - Antonio José Borges Hermida - 2ª série

História do Brasil - Antonio José Borges Hermida - 3ª série

História do Brasil - Tito Sávio Ferreira - 3ª e 4ª séries

GEOGRAFIA

Geografia Geral - Geraldo de Souza e Armando Souza - 2ª série
 Geografia Ginásial - Duílio Ramos - 1ª série
 Geografia do Brasil - Alcias Martins de Attayde - 3ª série
 Noções de Geografia do Brasil - Francisco da Gama Lima Filho - 4ª série

FRANÇÊS

Le Français - Raul Penido Filho - 1º ano
 Français Commercial - Maria Junqueira Schmidt - 2º ano
 Français Commercial - Maria Junqueira Schmidt - 3º e 4º anos
 Cours de Français - Maria Junqueira Schmidt - 2º ano
 Le Français - Raul Penido Filho - 3ª e 4ª séries

INGLÊS

Antologia Inglesa - Oswaldo Serpa - 4ª série
 English - Maria Munzinger - 3ª série
 English - Maria Munzinger - 4ª série
 English - Isabel Junqueira Schmidt - 2ª série
 Inglês - Adauto Nogueira Espindola - 2ª série
 Inglês - Adauto Nogueira Espindola - 3ª série

DESENHO

Iniciação ao Estudo de Desenho - Vicente Tapajós
 Desenho - Lamartine Oberg

TÉCNICA DE VENDA

A Técnica de Vendas - Francisco da Gama Lima Filho e R. Gonçalves

39
B.O.
20
~~2~~
3

CIÊNCIAS

Noções de Ciências Naturais - Antonio Antunes Jr. - José Antunes -
4ª série

Ciências Naturais - Valdemar de Oliveira - 4ª série

DE-163-1955-40

ANEXO D – Contrato de aluguel do prédio na rua 1º. de Agosto, quadra 07 n. 84

ANEXO Nº 2

SENAC
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA 24 DE MAIO, 208 - 1.º e 2.º ANDARES - FONE 35-5176 (REDE INTERNA)
SÃO PAULO
C'opia Fiel

96
BA.
77

T A L ã O N. P Á G I N A

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS

Estado de São Paulo Comarca de Baurú -

MARIA APARECIDA OLIVEIRA SILVEIRA, Oficial do Registro Ge-
ral e de Hipotecas da Segunda Circunscrição da Comarca de Bau-
rú, Estado de São Paulo, etc.

C E R T I F I C O,

que a folhas 306, do Livro de Registros Diversos n. 4, foi regis-
trada, hoje, sob n. 727, a escritura de 8 de março de 1949, lavra-
da nas notas do 2.º Tabelião de Baurú, pela qual o Dr. JOSÉ LIS-
BOA JUNIOR deu em locação ao SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM CO-
MERCIAL - Senac -, e ao SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - Gesc - Con-
selho Regional de São Paulo, ambos com séde em São Paulo, pelo
prazo de quatro anos, a partir de 1.º de janeiro de 1949, pelo a-
luguel mensal de Cr\$ 2,000,00 (dois mil cruzeiros), um prédio
sito em Baurú, à rua Primeiro de Agosto, 7-84, sobrado, confron-
tando pela frente com a referida rua, à direita com a Praça Rui
Barbosa, a esquerda com o prédio do mesmo proprietário e aos
fundos com propriedade de Batista Miranda. -////////////////////

O referido é verdade e dou fé

Baurú, 21 de junho de 1949

A Oficial

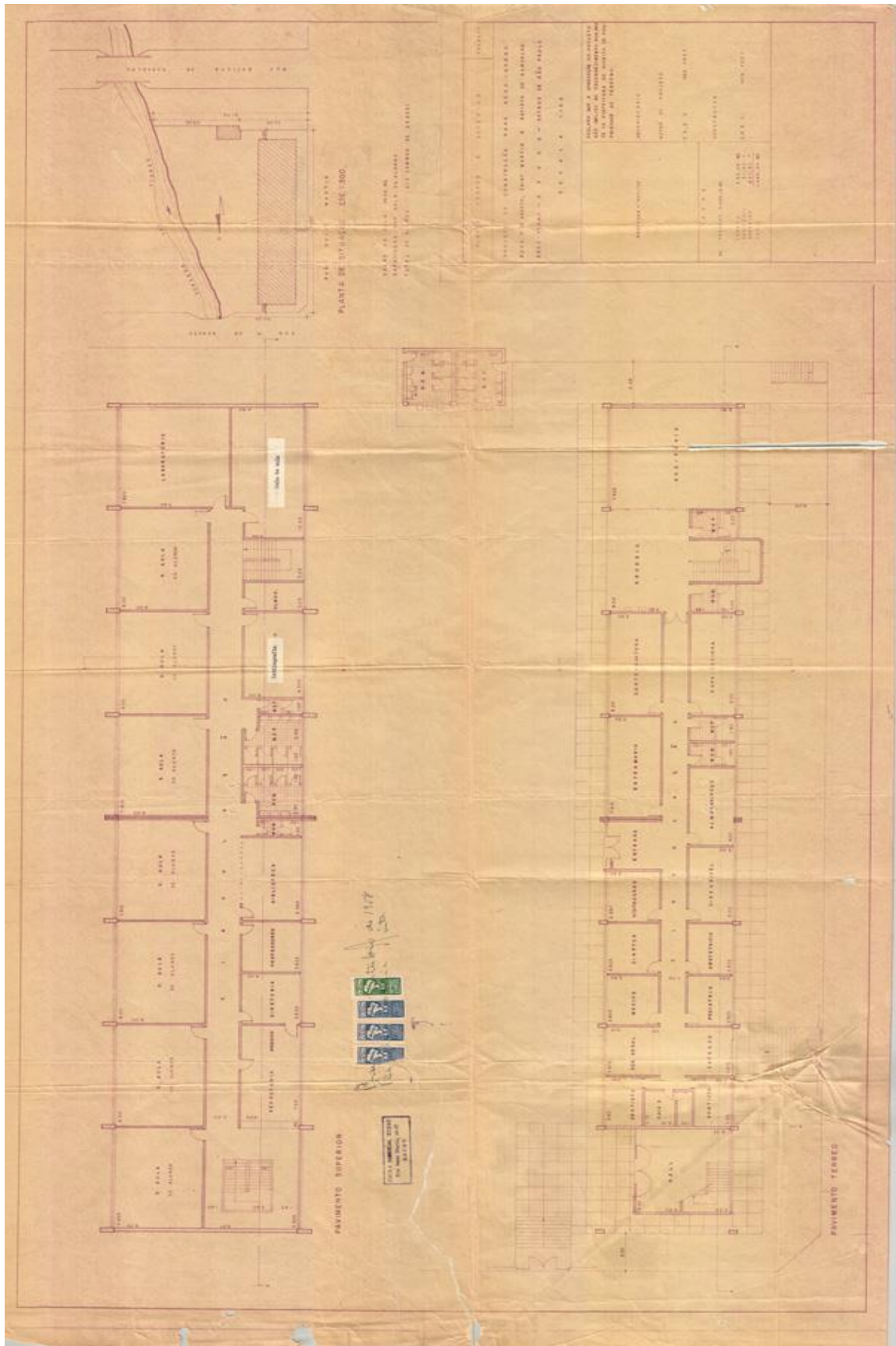
Ass: Maria Aparecida O. Silveira

Selado com: Cr\$ 3,00 fed.
Cr\$ 0,80 ed-sd.

Copiado por : *Antônio*
Conferido por : *W. O. V. M.*

D. A. 10

ANEXO F – Planta do prédio construído pelo SENAC e SESC em 1958
Fonte: SENAC, 1958.



ANEXO G – Resultados dos Exames de Admissão do Curso Comercial Básico em Bauru

ESCOLA Comercial Sênior "Patrão Nelson Fernandes" de Bauru

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Fevereiro de 19 55

1ª matéria: Português
 2ª: Matemática
 3ª: Geografia
 4ª: História

N.º	NOME	1ª CADEIRA			2ª CADEIRA			3ª CADEIRA			4ª CADEIRA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
1	Silvio Mour Velho	8,6	6,0	7,3	8,0	6,0	8,0	9,0	10,0	9,5	8,5	8,0	8,0	8,2	Ap.
2	Neusa Silva	zero	5,0	2,5	3,6	2,0	2,0	zero	4,0	2,0	4,5	6,0	5,2	3,1	Rep.
3	Sérgio Duarte	4,6	zero	2,5	4,0	zero	2,4	6,5	5,0	5,7	6,0	8,0	7,0	4,5	Rep.
4	Alvaro Roberto Fricolo	0,8	3,0	1,9	3,6	zero	1,8	2,5	2,0	2,2	4,0	zero	2,0	1,9	Rep.
5	Joacim Odonido Vieira	6,8	2,0	4,4	5,2	zero	2,6	9,0	10,0	9,5	7,0	zero	3,5	5,0	Rep.
6	Newton Ferreira Marmental	5,6	5,0	5,3	7,2	6,0	6,6	6,0	10,0	8,0	4,5	4,0	4,2	6,0	Ap.
7	Célia Terezaína Ceryl	8,2	9,0	8,6	6,0	2,0	4,4	9,5	10,0	9,7	7,0	6,0	6,5	7,3	Ap.
8	Antonio Reis de Castro	7,2	6,0	6,6	8,4	4,0	6,2	8,0	6,0	7,0	7,0	6,0	6,5	6,5	Ap.
9	Hodolphe Ceryl	8,2	9,0	8,6	7,6	6,0	7,8	9,0	7,0	8,0	8,5	7,0	7,7	8,0	Ap.
10	Marlene Soares de Moura	9,8	10,0	9,9	9,2	6,0	7,6	9,0	7,0	8,0	7,6	5,0	6,2	7,9	Ap.
11	Henriq Gomes Delgado	6,0	5,0	5,9	2,8	6,0	4,4	8,0	2,0	5,0	7,0	7,0	7,0	5,5	Ap.
12	Weslei Rodrigues de Silva	7,0	8,0	7,5	6,4	zero	3,2	7,5	6,0	6,7	6,5	2,0	4,2	5,4	Rep.
13	Cleora Souza de Silva	6,4	7,0	6,7	3,2	6,0	4,6	5,0	7,0	6,0	6,0	4,0	5,0	5,5	Ap.
14	Gersem de Sousa Frense	8,2	7,0	7,6	6,0	4,0	4,4	5,0	6,0	5,5	6,5	7,0	6,7	6,3	Ap.
15	Clarice Teles	8,0	9,0	8,5	9,2	8,0	8,6	9,5	10,0	9,7	8,0	8,0	8,0	8,7	Ap.
16	Elisa Bernardes de Silva	2,6	4,0	3,3	3,2	ap	2,6	6,5	7,0	6,7	5,0	6,0	5,5	4,5	Rep.
17	Cid Carvalho	9,0	10,0	9,5	9,2	6,0	7,6	9,0	8,0	8,5	8,5	8,0	8,2	8,4	Ap.
18	Ary Dias	4,4	5,0	4,5	5,6	6,0	5,8	5,5	3,0	4,2	5,0	5,0	5,0	4,9	Rep.
19	Perceval Pinheiro	4,2	2,0	3,1	6,4	4,0	5,2	5,5	7,0	6,2	6,0	4,0	5,0	4,9	Rep.
20	Jarbas Ferraz Duarte	9,4	9,0	9,2	8,8	6,0	7,0	8,5	10,0	9,2	8,5	6,0	7,2	8,1	Ap.
21	Dalva Gasparotti	7,2	7,0	7,1	6,4	zero	3,2	9,0	8,0	8,5	8,5	7,0	7,7	6,6	Rep.
22	Assmar Mesiano Burdado	6,4	4,0	5,2	5,2	10,0	7,6	7,5	5,0	6,2	7,5	7,0	7,2	6,5	Ap.
23	Edson Brandino de Oliveira	5,6	3,0	4,3	6,4	4,0	5,2	7,6	4,0	5,7	7,5	8,0	7,7	5,7	Ap.
24	Maria Elzéu Corre	8,4	9,0	8,7	8,8	8,0	8,4	9,0	10,0	9,5	8,5	6,0	7,2	8,4	Ap.
25	Antonio Rodrigues Virgílio	8,6	8,0	8,3	9,6	8,0	8,8	7,5	4,0	5,7	6,5	4,0	5,2	7,0	Ap.
26	Arlete Gerli Silva	6,6	6,0	6,3	6,0	6,0	6,0	7,0	9,0	8,0	6,0	7,0	6,5	6,7	Ap.
27	Madres Clarice Ferebe	8,4	9,0	8,9	8,4	6,0	7,2	9,0	9,0	9,0	8,0	4,0	6,0	7,7	Ap.
28	Elza Noron Mesiano	9,6	7,0	8,3	3,6	8,0	8,8	9,5	10,0	9,7	8,5	7,0	7,7	8,6	Ap.
29	Pilar Noron Mesiano	10,0	8,0	9,0	8,4	6,0	7,2	9,0	10,0	9,5	9,0	8,0	8,6	8,5	Ap.
30	Dalva de Souza Silveira	8,2	8,0	8,1	6,4	6,0	6,2	8,5	7,0	7,7	7,0	5,0	6,0	7,0	Ap.
31	Seraldina Martins de Jesus	8,6	9,0	8,8	6,8	8,0	7,4	6,5	8,0	7,2	9,0	5,0	7,0	7,6	Ap.
32	Jovino Almeida	8,0	8,0	8,0	8,0	4,0	6,0	7,5	10,0	8,7	6,0	6,0	6,0	7,1	Ap.

ESCOLA COMERCIAL SÊNIO "PATRÃO NELSON FERNANDES" DE BAURU

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Fevereiro de 19 55

1ª matéria: Português
 2ª: Matemática
 3ª: Geografia
 4ª: História

N.º	NOME	1ª CADEIRA			2ª CADEIRA			3ª CADEIRA			4ª CADEIRA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
33	Maria Luiza Frota	6,2	8,0	7,1	6,0	10,0	8,0	9,0	8,0	7,5	8,0	10,0	9,0	7,9	Ap.
34	Odair Cepelato	8,6	8,0	8,3	6,0	4,0	5,0	8,5	8,0	8,2	9,0	4,0	6,5	7,0	Ap.
35	Maria José Franco Moreira	5,4	4,0	3,7	3,2	zero	1,6	5,0	2,0	3,5	3,5	2,0	2,7	2,8	Rep.
36	Terezaína de Deus Cunha	8,4	8,0	8,2	8,0	8,0	8,4	7,5	6,0	6,7	8,5	7,0	7,7	7,7	Ap.
37	Dario Figueiredo Evlar	5,4	8,0	6,7	3,6	6,0	4,8	4,5	6,0	5,2	4,5	3,0	3,7	5,1	Rep.
38	José Reis de Castro	7,6	3,0	8,5	9,6	4,0	6,8	9,0	6,0	7,5	7,5	10,0	8,7	7,8	Ap.
39	James Rodrigues de Sousa	5,6	4,0	4,8	5,2	8,0	6,6	7,0	6,0	6,5	7,0	8,0	7,5	6,5	Ap.
40	Adilson Fernandes Oliveira	5,0	2,0	3,5	2,4	2,0	2,2	7,5	8,0	7,7	7,5	1,0	4,2	4,4	Rep.
41	Herbert Lefero de Moura	6,8	6,0	6,4	2,8	2,0	2,4	5,0	5,0	5,0	5,5	2,0	3,7	4,1	Rep.
42	Oreste Aleixo Pinheiro	8,6	6,0	7,3	6,4	4,0	5,2	10,0	7,0	8,5	8,5	4,0	7,7	7,1	Ap.
43	Marlene José Fontes	7,0	8,0	7,5	6,4	4,0	5,2	7,5	4,0	5,7	4,5	3,0	3,7	5,5	Rep.
44	Maria José Fontes	7,6	6,0	6,8	6,0	8,0	7,0	8,0	6,0	7,0	4,5	6,0	5,2	6,5	Ap.
45	Roberto Ruffino de Silva	8,4	9,0	8,7	8,0	6,0	7,0	9,5	9,0	9,2	9,0	9,0	9,0	8,4	Ap.
46	Silvio de Araujo	9,8	7,0	8,4	9,2	6,0	7,6	8,5	9,0	8,7	7,0	5,0	6,0	7,6	Ap.
47	Moore Gomes de Almeida	8,6	8,0	8,3	7,2	10,0	8,4	9,0	6,0	7,5	8,0	6,0	7,0	7,8	Ap.
48	Isabel de Jesus Almeida	8,0	5,0	6,5	6,0	8,0	7,4	9,0	10,0	9,5	6,5	5,0	5,7	7,2	Ap.
49	Mário Ferreira Alves	9,2	8,0	8,6	6,0	6,0	6,0	9,0	8,0	8,5	8,0	7,0	7,5	7,6	Ap.
50	Gerardo Borges	9,0	10,0	9,3	8,8	10,0	9,4	10,0	9,0	9,5	9,5	8,0	8,7	9,3	Ap.
51	Edgêneas Flaminia Aguiar Floriani	7,2	7,0	7,1	5,6	4,0	4,8	6,5	3,0	4,7	7,0	4,0	5,5	5,5	Ap.
52	Antonio Jurandir Embocento	7,6	zero	3,8	6,0	6,0	6,0	7,5	7,0	7,2	5,5	5,0	5,2	5,5	Rep.
53	Ovidio Rodrigues	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	Rep.
54	Ilia Carvalho	5,0	3,0	4,0	7,6	6,0	6,0	5,5	7,0	6,2	7,0	4,0	5,5	5,6	Ap.
55	Ana Rodrigues	9,8	8,0	8,9	8,8	8,0	8,4	10,0	10,0	10,0	7,5	8,0	7,7	8,2	Ap.
56	Walter de Oliveira	9,8	6,0	7,9	9,2	8,0	8,6	9,5	8,0	8,7	7,5	8,0	7,7	8,2	Ap.
57	Arlete Moraes Alves Moraes	6,0	4,0	5,0	6,0	6,0	6,0	7,0	8,0	7,5	9,0	9,0	9,0	8,0	Ap.
58	Leonilda Getli	9,6	6,0	7,8	9,2	8,0	8,6	8,5	8,0	8,2	8,0	6,0	7,0	7,9	Ap.
59	Ruth de Almeida Fontes	7,0	4,0	5,5	4,0	4,0	4,0	9,0	3,0	6,0	7,0	7,0	7,0	5,6	Ap.
60	Izabel de Lourdes Bernardi	6,4	5,0	6,2	7,6	8,0	7,8	7,0	7,0	7,0	6,5	5,0	5,7	6,6	Ap.
61	Silvio José Ferreira de Araujo	10,0	9,0	7,5	6,4	4,0	5,2	9,0	6,0	7,5	7,0	8,0	7,5	6,9	Ap.
62	José Roberto Ferreira	9,4	6,0	7,7	7,6	6,0	6,0	9,5	8,0	8,7	8,0	10,0	9,0	8,0	Ap.
63	Leandro Ferraz Duarte	8,0	6,0	7,0	6,0	2,0	4,4	8,8	7,0	7,5	7,5	6,0	6,7	6,4	Ap.
64	Aracy Coelho Moreira	9,0	5,0	7,0	5,2	4,0	4,6	9,0	10,0	9,5	8,5	8,0	8,2	7,3	Ap.

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRAS" DE BAHIA

1.ª cadeira: Português
2.ª: Matemática
3.ª: Geografia
4.ª: História

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Fevereiro de 1955

92

N.º	NOMES	1.ª CADEIRA			2.ª CADEIRA			3.ª CADEIRA			4.ª CADEIRA			Média final no conjunto		
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final			
65	Ruth Costa	7,2	5,0	6,2	6,8	6,0	6,4	8,5	6,0	7,2	8,0	2,0	5,0	6,1	Ap.	
66	Walter Dorel Greggi	2,4	zero	1,2	2,0	2,0	2,0	2,0	1,0	1,5	3,5	zero	1,7	1,6	Rep.	
67	José Rubens Rodrigues	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	Rep.	
68	Arionildo Aparecido Lopes	6,6	2,0	4,5	6,8	2,0	4,4	5,5	3,0	4,2	5,0	6,0	5,5	4,6	Rep.	
69	Walter Fernandes	8,8	5,0	6,9	8,8	10,0	9,4	9,5	7,0	9,2	7,5	7,0	7,2	7,9	Ap.	
70	Hiroshi Tamura	8,4	6,0	7,2	8,4	10,0	9,2	10,0	10,0	10,0	9,0	10,0	9,5	8,9	Ap.	
71	Sidney Ternes	9,4	8,0	8,7	8,4	10,0	9,2	10,0	10,0	10,0	9,5	8,0	8,7	9,2	Ap.	
72	Luzia Aparecida João	9,8	5,0	7,9	9,6	8,0	8,0	10,0	10,0	10,0	9,5	8,0	8,7	8,8	Ap.	
73	Odair Capelato	9,8	5,0	7,4	9,2	2,0	5,6	8,0	5,0	6,5	7,5	5,0	6,2	6,4	Ap.	
74	Dorel de Silva Soares	7,0	4,0	5,5	6,8	2,0	4,4	5,5	7,0	6,2	4,5	3,0	3,7	4,9	Rep.	
75	Ruth Nogueira de Ara	6,0	5,0	5,5	4,4	2,0	3,2	3,0	4,0	3,5	4,0	3,0	3,5	3,9	Rep.	
76	Joel Teixeira do Amaral	4,8	4,0	4,4	6,8	zero	3,4	7,5	2,0	4,7	5,5	zero	2,7	3,8	Rep.	
77	Lourdes de Jesus Pereira	9,2	4,0	6,6	6,0	6,0	8,0	8,5	8,0	7,2	6,5	5,0	5,7	6,6	Ap.	
78	Hijayo Tamura	7,2	6,0	6,6	7,6	4,0	5,8	8,0	6,0	7,0	7,5	8,0	7,7	6,7	Ap.	
79	Cláudio Rossi	7,0	6,0	6,5	3,6	zero	1,8	7,0	3,0	5,0	5,0	4,0	4,5	4,4	Rep.	
80	Massa Ito	6,0	4,0	5,0	4,8	4,0	4,4	5,5	3,0	4,2	7,5	2,0	4,7	4,5	Rep.	
81	Maria de Lourdes Gilher	8,0	6,0	7,0	8,4	6,0	7,2	9,0	9,0	9,0	5,5	8,0	6,7	7,4	Ap.	
82	Maíe Rêdondo Gonçalves	6,0	4,0	5,0	2,4	4,0	3,2	7,0	3,0	5,0	6,0	7,5	3,0	5,2	4,8	Rep.
83	João Benckvich	6,2	3,0	4,6	7,6	6,0	6,8	7,0	6,0	6,5	6,0	7,0	6,5	6,1	Ap.	
84	Luzia Passi	9,4	8,0	7,7	9,2	5,0	7,6	9,0	10,0	9,5	9,5	10,0	9,7	8,6	Ap.	
85	Tércio Teillô	8,4	8,0	8,2	9,2	8,0	8,6	9,5	10,0	9,7	9,0	10,0	9,5	9,0	Ap.	
86	Antonio Ristanti	6,4	3,0	4,7	5,6	6,0	5,8	9,5	6,0	7,7	6,0	6,0	6,0	6,0	Ap.	
87	Ray Rodrigues de Castro	6,6	6,0	6,3	7,2	4,0	5,6	9,0	6,0	7,5	7,5	5,0	6,2	6,4	Ap.	
88	Aldo Fernandes	8,6	5,0	8,8	8,8	8,0	8,4	9,5	8,0	8,7	8,5	9,0	8,7	8,6	Ap.	
89	Mário Ribeiro Dehogrooso	5,6	5,0	5,3	8,0	2,0	5,4	8,5	4,0	6,2	6,0	3,0	4,6	5,3	Ap.	
90	Maria Teresa Louco	10,0	5,0	7,5	8,8	10,0	9,4	7,5	4,0	6,7	9,5	6,0	7,7	7,8	Ap.	
91	Dulce Gerá de Almeida	7,8	6,0	6,9	8,0	8,0	8,0	9,0	8,0	8,5	7,5	8,0	7,7	7,7	Ap.	
92	José Ribeiro da Silva	1,8	4,0	2,9	4,0	4,0	4,4	4,5	4,0	4,2	4,0	zero	2,0	3,5	Rep.	
93	Temas Maria Dora	7,8	8,0	7,9	8,4	6,0	7,2	9,0	8,0	8,5	7,5	7,0	7,2	7,7	Ap.	
94	Rúbia Teresa Bernardi	7,4	5,0	6,2	7,6	8,0	7,8	9,0	10,0	9,5	8,0	8,0	8,0	7,8	Ap.	
95	Dorel Lutteneschlager	8,8	6,0	7,4	7,6	6,0	6,8	8,0	10,0	9,0	7,5	8,0	7,7	7,7	Ap.	
96	Antônio Galvão Soares	4,4	2,0	3,2	4,8	8,0	6,0	7,0	1,0	5,5	6,5	9,0	7,7	6,4	Rep.	
97	Luís Rodrigues de Moura Maria	5,8	2,0	3,8	4,8	4,0	4,0	7,0	2,0	3,5	6,5	4,0	5,7	4,2	Rep.	

Luizita Diquez

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRAS" DE BAHIA

1.ª cadeira: Português
2.ª: Matemática
3.ª: Geografia
4.ª: História

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Fevereiro de 1955

93

N.º	NOMES	1.ª CADEIRA			2.ª CADEIRA			3.ª CADEIRA			4.ª CADEIRA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
98	Elaide Vitor	7,6	10,0	8,8	5,6	6,0	5,3	8,5	6,0	7,2	7,5	10,0	8,7	7,5	Ap.
99	Enay Hermontel Pauleta	6,6	5,0	5,8	8,0	4,0	6,0	7,5	5,0	6,2	6,5	3,0	4,7	5,6	Ap.
100	Elisa Amalva	6,0	2,0	4,0	4,4	zero	2,2	6,5	1,0	3,7	5,5	zero	2,7	3,1	Rep.
101	Minotaka Tamura	8,2	10,0	9,1	9,6	8,0	8,8	9,0	7,0	8,0	7,0	6,0	6,5	8,1	Ap.
102	Miva Pereira	4,6	3,0	3,8	3,2	zero	1,6	3,5	zero	1,7	3,5	zero	2,2	2,3	Rep.
103	Rubens Mineal	6,0	4,0	5,0	6,4	4,0	5,2	5,5	6,0	5,7	6,5	7,0	7,7	5,9	Ap.
104	Dinorah Bastiani	9,6	10,0	9,8	9,6	8,0	8,8	9,8	8,0	8,7	9,5	8,0	8,7	9,0	Ap.
105	Calisto Matinelli	8,4	9,0	8,7	9,2	8,0	8,6	9,5	8,0	8,7	10,0	9,0	9,5	8,8	Ap.
106	Alípio Moran Mamano	7,4	9,0	8,2	4,4	4,0	4,2	6,6	7,0	6,8	6,0	7,0	6,5	6,4	Ap.
107	Samir Magali Souleart	9,0	9,0	9,0	8,8	2,0	3,2	6,0	10,0	6,0	7,0	7,0	8,0	5,1	Ap.
108	João Souto Almeida	3,8	3,0	3,4	4,4	2,0	3,2	6,0	6,0	6,0	7,0	9,0	6,2	6,3	Ap.
109	Maria A pereida Collis	6,8	5,0	5,9	6,0	6,0	6,0	7,5	7,0	7,2	6,5	6,0	6,2	6,3	Ap.
110	José Campa	4,6	4,0	4,3	3,2	2,0	2,6	6,5	6,0	6,2	8,5	6,0	7,2	5,0	Rep.
111	Ezequiel Campa	6,6	2,0	4,3	4,4	4,0	4,1	7,5	8,0	7,7	8,5	8,0	8,2	6,0	Ap.
112	Maria do Carmo Francisco	7,0	5,0	6,0	4,8	4,0	4,4	4,5	6,0	5,2	6,5	6,0	6,2	5,4	Ap.
113	Castano Parel Nunes	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	Rep.
114	Antonio Marilhos Fonseca	7,4	7,0	7,2	6,4	2,0	4,2	7,5	8,0	7,7	6,0	6,0	6,0	6,2	Ap.
115	Arildo Ruiz Martins	8,6	4,0	6,3	7,2	2,0	4,2	8,0	6,0	7,0	6,0	2,0	4,0	5,4	Ap.
116	Erel Lutteneschlager	7,6	8,0	7,8	6,8	2,0	4,4	9,0	10,0	9,5	9,5	9,0	9,2	7,7	Ap.
117	Vanila Moreno	7,6	6,0	6,8	4,0	4,0	4,0	7,0	2,0	4,5	5,0	5,0	5,0	4,5	Rep.
118	Mário Soares de Oliveira	7,2	4,0	5,6	4,0	4,0	4,0	7,5	8,0	7,7	7,0	9,0	8,0	6,5	Ap.
119	Belmiro Maria Gill	5,6	3,0	4,5	4,8	4,0	4,4	4,5	2,0	3,2	8,5	9,0	8,2	5,0	Rep.
120	Valentim Ribeiro de Silva	6,0	3,0	4,5	5,6	zero	2,8	4,5	2,0	2,8	4,0	3,0	3,5	3,0	Rep.
121	Rosa Antunes de Costa	8,0	4,0	6,0	7,6	2,0	4,2	8,8	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2	Ap.
122	Francisco Sanches de Carvalho	6,4	6,0	6,2	4,8	4,0	4,4	6,5	5,0	5,7	7,0	8,0	7,5	5,9	Ap.
123	Pedro Mesquita	9,8	10,0	9,9	8,8	10,0	9,4	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	Ap.
124	Alvaro Siquelir Thomas	7,6	6,0	6,8	4,0	4,0	4,0	5,5	5,0	5,2	8,5	8,0	8,2	6,5	Ap.
125	Geórgia Lemphovick	4,6	2,0	2,5	4,0	4,0	4,0	3,5	zero	1,7	6,5	3,0	4,7	3,4	Rep.
126	Mário Firmão de Toledo	7,6	4,0	5,0	7,6	4,0	5,8	6,0	10,0	8,0	8,0	7,0	7,5	6,7	Ap.
127	Aldith Carvalho	8,4	6,0	7,2	6,8	4,0	5,4	8,0	8,0	8,0	7,5	8,0	7,7	7,0	Ap.
128	Maria Erel Fernandes	4,8	6,0	5,4	5,6	1,0	6,8	6,5	5,0	5,7	7,0	7,0	7,0	6,2	Ap.
129	José Ferreira Filho	6,2	4,0	5,6	5,2	5,0	5,6	4,0	1,0	2,5	5,0	2,0	3,5	3,8	Rep.
130	Maria Helena Rocha	8,6	3,0	5,8	5,4	3,0	7,2	7,5	5,0	6,7	7,0	5,0	6,0	6,4	Ap.

Luizita Diquez

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NEVES FERREZ" DE DUQUE

1.ª matéria: **Português**
2.ª - **Matemática**
3.ª - **Geografia**
4.ª - **História**

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de **Fevereiro** de 19 **55**

N.º	NOME	1.ª CADERNA			2.ª CADERNA			3.ª CADERNA			4.ª CADERNA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
131	Mário Arlindo Fonseca de Abreu	5,2	4,0	4,6	4,0	4,0	4,0	6,5	5,0	5,7	7,5	7,0	7,2	5,5	Ap.
132	Cleandir Antônio Bicalho	5,6	7,0	6,3	5,2	4,0	4,6	7,0	4,0	5,5	7,5	8,0	7,7	6,0	Ap.
133	Melissa Souza Gomes	5,0	5,0	5,0	5,2	2,0	2,6	6,0	5,0	5,5	4,0	zero	2,0	2,0	Rep.
134	Antonio Minsan	5,0	1,0	3,0	2,0	zero	2,6	5,0	5,0	5,0	4,0	0,0	0,0	0,0	Rep.
135	Florencia Frensel de Almeida	5,6	3,0	5,3	4,0	2,0	2,6	5,0	5,0	5,0	4,0	3,0	3,0	3,0	Rep.
136	Maris Theresa Fernandes	6,2	6,0	7,1	8,0	4,0	4,0	5,0	6,0	6,5	7,5	5,0	6,2	6,5	Ap.
137	Mariana Viga	10,0	0,0	5,0	7,6	4,0	5,8	5,5	6,0	6,7	6,0	7,0	7,5	7,7	Ap.
138	José Geraldo Melo	3,0	1,0	2,4	5,2	zero	2,6	5,0	8,0	3,5	5,0	7,0	6,0	3,6	Rep.
139	Ulysses Volpe	3,0	2,0	2,9	3,6	4,0	4,0	6,5	1,0	2,7	6,0	4,0	4,5	3,9	Rep.
140	Maria Aparecida Duarte	8,6	10,0	9,2	8,0	0,0	0,0	0,5	9,0	0,7	8,0	5,0	7,0	8,3	Ap.
141	Roberto Volpe	7,6	5,0	6,5	8,0	zero	4,0	8,0	6,0	7,0	7,0	6,0	6,5	5,9	Ap.
142	Afonso de Carvalho Nunes	7,0	6,0	6,5	6,0	2,0	4,0	7,0	6,0	6,5	8,0	6,0	7,0	6,0	Ap.
143	Mário Pereira	8,4	10,0	9,2	9,2	6,0	7,6	5,0	10,0	9,5	6,5	7,0	7,7	8,5	Ap.
144	Jayme Antonio Galicelli	6,0	5,0	5,9	8,4	8,0	8,2	6,5	7,0	6,7	6,0	4,0	5,0	6,4	Ap.
145	Alcides Flaminio Alves	3,6	5,0	5,3	2,4	2,0	2,2	2,0	3,0	2,5	5,0	7,0	6,0	3,5	Rep.
146	Lourdes Aparecida Peres	5,0	5,0	5,0	8,0	8,0	8,0	10,0	9,0	9,5	5,0	8,0	8,5	8,7	Ap.
147	Melvino Martins de Jesus	10,0	10,0	10,0	8,0	6,0	7,4	3,5	8,0	6,7	8,0	9,0	8,5	8,6	Ap.
148	Feliz Geraldo Lopes	4,0	4,0	4,0	5,6	6,0	4,0	7,0	7,0	7,0	6,0	5,0	5,5	5,5	Ap.
149	Luiz Flávio Bastos	3,4	6,0	7,7	8,0	10,0	9,0	3,5	10,0	9,7	7,0	7,0	7,0	8,5	Ap.
150	Maria Luiza Carmelo	7,6	7,0	7,5	7,6	4,0	5,8	6,0	7,0	6,5	5,0	10,0	9,5	7,2	Ap.
151	Milões de Oliveira	6,6	5,0	5,8	6,0	2,0	4,4	5,0	1,0	3,0	6,0	6,0	6,0	4,8	Rep.
152	Sidney Aguiar	5,0	8,0	6,9	5,6	6,0	7,8	8,5	6,0	8,7	5,0	10,0	3,5	8,7	Ap.
153	Manoel Pereira Martins	2,4	1,0	1,7	5,6	6,0	5,8	3,5	5,0	4,7	5,5	7,0	4,2	4,6	Rep.
154	Sérgio Pereira Cardoso	3,0	zero	1,5	6,4	2,0	4,2	4,5	1,0	2,7	4,0	5,0	4,5	5,2	Rep.
155	Sérgio João Rosal	6,0	5,0	4,9	7,2	2,0	4,6	7,5	8,0	7,7	7,0	5,0	8,0	6,5	Ap.
156	Claudete Rodrigues	3,2	0,0	0,6	8,4	6,0	7,2	3,5	3,0	3,2	7,5	7,0	7,2	8,0	Ap.
157	Edorilla Feltes	8,6	7,0	7,8	6,4	6,0	6,2	10,0	5,0	7,5	7,0	10,0	8,5	7,5	Ap.
158	Cleandir Garcia	7,2	1,0	4,1	5,2	2,0	3,6	5,0	5,8	7,0	6,0	5,0	5,5	5,0	Rep.
159	Gilmar Paulo	3,4	6,0	7,7	7,6	8,0	7,8	7,0	10,0	8,5	5,5	6,0	7,7	7,9	Ap.
160	João Vieira	5,0	3,0	4,0	8,0	10,0	9,0	6,6	6,0	6,2	8,0	7,0	7,5	6,6	Ap.
161	Geraldo Martin Gill	8,4	7,0	7,7	8,0	8,0	8,0	6,5	5,0	5,7	6,5	4,0	5,2	6,6	Ap.
162	Ailton Carvalho Nunes	5,4	4,0	4,7	6,8	4,0	4,0	6,0	7,0	6,5	6,0	5,0	5,5	5,5	Ap.
163	José Marques Louren	5,8	7,0	6,4	3,6	6,0	4,8	7,0	6,0	6,5	7,0	6,0	6,5	6,0	Ap.
164	Melvino Albino	7,2	5,0	6,1	8,4	2,0	5,2	5,5	3,0	3,2	5,5	6,0	5,7	5,0	Rep.

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NEVES FERREZ" DE DUQUE

1.ª matéria: **Português**
2.ª - **Matemática**
3.ª - **Geografia**
4.ª - **História**

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de **Fevereiro** de 19 **55**

N.º	NOME	1.ª CADERNA			2.ª CADERNA			3.ª CADERNA			4.ª CADERNA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
165	Arnaldo de Jesus Carvalho Nunes	3,6	5,0	5,3	7,6	6,0	6,0	6,5	4,0	5,2	8,5	8,0	8,2	5,8	Rep.
166	Antonio Aluísio Novelli	7,1	7,0	7,0	7,6	4,0	5,8	7,0	6,0	6,5	8,0	5,0	6,5	6,4	Ap.
167	Doroti Pereira	5,0	5,0	4,5	5,6	2,0	3,0	6,5	2,0	4,2	5,0	5,0	5,0	4,3	Rep.
168	João Julião de Oliveira	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	10,0	8,0	9,0	9,5	10,0	9,7	8,4	Ap.
169	Arnaldo Ruiz Martins	4,6	2,0	3,3	6,0	4,0	5,4	5,5	2,0	3,7	6,5	5,0	5,7	4,5	Rep.
170	Kazumi Euyaki	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	Rep.
171	Felício Ribeiro de Campos	4,2	3,0	3,6	6,8	4,0	5,4	7,0	3,0	5,0	5,0	7,0	6,2	5,0	Ap.
172	Jayme Pauladetto	5,6	5,0	5,3	6,4	4,0	5,2	7,5	7,0	7,2	5,0	5,0	5,0	5,6	Ap.
173	Eliete Corvalim	6,0	5,0	5,9	5,6	6,0	5,8	7,0	7,0	7,0	6,5	8,0	7,2	6,4	Ap.
174	Horárgenes Estanislau Florim	4,4	3,0	3,7	5,2	2,0	3,6	7,0	6,0	6,5	5,0	8,0	6,5	5,0	Rep.
175	Elvis Barbosa Rodrigues	7,0	5,0	6,0	5,2	zero	2,6	5,0	3,0	4,0	6,5	5,0	5,7	4,5	Rep.
176	Ilse Bernardes de Olive	8,7	7,0	7,8	6,4	4,0	5,2	8,5	5,0	8,7	8,0	8,0	8,0	7,4	Ap.
177	Roberto Martin Rodrigues	6,2	6,0	6,1	6,0	4,0	5,0	4,5	3,0	3,7	3,5	2,0	3,7	4,6	Rep.
178	Aparecida Fiadete Passarin	8,8	5,0	6,9	7,6	6,0	6,8	8,5	7,0	7,7	8,0	8,0	8,0	7,3	Ap.
179	Aldemar Soares	5,0	5,0	4,0	6,8	4,0	5,4	7,5	4,0	5,7	8,5	7,0	7,7	5,7	Ap.
180	Rogério Rod	6,4	7,0	6,7	4,8	zero	2,4	6,0	2,0	4,0	5,5	6,0	5,7	4,7	Rep.
181	Alvaro Teles de Meseses	7,6	7,0	7,5	8,4	4,0	6,2	8,5	3,0	8,7	8,0	7,0	7,5	7,4	Ap.
182	Aparecida Lopes Pinato	6,0	6,0	6,4	4,4	4,0	4,2	7,5	3,0	8,2	8,0	8,0	7,5	6,5	Ap.
183	José Edelvaldo Novelli	4,4	5,0	4,7	6,0	6,0	6,0	5,5	3,0	4,2	5,5	4,0	5,7	5,1	Ap.
184	Wilson Sampaio	6,0	5,0	5,5	2,8	4,0	5,4	6,0	5,0	5,5	7,5	8,0	7,7	5,5	Rep.
185	Rivaldo Sampaio	6,6	5,0	5,8	7,6	4,0	5,8	7,5	5,0	6,2	7,0	8,0	7,5	6,3	Ap.
186	Manoel Joaquim Vaz	7,2	6,0	6,6	8,0	8,0	8,4	10,0	8,0	9,0	8,5	8,0	8,2	8,0	Ap.
187	Wilson Ribeiro	6,0	zero	3,0	1,8	2,0	3,4	5,0	zero	2,5	3,5	3,0	3,2	3,2	Rep.
188	Sidney Ferrnades	7,6	2,0	4,8	6,8	6,0	6,4	8,0	4,0	6,0	8,0	8,0	8,0	6,5	Ap.
189	Elise Jobbe	5,6	5,0	5,3	5,2	4,0	4,6	6,0	5,0	5,5	5,5	3,0	4,2	4,9	Rep.
190	Roberto Kittas Bastos	4,6	7,0	5,0	7,2	6,0	6,6	4,0	2,0	3,0	5,0	7,0	5,5	5,2	Rep.
191	Jagyr de Rego Fontes	8,2	6,0	7,1	8,4	8,0	8,2	8,0	5,0	7,8	6,5	6,0	6,2	7,1	Ap.
192	Jadir Manoel Antonio	6,0	3,0	4,5	4,0	6,0	5,0	6,0	7,0	6,5	6,0	2,0	4,0	5,0	Ap.
193	Ilse Regina Martin de Lira	4,6	4,0	4,5	5,2	6,0	5,6	6,0	4,0	5,0	3,0	3,0	5,0	4,4	Rep.
194	Bruy de Oliveira	7,6	8,0	7,8	6,0	2,0	4,4	8,5	8,0	8,2	7,0	5,0	6,0	6,6	Ap.
195	Jurway Silante	7,0	6,0	6,6	5,6	zero	2,8	7,5	5,0	6,2	6,5	1,0	5,7	4,8	Rep.
196	Reber Pontado	8,6	6,0	7,3	7,4	4,0	5,8	5,2	7,0	8,2	8,5	5,0	6,7	7,0	Ap.

ESCOLA ESCOLA COMERCIAL SENAC " PATRÃO NUNO FURTADO " DE VITÓRIA

1.ª matéria: **Português**
2.ª - **Matemática**
3.ª - **Geografia**
4.ª - **História**

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Fevereiro de 19 55

N.º	NOMES	1.ª CADEIRA			2.ª CADEIRA			3.ª CADEIRA			4.ª CADEIRA			Média Final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
197	José Luiz Bona e Silva	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	6,5	3,0	7,7	5,5	2,0	3,7	5,0	Rep.
198	Mário Rosa	7,0	5,0	6,7	7,6	8,0	7,8	3,0	6,0	7,5	3,0	8,0	8,5	7,6	Ap.
199	Aureo Rosa	0,0	5,0	6,9	8,0	zero	3,4	7,5	3,0	8,2	3,0	6,0	7,5	6,5	Rep.
200	Ignel Nula	7,8	8,0	7,9	5,2	4,0	4,6	6,5	4,0	5,2	5,5	3,0	4,2	5,4	Ap.
201	Alceu Boqueatti	0,0	5,0	6,5	5,2	10,0	7,6	0,5	7,0	7,7	7,5	2,0	4,7	6,6	Ap.
202	Wanderlain Beraldo	6,0	3,0	4,5	4,0	4,0	4,0	6,5	2,0	4,2	6,5	3,0	4,7	4,5	Rep.
203	Luiz Augusto Garcia	8,4	7,0	7,7	8,0	8,0	8,0	7,5	3,0	8,2	3,5	4,0	6,7	7,6	Ap.
204	Paulinho Moraes	8,8	7,0	7,9	9,2	10,0	9,6	9,5	6,0	7,7	3,0	4,0	6,5	7,9	Ap.
205	José Francisco Felis	8,4	5,0	6,7	5,6	8,0	6,8	6,5	3,0	4,7	7,5	3,0	5,2	5,0	Ap.
206	Almeida José de Alencar	4,6	3,0	3,8	4,4	4,0	4,2	4,0	2,0	3,0	6,5	3,0	4,7	3,7	Rep.
207	Rodolff José Savelli	5,0	3,0	4,0	6,4	4,0	5,2	5,0	3,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,5	Rep.
208	Luiz Ivo Pasquierelli	6,2	5,0	5,6	8,0	1,0	6,0	3,0	3,0	4,0	6,0	3,0	3,5	4,7	Rep.
209	Leão Dentart Couto	7,8	6,0	6,9	5,6	8,0	6,8	7,0	3,0	6,0	7,6	3,0	8,2	6,9	Ap.
210	Derol Osageo	5,0	3,0	7,0	6,0	4,0	5,4	6,5	6,0	6,2	7,5	3,0	5,2	5,9	Ap.
211	Benedicto Assari Garcia	4,0	4,0	4,4	2,4	6,0	4,2	6,0	3,0	5,5	3,0	1,0	3,0	4,2	Rep.
212	Floriano Araújo de Melo	3,0	5,0	7,5	9,6	6,0	7,8	8,0	10,0	3,5	3,0	6,0	7,5	8,0	Ap.
213	Almeida de Rocha Osageo	6,2	5,0	5,6	6,0	2,0	4,0	6,5	5,0	6,2	6,0	3,0	4,5	5,0	Ap.
214	Maria Inês Rodrigues	7,0	5,0	6,0	5,6	0,0	6,8	7,0	4,0	5,5	5,0	5,0	5,5	5,9	Ap.
215	Orléo Raim	6,0	5,0	3,5	6,2	0,0	7,1	8,0	3,0	6,5	6,5	2,0	4,2	5,8	Ap.
216	Antônio Alves Netto	6,0	4,0	5,0	7,2	4,0	5,6	0,0	5,0	6,5	6,0	5,0	3,5	5,6	Ap.
217	Maria Moraes de Franco	7,8	6,0	6,9	7,2	6,0	6,6	8,5	10,0	9,2	7,5	9,0	9,2	7,9	Ap.
218	Antonio Galinhastro	6,6	7,0	6,8	6,4	4,0	5,2	3,0	8,0	8,5	3,5	6,0	4,7	6,8	Ap.
219	Wilson Ribes	6,2	2,0	4,1	8,8	4,0	6,4	3,5	8,0	8,7	8,5	3,0	8,7	6,9	Ap.
220	Isaacson Domingues	8,4	6,0	7,2	8,8	4,0	6,4	7,5	7,0	7,2	7,0	5,0	6,0	6,7	Ap.
221	Benedicto Gomes Silveira	6,2	10,0	9,1	9,2	0,0	8,6	3,0	10,0	9,5	9,0	7,0	8,0	8,8	Ap.
222	Vera de Lourdes Macedo	3,6	6,0	5,8	3,6	4,0	4,8	5,0	6,0	5,5	6,0	3,0	3,5	5,4	Ap.
223	Antônio Galinhastro	4,2	4,0	4,1	7,2	2,0	4,6	8,0	3,0	6,5	7,0	3,0	6,0	5,8	Ap.
224	Eugênia Maria Ribeiro	6,4	6,0	6,2	4,8	4,0	4,4	6,5	3,0	7,7	7,5	4,0	3,7	6,0	Ap.
225	Almeida Augusto Delf	6,0	5,0	5,5	7,2	10,0	8,6	6,0	3,0	4,5	5,5	3,0	6,2	6,2	Ap.
226	Alfego Ribes	6,4	3,0	5,7	5,6	8,0	5,8	7,5	6,0	6,7	7,5	3,0	6,2	6,1	Ap.
227	Almeida (Maria) Waldir Borden	4,0	3,0	3,9	5,6	6,0	5,8	4,5	3,0	3,7	4,5	2,0	3,2	4,1	Rep.
228	Wanderley José de Alencar	5,6	2,0	3,8	5,6	4,0	4,8	8,0	6,0	7,0	4,0	5,0	4,5	5,0	Rep.
229	Osvaldo de Oliveira Osageo	8,2	8,0	8,3	8,8	8,0	8,4	3,0	8,0	8,0	8,0	6,0	8,2	8,6	Rep.

ESCOLA ESCOLA COMERCIAL SENAC " PATRÃO NUNO FURTADO " DE VITÓRIA

1.ª matéria: **Português**
2.ª - **Matemática**
3.ª - **Geografia**
4.ª - **História**

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de Março de 1955

N.º	NOMES	1.ª CADEIRA			2.ª CADEIRA			3.ª CADEIRA			4.ª CADEIRA			Média Final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
230	Juvêncio de Oliveira Osageo	6,0	2,0	4,0	5,2	4,0	4,6	7,0	6,0	6,5	5,0	3,0	4,0	4,7	Rep.
231	Arivaldo Sérgio	5,6	2,0	3,8	4,4	2,0	3,2	5,5	2,0	3,7	5,5	1,0	3,2	3,4	Rep.
232	Benedicto Botelho de Souza	5,6	4,0	4,8	6,8	8,0	7,4	7,0	7,0	7,0	8,0	4,0	6,0	6,3	Ap.
233	Walter Osageo	5,6	5,0	5,3	6,0	6,0	6,0	8,0	6,0	7,0	7,5	3,0	6,2	6,1	Ap.
234	Almeida Brito	6,8	4,0	5,4	7,2	6,0	6,6	7,0	4,0	5,5	6,5	3,0	4,7	5,5	Ap.
235	Wilson Sérgio	1,0	1,0	1,0	4,4	2,0	3,2	3,0	3,0	4,0	4,0	zero	2,0	2,6	Rep.
236	Isaacson Rosa	7,0	3,0	5,0	4,4	4,0	4,2	3,0	4,0	3,5	2,5	3,0	2,2	3,7	Rep.
237	Almeida A. de Barros	8,0	4,0	6,0	6,4	4,0	5,2	7,5	5,0	6,2	5,5	6,0	5,7	5,7	Ap.
238	David de Carvalho Ribes	6,2	6,0	6,1	8,0	8,0	8,4	6,0	3,0	5,5	8,0	6,0	7,0	6,7	Ap.
239	Antonio Carvalho Ribes	2,0	2,0	2,0	4,0	10,0	7,4	2,5	zero	1,2	3,5	zero	1,7	3,1	Rep.
240	Walter Osageo	0,0	3,0	3,6	8,8	10,0	9,4	3,5	7,0	8,2	6,5	3,0	4,7	7,7	Ap.
241	Rubens Franco de Oliveira	4,4	7,0	5,7	5,6	4,0	4,8	6,0	8,0	7,0	3,5	3,0	4,2	5,4	Ap.
242	Maria A. Pereira Felis de Alencar	7,6	7,0	7,8	7,6	4,0	5,8	7,0	8,0	7,5	8,5	4,0	6,2	6,7	Ap.
243	Sérgio Orlando	5,0	1,0	3,0	4,0	4,0	4,4	5,5	3,0	4,2	6,0	2,0	4,0	3,9	Rep.
244	Almeida José Osageo	8,2	6,0	7,1	8,0	6,0	7,0	9,5	10,0	9,7	8,0	3,0	8,5	8,0	Ap.
245	José Carlos Rosa	7,8	6,0	6,9	8,0	4,0	6,0	5,5	3,0	5,2	7,0	4,0	5,8	5,9	Ap.
246	Sérgio Valentim Rosa	5,6	6,0	5,8	3,6	4,0	3,8	6,5	3,0	3,7	7,5	4,0	3,7	5,0	Rep.
247	Almeida Antônia de Almeida	8,8	4,0	7,4	5,2	10,0	7,6	8,0	8,0	8,0	7,5	3,0	5,2	7,0	Ap.
248	Almeida Tonetti de Almeida	10,0	7,0	8,6	6,0	8,0	7,4	10,0	3,0	3,5	8,5	6,0	7,2	8,1	Ap.
249	Antonio de Souza	4,2	3,0	3,4	3,6	1,0	3,8	5,0	2,0	3,5	8,0	6,0	7,0	4,4	Rep.
250	Sérgio Urbano Ferro	7,0	4,0	5,5	7,6	8,0	7,8	5,5	2,0	3,7	7,5	6,0	6,7	5,9	Rep.
251	Almeida Sérgio Alencar	7,6	7,0	7,5	4,0	2,0	3,4	6,5	5,0	6,2	4,5	1,0	2,7	4,9	Rep.
252	Almeida Sérgio Alencar	7,8	8,0	8,4	5,6	6,0	5,8	7,5	1,0	3,2	3,5	4,0	4,7	6,0	Ap.
253	Almeida Valentim de Alencar	4,8	8,0	4,4	4,4	2,0	2,2	2,0	2,0	2,0	4,0	3,0	3,5	3,0	Rep.
254	Almeida de Souza	3,0	8,0	2,9	2,8	zero	1,4	5,0	8,0	3,5	2,5	4,0	3,2	2,7	Rep.
255	Maria Aparecida de Souza	4,2	8,0	3,1	4,0	4,0	4,0	6,5	4,0	5,2	3,0	3,0	3,0	3,8	Rep.
256	José Waldir de Alencar	6,4	8,0	6,2	6,4	4,0	5,2	8,5	7,0	7,7	5,5	6,0	5,7	6,2	Ap.
257	Orléo Pereira dos Santos	zero	8,0	zero	3,6	zero	1,8	zero	zero	zero	4,5	zero	2,2	1,0	Rep.
258	José Carlos Telesir Ferreira	4,2	8,0	3,1	2,0	zero	1,0	3,0	2,0	2,5	5,0	1,0	3,0	2,9	Rep.
259	Elton Alves	6,8	8,0	6,4	7,2	4,0	5,6	8,0	6,0	7,0	8,0	5,0	5,5	6,8	Ap.
260	Orléo Alves Osageo	3,4	8,0	3,7	8,8	8,0	8,4	3,0	10,0	9,8	8,0	7,0	7,5	8,5	Ap.
261	Almeida Alberto Almeida	7,2	8,0	5,6	7,2	4,0	5,6	6,0	6,0	6,0	6,5	4,0	5,2	5,6	Ap.
262	Almeida Osageo	3,0	8,0	6,5	6,0	6,0	7,0	7,0	6,0	6,5	6,5	3,0	4,7	6,4	Ap.

ESCOLA ESCOLA COMERCIAL SENAS "PATRIHU SILVIO FERREIRAS" DE BOMBU

1.º módulo: **Português**
 2.º : **Matemática**
 3.º : **Geografia**
 4.º : **História**

Resultados dos Exames de Admissão, realizados no mês de **Fevereiro** de **19 55**

N.º	NOME	1.ª CADERNA			2.ª CADERNA			3.ª CADERNA			4.ª CADERNA			Média final no conjunto	
		P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final	P. E.	P. O.	Nota Final		
263	Belvaldo Moreira Santos	3,6	zero	1,8	3,2	1,0	3,6	5,5	3,0	4,2	5,3	1,0	3,2	3,2	Rep.
264	Aleide Alves	1,2	2,0	3,1	6,0	1,0	5,0	6,0	5,0	5,5	1,0	zero	2,0	3,9	Rep.
265	Nelly Pacheco de Assis Prado	1,2	5,0	4,6	2,6	6,0	4,2	5,5	2,0	3,7	1,0	zero	2,0	3,6	Rep.
266	Roberto Bone	6,6	5,0	6,2	7,2	1,0	3,6	6,5	7,0	6,7	6,0	3,0	4,5	5,7	Ap.
267	Manir de Lourdes Rompêlves	6,0	1,0	5,0	2,0	2,0	4,5	7,0	5,7	5,5	2,0	3,7	4,1	3,0	Rep.
268	Neuro Byron Oubril	6,0	5,0	7,0	3,6	1,0	4,8	6,5	5,0	5,7	3,0	2,0	3,5	3,0	Rep.
269	Antonio Bontto	9,4	6,0	6,7	6,4	6,0	8,2	8,5	9,0	8,7	6,0	6,0	6,4	6,4	Ap.
270	Dorvalles Bonifácio	6,4	7,0	7,7	3,2	2,0	2,6	6,0	6,0	6,0	6,0	1,0	5,0	5,3	Rep.
271	Elise de Gervasio	zero	zero	zero	4,0	zero	2,0	zero	zero	zero	7,0	zero	3,5	4,3	Rep.
272	Aadilton Alves	3,0	3,0	4,0	4,8	zero	2,4	4,5	2,0	3,2	7,5	5,0	6,2	5,9	Rep.
273	João Bruno de Silva	7,6	5,0	6,3	5,6	6,0	5,8	6,0	6,0	7,0	7,0	2,0	4,5	5,9	Ap.
274	Valde Macedo Mesado	6,8	1,0	5,4	4,0	1,0	4,0	6,5	2,0	4,2	6,5	1,0	5,2	4,7	Rep.
275	Marli Amarel	5,6	5,0	5,5	3,6	2,0	2,8	3,5	3,0	4,2	6,5	4,0	5,2	4,3	Rep.
276	Yara Rula Romachale	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	Rep.
277	Lafa Magliane Garcia	7,2	2,0	4,6	5,2	1,0	4,6	9,5	9,0	9,2	7,5	1,0	5,7	6,0	Ap.
278	Ornando Maria Montez	4,2	1,0	4,1	6,4	6,0	6,2	4,5	4,0	4,2	5,5	2,0	3,7	4,5	Rep.
279	Isabel Fernandes	5,2	1,0	3,6	6,4	6,0	6,2	7,5	7,0	7,2	6,0	1,0	5,0	3,0	Rep.
280	Walter Riehl	3,6	2,0	2,8	4,0	zero	2,0	5,0	2,0	3,5	5,5	3,0	4,2	3,1	Rep.
281	Edislan de Freitas Barbosa	7,0	1,0	5,9	5,2	1,0	4,6	8,5	7,0	7,7	5,8	6,0	6,7	6,1	Ap.
282	Neuro Rafael Garcia	7,6	3,0	6,3	6,4	1,0	5,2	7,0	9,0	8,0	6,0	4,0	5,0	6,1	Ap.
283	Salom Antonio Gineses	7,6	7,0	7,5	9,2	10,0	9,5	6,0	6,0	6,0	6,5	1,0	3,7	6,6	Rep.
284	João Loran	6,6	5,0	5,8	8,8	6,0	7,4	7,5	5,0	6,2	8,0	2,0	5,0	6,2	Ap.
285	Maximiliano de Frounce Mire F. Gonçalves	6,6	7,0	6,8	8,0	6,0	7,0	5,5	5,0	5,2	6,5	6,0	6,2	6,3	Ap.
286	Elise Lautenschlager	7,0	1,0	5,5	4,8	6,0	5,4	1,0	3,0	3,5	7,0	1,0	5,5	4,9	Rep.
287	Neuro Danete	5,4	3,0	4,2	3,2	1,0	3,6	4,5	1,0	4,2	7,0	1,0	5,5	4,8	Rep.
288	Ailton Antonio Balone	3,0	1,0	4,9	6,0	6,0	7,0	4,5	3,0	3,7	7,5	1,0	5,7	5,5	Rep.
289	Sérgio Souza	9,4	7,0	8,2	8,0	6,0	7,4	6,5	7,0	6,7	7,0	7,0	7,0	7,3	Ap.
290	Neuro Tenente	6,0	6,0	6,5	6,4	1,0	5,2	6,0	2,0	4,0	7,5	10,0	8,7	6,1	Ap.
291	Wilson do Carmo Castro	3,8	2,0	2,9	2,8	6,0	4,4	4,0	6,0	5,0	5,0	2,0	3,5	3,9	Rep.
zero	zero - zero - zero - zero - zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero

M. F.
Regina Diquez
[Signature]

ANEXO H – Relação dos alunos matriculados por turma

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRA" DE NUNU

Censo **COMERCIAL NÚMERO**
Série **18**
Turma **1**
Turno **noturno**

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data do nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula (anual)	Observações
1	Aldo Fernandes	2-8-1937	M.	Eligio Fernandes Aparecida Lima	Campanário-MS-0	Brasileira	1-3-1955	
2	Anna Rodrigues	15-11-1940	F.	Antonio Rodrigues Teresa Vieira	Beuru-SP	"	"	
3	Antonio Rosato	18-4-1940	M.	Bernardina Maria Rosato Cecilia DuMuniro Rosato	São Carlos-SP	"	"	
4	Elias Augusto Dardé	5-6-1934	M.	Luiz Dardé Albina Luiza Bertozzi	Ubirama-SP	"	"	
5	Eliete Maria Meneses	5-2-1932	F.	Bernabé Moran Mondragon Berfina Meneses Moran	Beuru-SP	"	"	
6	Galisto Martinelli	25-7-1926	M.	Antonio Martinelli Petronilla Valsassina	Rio Esp.do Sul	"	"	
7	Cid Carvalho	16-6-1939	M.	Epheleto de Carvalho	Beuru-SP	"	"	
8	Clarice Teles	7-1-1940	F.	Joaquim Teles Sobrinho Maria Augusta Natta	Jua-SP	"	"	
9	Claudete Rodrigues	9-7-1941	F.	Sebastião Rodrigues Maria Glegris Mendes	Aracaju-SP	"	"	
10	Deira Tametti de Almeida	10-8-1938	F.	João Batista de Almeida Anna Tametti	Beuru-SP	"	"	
11	Elanah Betsalini	23-3-1929	F.	Netel Betsalini Maria Betsalini	Beuru-SP	"	"	
12	Floripes de Araújo Mello	25-7-1936	F.	Hermes de Araújo Mello Theressa de Araújo Mello	Dona Córrego	"	"	
13	Genelde Borges	10-1-1930	M.	João Borges Olympia Betsal	Beira Bonita-SP	"	"	
14	Hiroshi Tsunura	20-7-1941	M.	Kusuo Tsunura Iku Tsunura	Perceira Barreto	"	"	
15	Jarbas Ferreira Duarte	27-8-1939	M.	Djalma Duarte Djalma Ferreira Duarte	Beuru-SP	"	"	
16	João Julião de Oliveira Junior	8-9-1935	M.	João Julião de Oliveira Antonia Maria Macarenhas	Gerges-SP	"	"	
17	João Roberto Ferreira	12-4-1942	M.	Nonair Ferreira Rosa do Nascimento Ferreira	Federais-SP	"	"	
18	Lourdes Apolônio Ferreira	21-10-1938	F.	Castellio Lopes Ferreira Elbina Rosa Ferreira	Itapui-SP	"	"	

Luizinha Diquez

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRA" DE NUNU

Censo **COMERCIAL NÚMERO**
Série **18**
Turma **1**
Turno **noturno**

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data do nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula (anual)	Observações
19	Luiz Pascal	25-5-1920	M.	João Pascal Elvira Pascal	Geturano-SP	Brasileira	1-3-1955	
20	Luiza Aparecida João	23-5-1941	F.	Paulo João Aurora Maseto João	Barrocas-SP	"	"	
21	Luiza Ficole Bastos	30-9-1941	F.	Juvencio Silvestre Bastos Conceição Ficole Bastos	Beira Grande-SP	"	"	
22	Melvino Martiniano de Oliveira	12-4-1921	M.	Andrelino Martiniano de Oli- via Maria Blagi de Oliveira	Santa Lúcia-SP	"	"	
23	Mencal Joaquim Vaz	5-11-1936	M.	Custódio Vaz Marcelina do Rosário Garcia	Alvaredo	Portuguesa	"	
24	Maria Aparecida Duarte	5-5-1935	F.	Atílio Duarte Eulmira Faustina de Silva	Cametá-SP	Brasileira	"	
25	Maria Elia Cere	28-5-1919	F.	Pedro Cere Luiza Bernadelli Cere	Dona Córrego	"	"	
26	Mário Pereira	27-4-1930	M.	Josué Pereira Netto Mullia de Jesus	Beuru-SP	"	"	
27	Maraliliana Proença Naira P. Bongi- oni	9-9-1935	F.	Vicente Maria Patrícia Bongi- oni Eidevis Maria Nordgirdjone	Longoia-SP	"	"	
28	Minetaki Tsunura	13-7-1937	M.	Kusuo Tsunura Iku Tsunura	Beuru-SP	"	"	
29	Olívio Alves Carrier	5-6-1931	M.	Lindolphe Alves Carrier Sebastiana Maria de Carmo	Ipanga- SP	"	"	
30	Pedro Mesquita	20-2-1934	M.	João Asdrúbal Mesquita Aparecida Condiz Mesquita	Tibirigatã-SP	"	"	
31	Pilar Moran Meneses	7-8-1937	F.	Bernabé Moran Mondragon Berfina Meneses Moran	Beuru-SP	"	"	
32	Roberto Rufino de Silva	6-8-1936	M.	Léopoldo Rufino de Silva Tertuliana Rosa	Dartim-SP	"	"	
33	Rodolpho Cayrl	21-11-1936	M.	Antonio Cayrl Idylia Brenno Cayrl	Dartim-SP	"	"	
34	Salvador Gomes Silveira	27-9-1932	M.	Gabriel Gomes de Moraes Laura Silveira de Gomes	Piedade-SP	"	"	
35	Stáney Aggolini	5-7-1938	M.	João Aggolini Luzia Alcega Aggolini	Fazópolis-SP	"	"	
36	Stáney Tabenas	26-10-1939	F.	Francisco Tabenas Aurea Rodrigues Tabenas	Guilme-SP	"	"	
37	Silvio Moura Velho	1-9-1943	M.	Francisco Moura Velho Marjory Pagnoni Velho	Beuru-SP	"	"	
38	Tárcio Tullio	7-10-1934	M.	João Tullio Maria Tullio	Aracaju-SP	"	"	
39	Valdir de Oliveira	6-12-1937	M.	João de Oliveira Isabel Alarcon	Beuru-SP	"	"	

Luizinha Diquez

ESCOLA COMERCIAL HENRI "PATRONO NELSON FERRETTES" DE SAUPE

Curso **COMERCIAL MÉRICO** 101
Série **1A**
Tomo **2**
Folha

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Município	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observação
10	1 Alvaro Teles de Meseses	15-9-1957	m.	José Teles de Meseses Maria Isabel Pacheco		Brasileira	1-3-1955	
11	2 Aparecida Piedade Passalim	6-11-1957	f.	Luiziana Pereira Passalim Isaltina Pereira	Maratão-SP	"	"	
12	3 Aracy Coelho Moreira	28-7-1940	f.	João Coelho Moreira Elfrida M. Coelho Moreira	Beaurio-SP	"	"	
13	4 Célia Theresinha Cerpi	3-10-1959	f.	Antonio Metal Cerpi Idyllia Bruno Cerpi	Durantine -SP	"	"	
14	5 Darcy Lutteneschlager	3-6-1959	f.	Ernesto Lutteneschlager Olga Santa Lutteneschlager	São Paulo-SP	"	"	
15	6 Dulce Gerê de Almeida	15-10-1933	f.	Antonio Gomes de Almeida Ana Gerê de Almeida	Beaurio-SP	"	"	
16	7 Ezequiel Vicari	3-3-1941	f.	José Vicari Fulgencio Capella Vicari	Beaurio-SP	"	"	
17	8 Edinês Teresa Bernardi	10-1-1954	f.	João Bernardi Dona Estela Guedes Bernardi	Piritininga-SP	"	"	
18	9 Escrição Feltoz	1-12-1940	f.	Aristides Feltoz Teles Aurore Gomes de Oliveira	Corumbá-SP	"	"	
19	10 Elycio Gomes Caldeira	14-6-1925	m.	Ávelino Gomes Caldeira Bernarda Manoello Caldeira	Igarapé do Tietê	"	"	
20	11 Eroy Lutteneschlager	13-2-1957	f.	Ernesto Lutteneschlager Olga Santa Lutteneschlager		"	"	
21	12 Geraldina Martiniana de Jesus	9-9-1957	f.	Vitalino Gonzaga Oliveira Marizete Maria de Jesus	Paqueta de Palmas	"	"	
22	13 Gilma Paulo	28-1-1951	f.	Guarnirio Silva Jda Paula	Beaurio-SP	"	"	
23	14 Ilma Bernabedes de Silva	2-3-1940	f.	Antonio Bernardes de Silva Helena Gonçalves de Silva	Agua Limpa-SP	"	"	
24	15 Izabel de Jesus Alamo	1-1-1945	m.	Vicente Alamo Maria Angela Franco	Beaurio-SP	"	"	
25	16 José Reis de Castro	12-8-1938	m.	José Rodrigues de Castro Adelaide Reis de Castro	Sandelrentes	"	"	
26	17 Leonilda Gatti	17-8-1927	f.	Ernesto Gatti Ammelena Luperdelli	Dona Córregos	"	"	
27	18 Luis Augusto Cardia	21-9-1936	m.	Luis de Oliveira Cardia Maria Masson Cardia		"	"	
28	19 Mayra de Lourdes Oliber	10-4-1928	f.	Martina Oliber Maria Gonçalves	Beaurio -SP	"	"	
29	20 Maria Luiza Carneiro	20-5-1945	f.	João Batista Carneiro Iraci de Rocha Carneiro	Beaurio-SP	"	"	

Luiz Carlos Dreyfus

ESCOLA COMERCIAL HENRI "PATRONO NELSON FERRETTES" DE SAUPE

Curso **COMERCIAL MÉRICO** 102
Série **1A**
Tomo **2**
Folha **029780**

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Município	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observação
30	21 Maria Luiza Frota	12-2-1957	f.	Jonas Alves de Frota Isabel Gerês de Frota	Beaurio-SP	Brasileira	1-3-1955	
31	22 Maria Norales de Franco	6-6-1950	f.	Daniel Norales Dolores Franco	Zaluz-SP	"	"	
32	23 Maria Theresá Loução	13-3-1957	f.	Domingos Loução Maria Alves Loução	Beaurio-SP	"	"	
33	24 Mário Eduardo Algodoni F. Alves	20-5-1941	m.	Guilherme Barreira Alves SR Maria Rita A. Ferrreira Alves	Beaurio-SP	"	"	
34	25 Mário Rosa	11-7-1940	m.	Benedicto Rosa Cristina Dalprato Rosa		"	"	
35	26 Marlene Soares de Moura	11-10-1939	f.	Sebastião Soares de Moura Clara Moura de Moura	Beaurio-SP	"	"	
36	27 Marlene Vigo	6-10-1940	f.	Luis Vigo Sebastião Pereira Vigo	Vergem Ilustre	"	"	
37	28 Maude Clarissa Pacheco	1-7-1956	f.	Augusto Pacheco Angelina Bisson		"	"	
38	29 Mauro Gomes de Almeida	5-12-1941	m.	Antonio Gomes de Almeida Anna Gerê de Almeida	Beaurio-SP	"	"	
39	30 Pantaleão Norales	30-4-1935	m.	Daniel Norales Dolores Franco		"	"	
40	31 Sara Nakamura	15-12-1942	f.	Yukiko Nakamura Teruo Nakamura	Agudos-SP	"	"	
41	32 Santa Magali Goulart	1-11-1933	f.	João Ferrreira Goulart Carmen Manches Gutierrez	Dourados-SP	"	"	
42	33 Sérgio Zanata	6-6-1954	m.	Lourenço Zanata Leila Chiconato	Tibiriçá-SP	"	"	
43	34 Silvio de Araujo	2-3-1958	m.	Isolina de Araujo	Durantine-SP	"	"	
44	35 Tessa Maria Doró	28-11-1958	f.	Alberto Doró Dora Manoel	Potumirim-SP	"	"	
45	36 Theresinha Gema Cunha	17-5-1958	f.	José Geraldo de Cunha Maria Aparecida de Cunha	Beaurio-SP	"	"	
46	37 Walter Fernandes	18-7-1942	m.	Netero Fernandes Elvira do Carmo Fernandes	Beaurio-SP	"	"	

Luiz Carlos Dreyfus

ESCOLA COMERCIAL SENEC "PATRÔNIO NELSON FERREIRAS" DE SAUÍ

Cena COMERCIAL SENEC
Série 1ª
Tema 3
Tudo RESUMO

103

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data do nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Natalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observações
77	1 Ademar Renato Hurtado	10-7-1940	M.	José Hurtado Euzerázeo Renato Hurtado	Deuru-SP	Brasileira	1-3-1955	
78	2 Aldath Carvalho	11-9-1919	F.	Albarto Mendes de Carvalho Judith Brochá	Deuru-SP	"	"	
79	3 Alípio Moran Mamato	13-9-1941	M.	Bernabé Moran Mondragon Socéfia Mamato Hurtado	Deuru-SP	"	"	
81	4 Antonio Aluizio Novelli	20-6-1930	M.	Demofrio Novelli Rose Fialho Novelli	Oriente-SP	"	"	
81	5 Antonio Quinhoneiro	23-10-1939	M.	Lui Quinhoneiro Alice Crepaldi Quinhoneiro	Deuru-SP	"	"	
82	6 Antonio Reis de Castro	17-1-1940	M.	José Rodrigues de Castro Adelaide Reis de Castro	Deuru-SP	"	"	
85	7 Antonio Rodrigues Virgílio	26-8-1937	M.	José Rodrigues Gimenez Mutilas Virgílio	Santa Brésille	"	"	
86	8 Aparecida Lopes Fumato	4-6-1943	F.	José Lopes Feres Rose Fumato Feres	Itapetinga-SP	"	"	
85	9 Arlete Gerilli Silva	23-9-1941	F.	Isabela Alves de Silva Iris Gerilli de Silva	Aragatuba-SP	"	"	
86	10 Arlete Maria Alves Moraes	25-9-1937	F.	Emílio Alves Moraes Ana Catarina Moraes	Deuru-SP	"	"	
87	11 Dalva Serra de Silveira	22-8-1934	F.	Antonio Serra de Silveira Sílvia de Oliveira Silveira	Avaí-SP	"	"	
87	12 David Carvalho Ribes	22-12-1937	M.	José Carvalho Prieto Francisco Ribes Veloso	Deuru-SP	"	"	
89	13 Divalva Antônia de Almeida	18-1-1940	F.	José Batista de Almeida Ana Antônia de Almeida	Deuru-SP	"	"	
90	14 Dirceu Moschetti	31-7-1933	M.	Agostelo Moschetti Amélia Rosa	Deuru-SP	"	"	
91	15 Emu de Oliveira	13-9-1940	F.	Santos Gonçalves de Oliveira Márcia Pietro de Oliveira	Deuru-SP	"	"	
92	16 Eteher Mathews Fentendo	3-2-1939	F.	Osvaldo Almeida Fentendo Margarida Mathews Fentendo	Deuru-SP	"	"	
93	17 Geraldo Maria Gil	3-3-1939	M.	Caetano Maria Filho Festina Gil Maria	Deuru-SP	"	"	
94	18 Hiroyo Tamura	25-4-1943	F.	Hiroyo Tamura Iku Tamura	Ferrela Barreto	"	"	
95	19 Ivesam Domingues	11-6-1941	F.	José Luis Domingues Ana Beatriz Domingues	Cebaltes-SP	"	"	

Chiquinha Dreyfus

ESCOLA COMERCIAL SENEC "PATRÔNIO NELSON FERREIRAS" DE SAUÍ

Cena COMERCIAL SENEC
Série 1ª
Tema 3
Tudo RESUMO

104

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data do nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Natalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observações
96	20 Ivani de Lourdes Bernardi	17-7-1940	F.	José Bernardi Donatilla Guadés Bernardi	Piratinanga-SP	Brasileira	1-3-1955	
97	21 Jacir de Rago Pontes	16-3-1931	M.	Maurício Pontes Albaida Amarel Pontes	Avaí-SP	"	"	
98	22 Jaque Antônia Galineali	5-1-1938	M.	José Galineali Hermânia Estelina	Oriente-SP	"	"	
99	23 João Vieira	4-6-1937	M.	Paulino Vieira Carolina Drey Vieira	Deuru-SP	"	"	
101	24 Jovino Simeões	11-2-1930	M.	João Simeões Carolina Augusta Simeões	Deuru-SP	"	"	
101	25 Leon Denisart Conte	14-12-1937	M.	Augusto Conte Cecília Aparecida Buena	Serra Bonita-SP	"	"	
102	26 Lourdes de Jesus Pereira	4-2-1943	F.	José Pereira Netto Marta de Jesus	Deuru-SP	"	"	
103	27 Maria Aparecida Felix de Abreu	1-6-1941	F.	Antonio Felix de Abreu Martina Nunes de Cruz	Itapui-SP	"	"	
104	28 Maria Helena Rocha	9-10-1942	F.	Pedro Francisco de Rocha Maria Aparecida de Rocha	Serra Jul-SP	"	"	
105	29 Maria José Pontes	12-12-1939	F.	Juvenino Pontes Osória de Sousa Pontes	Deuru-SP	"	"	
106	30 Maria Theresá Fernandes	15-10-1934	F.	Pedro Fernandes Isolene Gresta	Deuru-SP	"	"	
108	31 Maria Firmino de Toledo	5-10-1939	M.	Thomas Firmino de Toledo Rita Estelina de Silva	Brasão-SP	"	"	
109	32 Nelson Ribes	23-10-1941	M.	Antonio Ribes Filho Blomendes Eliséu Ribes	Deuru-SP	"	"	
109	33 Osair Cepelato	19-5-1942	M.	Osvaldo Cepelato Juvenino Cepelato	Deuru-SP	"	"	
110	34 Osair Cepelato	25-12-1943	M.	Osvaldo Cepelato Juvenino Cepelato	Deuru-SP	"	"	
111	35 Oete Alamo Pinheiro	5-9-1942	F.	Arlindo Batista Pinheiro Rose Alamo Pinheiro	Deuru-SP	"	"	
112	36 Ruy Rodrigues de Castro	19-1-1940	M.	Alfredo Rodrigues de Castro Marta Reis de Castro	Piratinanga-SP	"	"	
113	37 Sílvia José Pereira de Araujo	29-10-1942	M.	José Montelo de Araujo Elôria Pereira de Araujo	Rio de Janeiro	"	"	

Chiquinha Dreyfus

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NEILSON FERNANDES" DE SÃO PAULO

RELACÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

Casa COMERCIAL SÉCIO
Série 18
Turma 1
Tema noturno

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observação
1	Afonso Carvalho Nunes	19-2-1942	M.	Benjamin Carvalho Prieto Marta Nunes Pereira	Beuru-SP	Braziliana	1-3-1955	
2	Alvaro Siqueira Thomas	30-8-1939	M.	José Marcelino Thomas Benedita Siqueira Thomas	Beuru-SP	"	"	
3	Antonio Morilhas Fonseca	13-1-1941	M.	José Morilhas Rufa Marta Fonseca Morilhas	Beuru-SP	"	"	
4	Antonio Risnatti	5-12-1941	M.	Albino Risnatti Alice Cassaro	Broton- SP	"	"	
5	Benedicto Botelho da Sousa	16-11-1938	M.	Otávio Botelho Gerilda Tereza Botelho	Corrientes-SP	"	"	
6	Claudemir Antonio Biscolahin	6-3-1942	M.	Arnaldo Biscolahin Mair Beatriz Biscolahin	Beuru-SP	"	"	
7	Emm Antunes da Costa	12-3-1942	F.	Sebastião Antunes da Costa Ann Lourenço da Costa	Corumbá-St.O.	"	"	
8	Elisio Covolan	7-2-1941	M.	Olimpio Covolan Lucia Tenor	Agudos-SP	"	"	
9	Eugênia Maria Minhoto	18-5-1939	F.	Antonio Fonseca Minhoto Ribeirga José Silva Minhoto	Beuru-SP	"	"	
10	Everaldo Gonçaga	13-12-1942	M.	José Gonçaga Luzia Gonçaga	Beuru-SP	"	"	
11	Francisco Gonçalves Carvalho	3-1-1940	M.	Antonio Gonçalves Ajarom Conceição Carvalho Prieto	Tibiriçá-SP	"	"	
12	Gerson de Souza Franco	30-5-1942	M.	Paulo Souza Franco Olinda Fernandes Franco	Federmelva-SP	"	"	
13	João Bukvich	12-11-1940	M.	Paulo Bukvich Josefa Follida Bukvich	Piratinanga-SP	"	"	
14	José Rodrigues de Sousa	2-11-1941	M.	Mário Rodrigues de Sousa Marta de Lourdes Sousa	Beuru-SP	"	"	
15	José Lora	10-1-1938	M.	José Lora Colombine Fuzetti	Floresta-SP	"	"	
16	José Marques Lontre	6-6-1941	M.	João Marques Lontre Leutimara Soares Lontre	Beuru-SP	"	"	
17	José Waldir de Silve	21-2-1940	M.	Valdivino Alves Melo Silvêria Maria de Jesus	Afonso Pena-Cg	"	"	
18	Leôncio Ferraz Duarte	18-9-1942	M.	Djalma Duarte Djanira Ferraz Duarte	Beuru-SP	"	"	
19	Luis Rogério Urcala	30-12-1941	M.	Antonio Gereta Isabel Rogério	Beuru-SP	"	"	

Assinaturas: [Handwritten signatures]

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NEILSON FERNANDES" DE SÃO PAULO

RELACÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

Casa COMERCIAL SÉCIO
Série 18
Turma 1
Tema noturno

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observação
20	Marta Aparecida Collie	26-2-1942	F.	Orlando Collie Valeriana Jureza Collie	Tibiriçá-SP	Braziliana	1-3-1955	
21	Marta Erzi Fernandes	11-5-1942	F.	Jacob Fernandes Silve Marta Dolores Silvestre	Beuru-SP	"	"	
22	Mário Soares de Oliveira	25-9-1939	M.	Gergênia Soares de Oliveira Otávio Ortiz de Oliveira	Beuru-SP	"	"	
23	Mauro César	27-3-1939	F.	Paulino César Juliana Fernandes	Beuru Grande-SP	"	"	
24	Mauro Rafael Garcia	15-4-1940	M.	Rafael Garcia Aparecida Capel Garcia	Beuru-SP	"	"	
25	Maxel Decimone	9-9-1942	M.	Carlos Decimone Arlene Cecília Decimone	Beuru-SP	"	"	
26	Newton Ferreira Marmental	3-2-1936	M.	Alcides Ferreira Marmental Sebastião Rodrigues	Jacú-SP	"	"	
27	Noboru Tsumaba	16-7-1941	M.	Riçô Tsumaba Tatuko Tsumaba	Beuru-SP	"	"	
28	Odina Silveira Alie	10-8-1941	F.	João Silveira Alie Alair Rodrigues Silveira	Beuru-SP	"	"	
29	Rivaldo Sampaio	1-7-1939	M.	Pomilio Sampaio Ann Berna Sampaio	Beuru-SP	"	"	
30	Rubens Dineal	30-5-1938	M.	Eruggêto Dineal Marta Yopes Dineal	Beuru-SP	"	"	
31	Ruth Costa	21-8-1940	F.	José Domingues Costa Germilla Costa	Ubatuba-Miranda-SP	"	"	
32	Sérgio Augusto Niehl	5-5-1943	M.	Arno Niehl Joquina Neta Niehl	Guaianás-SP	"	"	
33	Sérgio João Rosel	22-6-1940	M.	Pedro Rosel Fracisco Pavao	Jacú-SP	"	"	
34	Sidney Gomes Fernandes	27-5-1937	M.	João Gomes Fernandes Benedicta Barbosa Fernandes	Beuru-SP	"	"	
35	Zuleide de Freitas Barbosa	18-10-1939	F.	Nolane Pereira Barbosa Ann de Freitas Barbosa	Beuru-SP	"	"	

Assinaturas: [Handwritten signatures]

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRA" DE MARIU

Curs: **COMERCIAL MÉRICO** 107
Série: **188**
Tomo: **5**
Folha: **noturna**

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observações
1	Akira Saito	10-3-1937	m.	Toyoki Saito Etsu Saito	Buenos-Aires-Arg.	Japonesa	1-3-1955	Inscrito no Consulado Japonês, na Argentina.
2	Aldemar Sanchez	30-8-1940	m.	Basílio Sanchez Laura Brasileira	Bandeirantes-SP	Brasileira	"	"
3	Alvaro Alberto Amante	13-10-1943	m.	João Alvaro Amante Jr. Adelina Casella	Beauru-SP	"	"	"
4	Américo Quinhoneiro	13-12-1940	m.	Luiz Quinhoneiro Alice Gregaldi Quinhoneiro	Beauru-SP	"	"	"
5	Antonio Carvalho Nunes	12-7-1935	m.	Benjamin Carvalho Prieto Marta Nunes Carvalho	Beauru-SP	"	"	"
6	Antonio Ribes Netto	26-2-1940	m.	Antonio Ribes Netto Eliandrea Bisolin	Beauru-SP	"	"	"
7	Arlindo Rufa Martins	29-5-1938	m.	João Maria Rufa Lopes Dolores Martins Lopes	Beauru-SP	"	"	"
8	Cleora de Souza	8-6-1941	f.	Antonio José da Silva Gerusa Souza da Silva	Beauru-SP	"	"	"
9	Darel Camargo	22-3-1942	m.	Judith Rodrigues Camargo Benedito Camargo	Beauru-SP	"	"	"
10	Edegenes Fiacchini Fiorian	8-8-1943	m.	Luiz Fiorian Catarina Borden Fiorian	Itaja-SP	"	"	"
11	Edson Brandino de Oliveira	8-3-1945	m.	João Brandino de Oliveira Olivia Figueiredo de Oliveira	Beauru-SP	"	"	"
12	Edson da Rocha Camargo	26-11-1942	m.	Darcivalda Rocha Camargo Divino Gonçalves Camargo	Beauru-SP	"	"	"
13	Eli Ana Bernardi	14-8-1942	f.	João Bernardi Donaclia Guedes Bernardi	Beauru-SP	"	"	"
14	Eli de Liza de Jesus	24-8-1939	f.	Argemiro Alves Marta Ribeiro dos Duros Alves	Toledo Foz-SP	"	"	"
15	Eli de Carvalho	5-5-1937	f.	Ana de Carvalho	Foz. Alves-SP	"	"	"
16	Isabel Ruiz	30-7-1942	f.	Elonias Ruiz Isabel Fernandes Ruiz	Beauru-SP	"	"	"
17	Jadir Manoel Antonio	18-4-1941	m.	Benedito Manoel Antonio Luiza Silveira	Bandeirantes-SP	"	"	"

Priscilla Diquez

ESCOLA COMERCIAL SENAC "PATRÔNIO NELSON FERREIRA" DE MARIU

Curs: **COMERCIAL MÉRICO** 108
Série: **188**
Tomo: **5**
Folha: **noturna**

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

N.º	NOMES	Data de nascimento	Sexo	FILIAÇÃO	Naturalidade	Nacionalidade	Data de matrícula inicial	Observações
166	Jaysa Paquetto	1-1-1937	m.	Otávio Paquetto Margarida Oriando	Agudos-SP	Brasileira	1-3-1955	"
167	João Bueno da Silva	17-6-1940	m.	Liberto Bueno da Silva Nasline Goldina da Silva	Osias-SP	"	"	"
168	João Ederaldo Novelli	12-12-1939	m.	Demétrio Novelli Rosa Filho Novelli	Oriente-SP	"	"	"
169	João Francisco Fobia	20-3-1938	m.	João Fobia Maquel Francisco Fobia	Beauru-SP	"	"	"
170	João Goffre Rom	6-12-1937	m.	Valentim Rom Filho Antônia de Abreu Rom	Beauru-SP	"	"	"
171	Marta do Carmo Francisco	6-8-1943	f.	Inocente Francisco Alice Maria Francisco	Par. Rio Verde	"	"	"
172	Marta Inês Rodrigues	1-6-1941	f.	Antonio Rodrigues Marta de Souza Rodrigues	Beauru-SP	"	"	"
173	Marta Arlindo Fossan de Abreu	25-11-1941	m.	Casimiro de Abreu Marta do Carmo Fossan de Abreu	Beauru-SP	"	"	"
174	Marcenir Gomes Delgado	20-7-1941	f.	Antenor Gomes Adelina Delgado Gomes	Cabreúva-SP	"	"	"
175	Mauro Ribeiro Cabogrosso	8-4-1937	m.	Mauro Cabogrosso Berginila Ribeiro Cabogrosso	Hogelre-SP	"	"	"
176	Marcel Hermantel Paulato	26-5-1942	f.	Benito Antenor Paulato Francisca Hermantel Paulato	Beauru-SP	"	"	"
177	Roberto Neme	1-1-1938	m.	Alexandre Neme Marta Reginal Neme	Piratinigã-SP	"	"	"
178	Roberto Volpe	5-10-1943	m.	Antonio Volpe Iverson Emerglen Volpe	Beauru-SP	"	"	"
179	Rubens Franco de Oliveira	27-2-1935	m.	Sicenor Franco de Oliveira Zaira Soares	Pira-jati-SP	"	"	"
180	Rute de Almeida Fozão	4-5-1942	f.	Antonio Montão Madalena de Almeida	Beauru-SP	"	"	"
181	Vera de Lourdes Macedo	3-12-1939	f.	Aurêlio Pinto Macedo Aze Macedo	Beauru-SP	"	"	"
182	Wladimir Izykowski de Oliveira	27-5-1941	m.	Wladimir Madalena de Oliveira Irene Izykowski de Oliveira	Rio de Janeiro	"	"	"

Priscilla Diquez

APÊNDICE

ACERVOS, ARQUIVOS, SITES E INSTITUIÇÕES CONSULTADOS

Acervo da Diretoria de Ensino de Bauru – SP

Endereço: Rua Campos Sales, 9 - Vila Falcão, Bauru - SP, CEP: 17050-000

Telefone: 14 - 3108-0000

E-mail: DEBAU@educacao.sp.gov.br

Centro de Memória do Senac São Paulo

Endereço: Rua Boracéia, 33 - Barra Funda, São Paulo - SP, CEP: 01135-010

Telefone: 11 – 29272714

E-mail: centro.memoria@sp.senac.br

NUPHIS/USC - Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração “GABRIEL RUIZ PELEGRINA”

Endereço: R. Irmã Arminda, 10-50 - Jardim Brasil, Bauru - SP, CEP:17011-160

Telefone: 14 - 2107-7146 / 7109

E-mail: nuphis@usc.br

Senac Bauru

Endereço: Avenida Nações Unidas, n. 10-22 – Centro, Bauru – SP, CEP: 17010-130

Telefone: 14 – 3321 -3199

E-mail: bauru@sp.senac.br

Site Senac São Paulo

Endereço: <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a718.htm&testeira=457>

Sincomércio: Sindicato do Comércio de Bauru

Endereço: Av. Nações Unidas, 17-45 - Vila Santo Antônio, Bauru/SP CEP: 17013-035

Telefone:14 - 3223-9499

E-mail: sincomercio@sincomerciobauru.com.br

Durante a realização das pesquisas nestes locais nem sempre foi possível encontrar informações relevantes para este trabalho, porém acreditamos que este é o percurso de um pesquisador.